



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DO MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA – 2018

Em 2017, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do inciso II do art. 48 do Regimento Interno instituiu, por meio do Requerimento de Comissão nº 1.267/17, o Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública em Belo Horizonte para acompanhar, de forma constante e estruturada, os Programas relacionados à área de Segurança e seus respectivos informes divulgados quadrimestralmente pelo Poder Executivo na prestação de contas do município.

A iniciativa se propõe, portanto, a examinar se a atividade governamental atendeu à finalidade pública, à legislação e aos princípios básicos aplicáveis ao setor público. O empenho do Grupo de Trabalho prosseguiu para o exercício de 2018, com a aplicação da mesma metodologia de análise composta por quatro fases:

1. Diagnóstico;
2. Auditoria de Conformidade;
3. Auditoria Operacional;
4. Resultados.

O Grupo de Trabalho, entretanto, remodela a última etapa, que passa a ser intitulada “Encaminhamentos para a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção”. A atualização objetiva apresentar propostas concretas ao Poder Executivo para aprimorar os mecanismos de planejamento governamental, os níveis de informações divulgadas na prestação de contas da Prefeitura e a prestação de serviços no âmbito da Segurança Pública Municipal. Desta forma, o Legislativo contribui para otimizar o gasto de recursos públicos e aperfeiçoar a função fiscalizatória pertinente à atividade da vereança, que deve avaliar permanentemente a gestão e as ações do Prefeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1. DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é o estágio que delimita os Programas objeto de análise do Grupo de Trabalho. Assim como em 2017, foram selecionados todos os Programas cuja unidade orçamentária coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e o Programa Serviços de Iluminação Pública (84), o qual, embora seja executado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, é de suma importância para o desempenho das políticas de Segurança Pública. Belo Horizonte, historicamente, é mais perigosa nas áreas menos iluminadas. O mapeamento de Zonas Quentes de criminalidade do município coincide com regiões de iluminação precária. A iluminação adequada e criteriosa dos logradouros públicos melhora a visibilidade e inibe a prática de crimes que atentam contra os munícipes e o patrimônio público.

A manutenção do critério de seleção dos Programas para o escopo do trabalho em 2018 evidenciou alterações no planejamento da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção no âmbito de todos os Programas selecionados. Em relação ao Programa “Serviços de Iluminação Pública” (84), nenhuma alteração foi observada.

A comparação entre os Programas analisados em 2017 e 2018 (Quadro 1) apresenta os Programas, Ações e Subações do PPAG 2014-2017 contrastados com aqueles contidos no PPAG 2018 – 2021 dispostos para possibilitar a equiparação nos três níveis de planejamento. O destaque em azul indica a continuidade do item, seja pela manutenção do código de referência, da nomenclatura ou semelhança desta. Aqueles sem destaque não apresentaram correspondência suficientemente conclusiva para serem classificados como continuados.

Observa-se, comparativamente ao PPAG 2014 – 2017, a alteração de nomenclatura de todos os Programas, a manutenção de algumas Ações e Subações e, por outro lado, a descontinuidade de determinadas Subações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2017 E 2018

PPAG 2014-2017		
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO
Gestão da Segurança Pública e Patrimonial (109)	Articulação da Política de Segurança Urbana (2802)	Articulação da Política de Segurança Urbana
		Ampliação das ações do Gabinete de Gestão Integrada Municipal
		Escotismo na GMBH
	Operacionalização da GMBH (2803)	Operacionalização da GMBH
		Controle, Fiscalização e Orientação do Trânsito
	Operacionalização da GMBH na Área da Saúde (2820)	Operacionalização da GMBH na Área da Saúde
	Operacionalização da GMBH na Área da Educação (2821)	Operacionalização da GMBH na Área da Educação
	Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2791)	Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de BH
		Reciclagem de Instrução de Armamento e Tiro
	Gestão da Mobilidade Urbana (60)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP (2897)

PPAG 2018-2021		
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção (2802)	Implantação da Política de Segurança e Prevenção
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Escotismo na GMBH
		Operacionalização da GMBH
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação
		Operações Especiais da GMBH
		Equipamentos de Proteção Individual
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH
	Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	
Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH (2791)	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP
		Implantação de Soluções Tecnológicas
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2017 E 2018 (continuação)

PPAG 2014-2017			PPAG 2018-2021		
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO
Prevenção da Violência (242) - Projeto Sustentador	Ampliação de Câmeras de Videomonitoramento em Equipamentos Públicos (1334)	Instalar Sistema de CFTV nas Escolas Municipais	Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Videomonitoramento (1334)	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais
		Instalar Sistema de CFTV em Equipamentos de Saúde			Implantação de Videomonitoramento na Cidade
	Instalação de Câmeras de Videomonitoramento em Vias Públicas (1391)	Ampliação do Videomonitoramento da Cidade			Manutenção de Pontos de Videomonitoramento
		Identificação de situação de maus-tratos contra animais	Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)	Prevenção à Criminalidade Juvenil
	Ações de Prevenção à Violência (2881)	Programa Construindo o Futuro de Nossos Jovens			Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas
		Reativação do Fórum Metropolitano de Segurança			Prevenção à Violência nas Escolas
		Projeto Conselheiros Comunitários - Monitoramento de Jovens em Situação de Risco Social			
		Implementação da Cultura de Paz e da Não-violência nas Escolas Municipais			
		Observatório de Prevenção Social			
		Programa de Educação para a Cidadania			
		Programa Rede pela Paz			
		Campanhas de Integração das Atividades de Ação Comunitária e Intervenção Familiar ao Programa Fica Vivo			
		Revitalização de Áreas Públicas Degradadas pelo Uso e Venda de Drogas			
		Criação de Câmaras Temáticas nas Regionais, vinculadas ao Gabinete de Gestão Integrada			
		Elaboração do Plano Municipal de Prevenção Social da Violência e Segurança			
		Ações Educativas de Prevenção ao Envolvimento com Gangues			
	Implantação da Central de Operações da Cidade (1355)	Manutenção da Central de Operações da Cidade			

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O diagnóstico finaliza com a definição do escopo de fiscalização da execução do orçamento em 2018 com a seleção dos seguintes Programas:

(109) Operacionalização dos serviços de segurança;

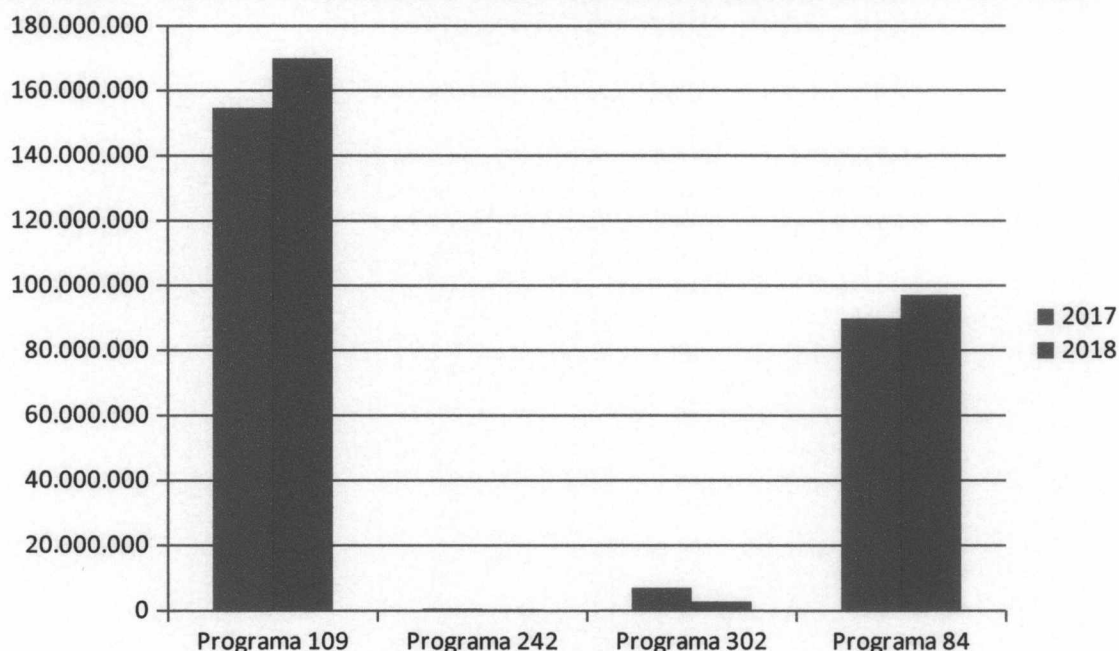
(242) Prevenção Social à Criminalidade;

(084) Serviços de Iluminação Pública;

(302) Belo Horizonte Cidade Inteligente.

A análise comparativa da previsão orçamentária dos exercícios de 2017 e 2018 denota aumento de 9% (nove por cento) para “Operacionalização dos serviços de segurança” (109) e 8% (oito por cento) para “Serviços de Iluminação Pública” (84). Os programas “Prevenção Social à Criminalidade” (242) e “Belo Horizonte Cidade Inteligente” (302) apresentaram um decréscimo de 30% (trinta por cento) e 61% (sessenta e um por cento) respectivamente, conforme ilustra o gráfico I.

GRÁFICO 1 – ANÁLISE COMPARATIVA DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E 2018



Fonte:

Elaboração própria.

A discrepância entre os valores estimados para cada Programa decorre da concentração do Gasto com Pessoal no Programa 109.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os Programas definidos pelo diagnóstico amparam a elaboração do Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública – 2018 (Tabela II), que elenca os Programas, suas respectivas Ações e Subações, meta física e a previsão orçamentária.

QUADRO II – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018			META FÍSICA		ORÇAMENTO
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTA	PRODUTO	PREVISTO
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Meta Administrativa	6.466.245
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	Servidor capacitado	1.032.152
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	Equipamento público atendido	131.927.516
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	Via atendida	Indisponível
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Indisponível	Meta Administrativa	13.890.000
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Indisponível	Meta Administrativa	14.955.000
		Operações Especiais da GMBH	700	Ordem de serviço executada	Indisponível
		Equipamentos de Proteção Individual	2.072	Guarda equipado	1.486.723
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	Criança / adolescente atendido	78.000
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH	100	Atividade realizada	3.000
		Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	Evento realizado	3.000
		Total do Programa Operacionalização dos serviços de segurança (109)			169.841.636
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	Território atendido	262.000
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	Programa implantado	53.000
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	Núcleo implantado	53.000
		Total do Programa Prevenção Social à Criminalidade (242)			368.000
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Meta Administrativa	2.348.924
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	Solução implantada	10.000
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	Simulado realizado	Indisponível
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	Território monitorado	50.000
	Videomonitoramento	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	Equipamento público atendido	101.000
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	Ponto com videomonitoramento	201.000
		Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	Equipamento mantido	3.000
		Total do Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)			2.713.924
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Indisponível	Meta Administrativa	75.997.300
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Indisponível	Meta Administrativa	21.040.200
		Total do Programa Serviços de Iluminação Pública (84)			97.037.500
		Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública			269.961.060

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.

O orçamento previsto para atender os quatro Programas totaliza R\$ 269.961.060,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil e sessenta reais), montante

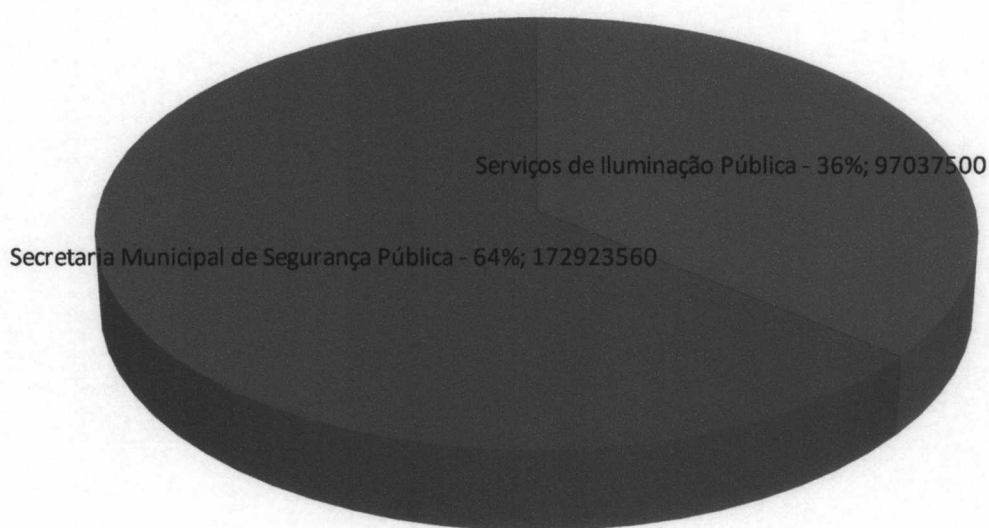


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

correspondente a, aproximadamente, 2% (dois por cento) da previsão orçamentária global do município, sendo cerca de 7% (sete por cento) superior à previsão do ano anterior, cuja quantia prevista foi R\$ 251.767.716,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e setecentos e dezesseis reais).

Coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção a execução de R\$ 172.923.560,00, (cento e setenta e dois milhões, novecentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta reais) correspondente a 64% (sessenta e quatro por cento) do orçamento total, enquanto R\$ 97.037.500,00 (noventa e sete milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais, equivalente a 36% (trinta e seis por cento), foram alocados para o Programa Serviços de Iluminação Pública (84) (gráfico II).

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA



Fonte: Elaboração própria.

O orçamento previsto é distribuído por 23 (vinte e três) Subações e cada uma delas foi objeto de análise do Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública.

2. AUDITORIA DE CONFORMIDADE

A Auditora de Conformidade sucedeu a fase de Diagnóstico, expressando a investigação da execução orçamentária em confronto ao preconizado pela Prefeitura em seu planejamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ao longo do ano o Executivo despendeu o recurso orçado e, quadrimestralmente, publicou em seu site o montante utilizado e as metas físicas atingidas. A partir de tais informações o Grupo de Trabalho elaborou o Mapa de Monitoramento Final (Quadro III) para a realização da Auditoria de Conformidade, que abarcou o exame sistemático das execuções de metas físicas e orçamentárias, previstas e realizadas, verificando sua congruência ao longo do ano.

A Auditoria Operacional, motivada pelos resultados da Auditoria de Conformidade, materializou seus questionamentos por meio de Requerimentos de Comissão expedidos pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Os Requerimentos cobraram do Executivo as três premissas básicas da fiscalização legislativa:

1. Transparência na forma como o recurso é despendido;
2. Clareza tanto na medição dos resultados quanto das ações executadas;
3. Qualidade do gasto.

O Requerimento de Comissão 864/2018 (Anexo I) se refere ao primeiro quadrimestre e foi parcialmente atendido pelo Ofício SMSP/GP nº 275/2018, uma vez que 13% (treze por cento) dos tópicos não foram respondidos de forma elucidativa. Os Requerimentos de Comissão 212/2019 (Anexo II) e 250/2019 (Anexo III) objetivaram esclarecer as respostas superficiais da Prefeitura e expuseram dúvidas oriundas da prestação de contas final do exercício 2018. Até o dia 22/05/2019, data da finalização deste relatório, a Prefeitura não encaminhou resposta ao primeiro Requerimento. O Ofício SMSP/GP nº 119/2019 atendeu apenas 57% (cinquenta e sete por cento) dos questionamentos encaminhados pelo Requerimento 250/2019.

O Grupo de Trabalho utilizou o valor liquidado apresentado na prestação de contas da Prefeitura como referência para a execução orçamentária total no exercício de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO III – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA FINAL 2018

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018			META FÍSICA			ORÇAMENTO		
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	%	PREVISTO	REALIZADO	%
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Indisponível	Indisponível	6.466.245	7.839.769	121,24%
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	1677	80,94%	1.032.152	677.930	65,68%
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	148.881	124,07%	131.927.516	129.676.544	98,29%
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	99	76,15%	Indisponível	Indisponível	Indisponível
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Indisponível	Indisponível	Indisponível	13.890.000	13.805.370	99,39%
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Indisponível	Indisponível	Indisponível	14.955.000	16.003.767	107,01%
		Operações Especiais da GMBH	700	1345	192,14%	Indisponível	Indisponível	Indisponível
		Equipamentos de Proteção Individual	2.072	2.212	106,76%	1.486.723	1.630.177	109,65%
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	456	99,13%	78.000	5.350	6,86%
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH	100	120	120,00%	3.000	0	0,00%
		Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	24	18,46%	3.000	0	0,00%
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	1	11,11%	262.000	12.238	4,67%
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	1	11,11%	53.000	958	1,81%
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	1	11,11%	53.000	5.520	10,42%
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Indisponível	Indisponível	2.348.924	894.135	38,07%
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0,00%	10.000	0	0,00%
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	100,00%	Indisponível	Indisponível	Indisponível
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	6	33,33%	50.000	0	0,00%
	Videomonitoramento	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0,00%	101.000	0	0,00%
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	0,00%	201.000	145.750	72,51%
		Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	268	79,76%	3.000	0	0,00%
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Indisponível	Indisponível	Indisponível	75.997.300	59.921.339	78,85%
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Indisponível	Indisponível	Indisponível	21.040.200	21.120.369	100,38%
Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública						269.961.060	251.739.215	93,25%

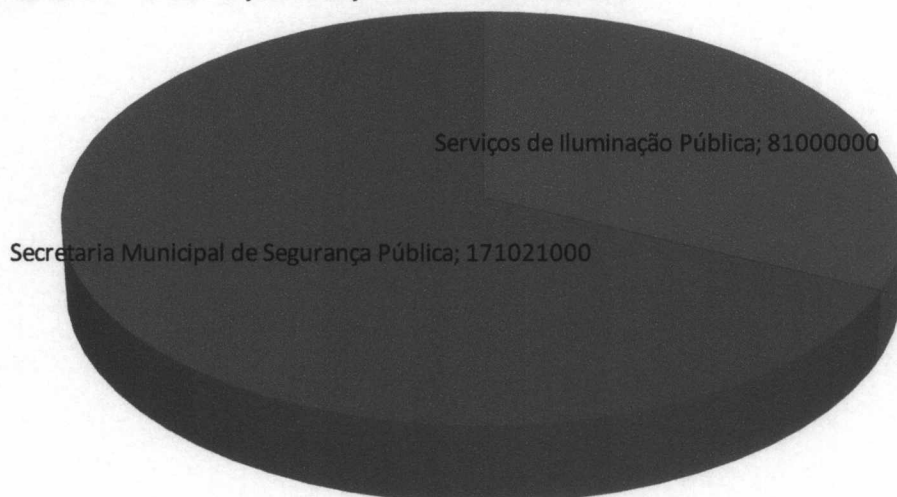
Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2018 aponta a execução de cerca de R\$ 251.000.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões de reais), sendo R\$ 171.021.000,00 (cento e setenta e um milhões e vinte e um mil reais) pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, ou seja, 68% (sessenta e oito por cento) do orçamento, enquanto os Serviços de Iluminação Pública (84) consumiram 32% (trinta e dois por cento), correspondentes a R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) conforme exposto no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2018



Fonte: Elaboração própria.

A análise quadrimestral dos Demonstrativos da Execução de Metas Fiscais e do Relatório Analítico da Execução Orçamentária revelou a existência de metas genéricas que inviabilizam a mensuração da eficiência, entendida como a responsabilidade de assegurar a utilização máxima dos recursos para poder atingir determinado nível de resultado ou serviço; e efetividade, compreendida como a capacidade de produzir resultados com efeitos reais.

As Metas Administrativas denotam que a Prefeitura, na verdade, não possui meta, indicando a fragilidade de sua construção. Desta forma, 47% (quarenta e sete por cento) do orçamento executado distribuídos por sete Subações (Quadro 4) não puderam ser contrastados com o atingimento de objetivos previamente estabelecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Prefeitura não estabeleceu o custo das Subações “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito” e “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” e não previu nenhum recurso orçamentário para elas.

QUADRO 4 – SUBAÇÕES COM FALHAS CRÍTICAS DE PLANEJAMENTO

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2018	META FÍSICA	ORÇAMENTO
SUBAÇÕES	%	%
Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Meta Administrativa	121,24%
Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	Via atendida	Indisponível
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Meta Administrativa	99,39%
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Meta Administrativa	107,01%
Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	Ordem de serviço executada	Indisponível
Controle das Operações de Iluminação Pública	Meta Administrativa	78,85%
Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Meta Administrativa	100,38%

Fonte: Elaboração própria.

Em 2018 o Executivo executou R\$ 251.739.215,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, setecentos e trinta e nove mil e duzentos e quinze reais) do orçamento, ou seja, 93% (noventa e três por cento) do valor previsto. Percentual próximo à execução do ano anterior, quando havia sido observada a execução de 92% (noventa e dois por cento), correspondente a R\$ 232.995.231,00 (duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um reais).

O Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2018 apresenta faróis de conformidade: o farol verde corresponde à execução acima de 80% do planejado, o amarelo aponta alcance entre 40% e 80%, enquanto o vermelho destaca cumprimento abaixo de 40%. Os faróis destacam tanto as metas físicas, quanto o orçamento planejado. Onze das vinte e três Subações executadas pela Prefeitura – ou seja, 48% (quarenta e oito por cento) – apresentaram execução orçamentária inferior à 40% do orçamento previsto.

O Gráfico 4 ilustra a alocação dos R\$ 170.936.000,00 (cento e setenta milhões, novecentos e trinta e seis mil reais) executados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção:

- Gasto com Pessoal: R\$ 162.600.000,00 – 95,12% (o montante considera as seguintes naturezas de despesa: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Obrigações



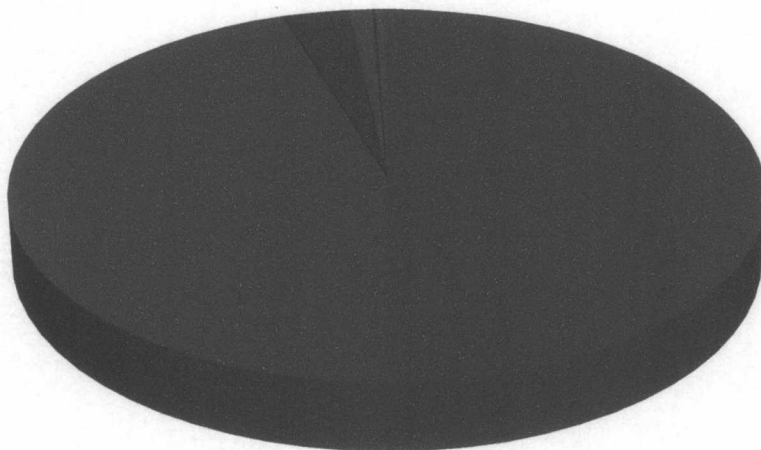
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Patronais, Contribuições, Diárias – Civil, Auxílio Alimentação, Auxílio-Transporte e Indenizações e Restituições);

- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 5.211.000 – 3,05% ;
- Equipamentos e Material Permanente: R\$ 1.977.000,00 – 1,16%;
- Locação de Mão-de-Obra: R\$ 911.000,00 – 0,53%
- Outros: R\$ 237.000,00 – 0,14% (a somatória inclui as naturezas de despesa:

Material de consumo, Outros serviços de terceiros – Pessoa Física, Despesas de Exercícios Anteriores, Material de Distribuição Gratuita e Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física);

GRÁFICO 4 – ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO



■	Despesa com Pessoal - 95,12% - R\$ 162.600.000
■	Serviços de Terceiros - 3,05% - R\$ 5.211.000
■	Equipamentos e Material Permanente - 1,16% - R\$ 1.978.000
■	Outros - 0,14% - R\$ 1.721.000
■	Locação de Mão-de-Obra - 0,53% - R\$ 911.000

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, cada Programa será analisado até a Natureza de despesa definida pelo Executivo, último nível do gasto disponibilizado pela Prefeitura para consulta pública.

2.1. OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA (109)

O Programa “Operacionalização dos Serviços de Segurança” é composto pelas Ações “Gestão da Política de Segurança e Prevenção”, “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” e “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”.

A avaliação do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 1) aponta que o Programa concentra todo o Gasto com Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Considerando que 95% (noventa e cinco por cento) do orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

executado pela Secretaria é destinado para tal gasto, a centralização deste em apenas um Programa explica o contraste da alocação dos recursos entre os demais.

TABELA 1 – RELATÓRIO ANALÍTICO DO PROGRAMA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	158.703.632	162.599.883,23	102,46
Locação De Mão-De-Obra	440.000	345.888,38	78,61
Equipamentos E Material Permanente	2.336.694	1.828.782,30	78,26
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.751.677	4.893.428,50	72,48
Material De Consumo	1.609.633	30.346,22	1,89
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	46.494,54	-
Material De Distribuição Gratuita	0	3.837,00	-
Despesas De Exercícios Anteriores	0	1.467,14	-
TOTAL	169.841.636	169.750.127,31	99,95

Fonte: Elaboração própria.

A Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH - Dezembro 2018, disponível no portal da PBH, aponta a seguinte distribuição dos servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP):

TABELA 2 – ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES DA SMSP

CATEGORIA	Nº	%
Operacional geral	1582	77,10
Operacional na área de Educação	210	10,23
Operacional na área de Saúde	184	8,97
Subinspetores	52	2,53
Gestão e coordenação	24	1,17
Total	2052	100

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho

2.1.1. Ação Gestão da Política de Segurança e Prevenção

A Ação “Gestão da Política de Segurança e Prevenção” contém a Subação “Implantação da Política de Segurança e Prevenção”, cuja meta física estabelecida fora “Meta Administrativa”, com a previsão orçamentária estimada em R\$ 6.466.245,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais).

A análise do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico da Subação em questão (Tabela 3) revela execução de R\$ 7.851.632,21 (sete milhões, oitocentos e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos), valor que excede o estimado em 21% (vinte e um por cento), acréscimo provocado, principalmente, pelo Gasto com Pessoal, que ultrapassou a quantia planejada em 23% (vinte e três por cento). O Requerimento de Comissão nº 212/2019 questionou o motivo da superação do gasto e não obteve resposta.

TABELA 3 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	6.026.000	7.407.311,50	123
Material De Consumo	28.910	30.346,22	104,97
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	381.335	374.011,86	98,08
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	38.495,49	-
Despesas De Exercícios Anteriores	0	1.467,14	-
Equipamentos E Material Permanente	5.000	0,00	0,00
TOTAL	6.441.245	7.851.632,21	121,90

Fonte: Elaboração própria.

No Requerimento de Comissão nº 864/2018 o Grupo de Trabalho questionou quantos servidores estariam abarcados pela despesa com Gasto de Pessoal nesta subação, mas, novamente, não recebeu resposta.

Por meio do Ofício SMS/P/GP nº 275/2018 a Prefeitura informou que a previsão de R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil e trezentos e trinta e cinco reais) visou o custeio dos seguintes itens:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FIGURA 1 – DETALHAMENTO DE OUTROS SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA DA SUBAÇÃO IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

Serviço de Confeção em Geral (Chaves/Carimbo)	R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais)
Serviços de Energia Elétrica (CEMIG)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Serviços de Água e Esgoto (COPASA)	R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Serviços de Telecomunicações (OI e Claro)	R\$ 5.004,00 (cinco mil e quatro reais)
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Recarga de Extintores)	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos (Serviços de Impressão – Stoque)	R\$ 41.004,00 (quarenta e um mil e quatro reais)
Condomínio (pagamento da taxa de condomínio do edifício Bolsa de Valores – Sede da SMSP)	R\$ 49.077,00 (quarenta e nove mil e setenta e sete reais)
Locação de Veículos (CooperTur e M&E Aluguel de Carros)	R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)
TOTAL	R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais)

Fonte: Ofício SMSP/GP nº 275/2018

Observa-se o dispêndio com as naturezas “Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física” e “Despesas de Exercícios Anteriores”, embora não tenham sido previstas no planejamento, assim como a ausência de execução do orçamento previsto com “Equipamentos e Material Permanente”.

O Requerimento de Comissão nº 212/2019 solicitou o detalhamento das despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, mas não recebeu a resposta.

2.1.2. Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH”

A Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” é composta pela Subação “Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH”, cuja meta física estabelecida fora 2.072 (dois mil e setenta e dois) servidores capacitados com a previsão orçamentária estimada em R\$ 1.032.152,00 (um milhão, trinta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais) apenas para o pagamento de “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”.

Foram executados cerca de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), equivalentes a 65% (sessenta e cinco por cento) do orçamento previsto para a capacitação de 1.677 (mil seiscentos e setenta e sete) servidores, número que corresponde a 81% (oitenta e um por cento) da meta física estabelecida.

O Requerimento de Comissão nº 864/2018 questionou o Executivo acerca do curso de capacitação, solicitando sua ementa, as áreas de qualificação e o contrato celebrado com a empresa responsável em orientar o curso, uma vez que a única despesa executada fora para “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”. Em resposta, foi dada a seguinte informação:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte é realizada utilizando-se os meios logísticos disponíveis, ministrada preferencialmente por corpo docente composto por agentes da própria instituição, **sem custo adicional**. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018, grifo do autor).

Na página seguinte do mesmo Ofício, foi informado que “há contratação de empresa para ministrar a referida capacitação”. Além de se contradizer, o Executivo não respondeu objetivamente a nenhum dos questionamentos encaminhados e os gestores responsáveis não compareceram à convocação feita pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para prestar os devidos esclarecimentos.

O Requerimento de Comissão nº 212/2019 solicitou o detalhamento do gasto de R\$ 677.929,82 (seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos) com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, mas o Executivo não apresentou resposta.

2.1.2. Ação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”

A Ação Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte apresenta nove das onze Subações previstas para o Programa “Operacionalização dos serviços de segurança”.

Foi previsto para a Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” o montante de R\$ 131.927.516,00 (cento e trinta e um milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais) e a meta física de 120.000 (cento e vinte mil) Equipamentos públicos atendidos. A meta física foi extrapolada em 24% (vinte e quatro por cento), com a execução de 98% (noventa e oito por cento) do orçamento previsto. Contudo, a Prefeitura contabilizou os Patrulhamentos Preventivos Realizados para aferir o atingimento da meta, falha de planejamento exposta na Oitiva realizada no dia 04 de julho de 2018, na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que poderia ter sido retificada para o orçamento de 2018. Apesar de tardia, a Prefeitura propôs, para o exercício de 2019, revisão da meta para Patrulhamento Preventivo Realizado.

A análise do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico da Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (Tabela 4) revela a concentração de 77% (setenta e sete por cento) do Gasto com Pessoal de toda a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, bem como tímida execução do orçamento previsto para Equipamentos e Material Permanente e Material de Consumo. A Subação também abarca o custeio com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“Material de Distribuição Gratuita” e “Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física”, embora não tenham sido previstos valores para tais naturezas.

TABELA 4 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Gasto Com Pessoal	123.832.632	125.383.434,28	101,25
Locação De Mão-De-Obra	440.000	345.888,38	78,61
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.270.190	3.836.136,82	72,79
Equipamentos E Material Permanente	1.029.694	272.962,50	26,51
Material De Consumo	1.355.000	45.708,85	3,37
Material De Distribuição Gratuita	0	3.837,00	-
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0	7.999,05	-
TOTAL	131.927.516	129.895.966,88	98,46

Fonte: Elaboração própria.

No Requerimento de Comissão nº 864/2018, o Grupo de Trabalho questionou quantos servidores estavam abarcados pela despesa com Gasto de Pessoal nesta Subação, mas não recebeu resposta.

Por meio do Ofício SMSP/GP nº 275/2018 a Prefeitura informou que a natureza de despesa “Locação de Mão de Obra” se refere:

“ao contrato de Locação de Serviço de Conservação e Limpeza com a empresa MGS”. A despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica “trata-se de gastos com os seguintes serviços: Energia Elétrica (CEMIG), Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro), Serviços Gráficos (Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo), Locação de Veículos (Apoio e Estrela), Outros Serviços de Terceiros PJ (Avaliação Psicológica para GMBH – Empresa Perspectiva)”. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

A despesa com “Equipamentos e Material Permanente”, por sua vez, objetivou a aquisição de “58 Armas de Choque, com dispositivo Elétrico Incapacitante, SPARK Z 2.0 e 01 Equipamento de Coleta de Dados, Datakit Wi-Fi, DZ 2.0, a serem utilizadas pela Guarda Municipal em sua rotina operacional.” Até o primeiro quadrimestre de 2018 a Prefeitura executou R\$ 29.694,00 (vinte e nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais) com os equipamentos descritos. Embora questionado, o Executivo não detalhou a utilização dos R\$ 243.268,50 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) liquidados nesta natureza de despesa.

O gasto com “Material de Consumo” compreende os seguintes materiais: Material de Escritório (Papel A4), Material Elétrico e Eletrônico (Lâmpadas e Reatores), Material de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Limpeza e Produção de Higienização (Protetor Solar), Material para Segurança Urbana (Espargidor), Peças e Acessórios para Equipamentos e Outros Materiais Permanentes, além de Outros Materiais de Consumo, conforme informado no Ofício SMSP/GP nº 275/2018.

Embora solicitado o detalhamento com as despesas “Material de Distribuição Gratuita” e “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, a Prefeitura não encaminhou resposta.

A Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”, ao apresentar a meta física de 130 (cento e trinta) vias atendidas sem prever orçamento para despesas, sugere que a Prefeitura lança atividades em seu planejamento tão somente para cumprir o preenchimento de uma planilha, atendendo ao que parece considerar ser apenas uma formalidade. Tanto a meta física quanto a previsão orçamentária desta Subação aparentam ser irrelevantes no âmbito orçamentário.

A Subação “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” executou 1.345 (mil trezentos e quarenta e cinco) ordens de serviço sem o dispêndio de nenhum recurso. Ora, se o Executivo não consegue apropriar o custo desta prestação de serviço, não faz sentido alocá-la em uma linha do orçamento.

A Prefeitura não especificou em que consiste cada tipo de operação especial, quais os seus objetivos e como foi estimada a meta física. Pela resposta apresentada pela Prefeitura no Ofício SMSP/GP nº 275/2018, são consideradas “operações especiais” formas de atuação da GMBH muito diversas entre si. Na prática, a meta escolhida (ordens de serviço executadas) não é um parâmetro adequado para avaliação do serviço. Afinal, a realização de um alto número de operações especiais é um sinal positivo ou negativo da situação da Segurança Pública na cidade?

Tanto a Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”, quanto a “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, assim, não apresentam resultado prático de suas execuções e a Prefeitura não sabe informar quanto elas custam.

As Subações “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” e “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação”, por sua vez, também



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentam as mesmas características: ausência de meta física planejada e orçamento previsto apenas para Gasto com Pessoal. Enquanto a primeira executou praticamente todo o orçamento previsto com Gasto de Pessoal, a segunda excedeu o gasto em cerca de 7% (sete por cento) – ou seja, R\$ 1.049.000,00 (um milhão e quarenta e nove mil reais) a mais que o planejado.

O Grupo de Trabalho questionou a justificativa técnica para a separação operacional do efetivo da Guarda Municipal na Saúde e na Educação e para a distribuição quantitativa do efetivo. Surpreendentemente recebeu a resposta de que as despesas estão relacionadas ao “pagamento de vale-transporte dos Guardas Municipais que atuam nos próprios municipais da área de Saúde” e ao “pagamento de vale-transporte e salário dos Guardas Municipais que atuam nos próprios municipais da área da Educação”. A resposta da Prefeitura parece então revelar um total desconhecimento de seu próprio planejamento, que, em ambas as Subações, previu recursos para salários, obrigações patronais, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

Inegável observar que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, quando deixa de responder quais os critérios técnicos estruturais para a alocação do Orçamento nestas Subações, demonstra a fragilidade de seu planejamento – ou até mesmo a falta dele – e o absoluto descaso para prestar contas à Câmara Municipal.

Tendo em vista a informação apresentada na Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH - Dezembro 2018 (Tabela I) e a distribuição do Gasto com Pessoal na Saúde e na Educação, teoricamente a Prefeitura apresenta uma alocação de cerca de 9% (nove por cento) do Pessoal da Guarda Municipal para os equipamentos de Saúde e 10% (dez por cento) para os equipamentos de Educação. Entretanto, em março de 2019 a Prefeitura anunciou o efetivo de 80 (oitenta) Guardas para atender ao Projeto “Patrulha SUS”, número inferior, portanto, ao averiguado na execução orçamentária de 2018.

Há, também, a possibilidade de os dados apresentados na Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH em 2018 serem uma divisão formal matemática da realidade, e não um retrato daquilo que se verifica na realidade. A ausência de resposta aos Requerimentos e o não comparecimento das autoridades em Oitiva tornam a análise inconclusiva e demonstram que a Prefeitura não tem nenhum compromisso em executar aquilo que ela própria se dispôs a realizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Subação “Equipamentos de Proteção Individual” apresentou a meta física de 2.072 (dois mil e setenta e dois) Guardas Equipados e a previsão orçamentária de R\$ 1.486.723,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e vinte e três reais). Embora a meta física tenha sido superada em 6% (seis por cento) com a elevação de 9% (nove por cento) do gasto previsto, observa-se no Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 5) que o gasto com Equipamentos e Material Permanente foi 19% (dezenove por cento) superior ao valor orçado.

TABELA 5 - RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Equipamentos E Material Permanente	1.300.000	1.555.819,80	119,68
Material De Consumo	186.723	74.356,96	39,82
TOTAL	1.486.723	1.630.176,76	109,65

Fonte: Elaboração própria.

Houve um problema grave na forma de contabilização da meta, tendo em vista que o Executivo considerou o total de partes de equipamento adquiridas, e não o conjunto do equipamento de proteção individual. Essa forma de contabilização da meta não permite transparência adequada à informação, além de não ser metodologicamente correta, uma vez que guardas em funções diferentes precisam de equipamentos mais simples ou mais completos, e todos estão sendo igualmente contabilizados na meta física atualmente.

No projeto de revisão do PPAG, o produto da meta física está sendo alterado para "equipamento adquirido", com previsão de 2.072 (dois mil e setenta e dois) para 2019. Essa alteração não resolve os principais problemas da meta, que são a falta de transparência e de adequação metodológica, vez que, da forma como colocada, no seu cumprimento podem ser contabilizados equipamentos de todos os tipos. Assim, a aquisição de cada capacete, joelheira e cotoveleira é somada separadamente, mesmo que sejam necessárias para equipar um único guarda.

Para o cumprimento da meta física a Prefeitura apresentou a somatória dos itens adquiridos, não efetivo adequado, demonstrando descaso na apuração de metas finalísticas.

As Subações “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Culturais de Interação com os Cidadãos" apresentam as metas físicas "Criança/adolescente Atendido", "Atividade Realizada" e "Evento Realizado", respectivamente.

No tocante ao planejamento orçamentário, apresentaram o mesmo problema: não contam com nenhuma previsão para Gasto com Pessoal. Tal ausência mostra-se incoerente, uma vez que a execução das Subações torna-se impossível se não forem conduzidas por pessoas. Caso não se tenham à disposição servidores da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção para conduzir a Subação, é certo que deveriam ter sido alocadas em outra área do orçamento.

Apenas a Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH" apresentou execução orçamentária de R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais), equivalente a 6% (seis por cento) do montante planejado. Tal quantia foi suficiente para a Prefeitura atender 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) crianças e adolescente e atingir quase a totalidade da meta física prevista. Pois bem, se R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais) seriam suficientes para atender a meta, não há explicação para a previsão de valor dezesseis vezes maior.

Em sua resposta, a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção informou que está impossibilitada de realizar qualquer atividade relacionada a esta Subação em decorrência da desatualização do cadastro da União dos Escoteiros do Brasil junto à Prefeitura de Belo Horizonte. Entretanto, contraditoriamente, há execução da meta física, mesmo diante de referida inconsistência no convênio e, ainda, da afirmada ausência de seguro de vida para as crianças e adolescentes, o que, segundo a própria secretária, seria pressuposto para a execução das atividades. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

A Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" extrapolou a meta em 20% (vinte por cento), realizando 120 (cento e vinte) das 100 (cem) atividades previstas. A Prefeitura previu R\$ 3.000,00 (três mil reais) para executá-la – ou seja, R\$ 30,00 (trinta reais) por atividade, de modo que se questiona qualitativamente esta atividade. Surpreendentemente, houve superação da meta sem dispêndio de nenhum recurso.

A Subação "Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos" apresentou a meta de realização de 130 (cento e trinta) eventos com o orçamento de R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.000,00 (três mil reais) – isto é, R\$ 23,00 (vinte e três reais) por evento. Ao longo de 2018, 24 (vinte e quatro) eventos foram realizados sem nenhum dispêndio de recursos. Novamente, pois, a Prefeitura levanta o questionamento do motivo pelo qual Subações sem execução orçamentária são elencadas no orçamento.

O Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 6) das Subações elenca os valores orçados com cada Natureza de Despesa nas Subações descritas.

TABELA 6 - RELATÓRIO COMPARATIVO DO ORÇAMENTO COM EXECUÇÃO ANALÍTICO

SUBAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO LIQUIDADO		%
Escotismo na GMBH	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	41.000	5.350	13,05
Escotismo na GMBH	Material De Consumo	37.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais De BH	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais De BH	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	1.000	0	0,00
Prevenção A Violência Nas Escolas Municipais BH	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Outros Serviços - Pessoa Jurídica	1.000	0	0,00
Promoção De Eventos Culturais De Interação Com Os Cidadãos	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Total		84.000	5.350	6,37

Fonte: Elaboração própria.

A definição das Subações que compõem o Programa “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” reflete as tarefas realizadas pela Guarda Municipal, em vez de refletir os objetivos a serem atingidos, o que reforça a avaliação de que a estrutura do PPAG na área de segurança está mal planejada, dividida em Subações que dizem muito pouco sobre o que está sendo feito e almejado pela Secretaria, enquanto quase todo o valor previsto para a Segurança Pública está em uma única Subação (Operacionalização da Guarda Municipal), que acaba por concentrar todos os gastos de manutenção da estrutura da Guarda Municipal de Belo Horizonte.

2.2. PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE (242)

O Programa “Prevenção Social à Criminalidade” contém a Ação “Ações de Prevenção Social à Criminalidade” que, por sua vez, se desdobra nas Subações “Prevenção à Violência nas Escolas”, “Prevenção à Criminalidade Juvenil” e “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas”, as quais continham as metas físicas Território Atendido, Programa Implantado e Núcleo Implantado, respectivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim como observado nas Subações “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos”, nenhuma Subação do Programa “Prevenção Social à Criminalidade” conta com o planejamento de despesas para Gasto com Pessoal (Tabela 7).

TABELA 7 - RELATÓRIO COMPARATIVO DO ORÇAMENTO COM EXECUÇÃO ANALÍTICO

Nome Subação	Nome Natureza Despesa	Orçado	Liquidado	%
Prevenção à Violência nas Escolas	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção à Violência nas Escolas	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	260.000	8.447	3,25
Prevenção à Violência nas Escolas	Outros Auxílios Financeiros A Pessoas Físicas	0	891	-
Prevenção à Violência nas Escolas	Equipamentos E Material Permanente	1.000	2.900	290,00
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	51.000	958	1,88
Prevenção à Criminalidade Juvenil	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Material De Consumo	1.000	0	0,00
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	51.000	5.520	10,82
Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	Equipamentos E Material Permanente	1.000	0	0,00
TOTAL		368.000	18.715	5,09

Fonte: Elaboração própria.

A Subação “Prevenção à Violência nas Escolas” apresentou a meta de nove territórios atendidos. Ao ser questionada sobre a delimitação de tais territórios, a Prefeitura informou que a Subação receberá o nome de “Prevenção à Violência nos Territórios, sendo que a ação nas escolas é uma parte do programa”. Pode ser que cada território corresponda a uma regional, mas, não é possível compreender o significado de uma regional atendida, tendo em vista que a Prefeitura publicou que um, dos nove territórios, foi atendido com a execução de R\$ 12.238,00 (doze mil, duzentos e trinta e oito reais), menos de 5% (cinco por cento) do orçamento previsto.

O produto da meta física escolhido (território atendido) não tem critérios claros sobre os mínimos necessários para fins de contabilização de um território como "atendido", o que inviabiliza o acompanhamento adequado dos resultados dessa política pública. Além disso, a previsão da meta física demonstra que houve falha de dimensionamento na fase de planejamento, considerando a declaração da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de que um projeto-piloto será realizado no território L4, localizado na regional Leste, com a perspectiva (sem previsão) de expansão do projeto para as demais regionais ao longo do período do PPAG. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As Subações “Prevenção à Criminalidade Juvenil” e “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas” apresentam o cumprimento de um Programa e um Núcleo implantados, respectivamente. Entretanto, conforme informado no Ofício SMSP /GP nº 275/2018, ambas estão em fase de planejamento, não sendo verídico o cumprimento da meta conforme publicado pela Prefeitura.

O produto da meta física escolhido (programa implantado) para a Subação “Prevenção à Criminalidade Juvenil” não tem critérios claros sobre a amplitude ou abrangência dos programas para fins de contabilização da meta, não permitindo o acompanhamento adequado dos resultados dessa política pública.

Haverá alteração na meta da Subação “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas”, mas não foi especificada na resposta qual será a nova meta. A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção informou o custo de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais) para implantar um núcleo. Assim, não parece verdadeira a informação, dada pela Prefeitura, a respeito da implantação de um núcleo no exercício de 2018.

O escasso dispêndio no Programa, da ordem de 5% (cinco por cento) do orçamento previsto, está distribuído nas naturezas de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, “Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas” e “Equipamento e Material Permanente”, conforme retrata o Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 7). A Prefeitura não disponibilizou o detalhamento das despesas.

2.3. BELO HORIZONTE CIDADE INTELIGENTE (302)

O Programa “Belo Horizonte Cidade Inteligente”, para o qual foram previstos R\$ 2.713.924,00 (dois milhões, setecentos e treze mil, novecentos e vinte e quatro reais), compreende as Ações “Gestão Integrada do COP-BH” e “Videomonitoramento”.

2.3.1. Ação Gestão Integrada do COP – BH

A Ação “Gestão Integrada do COP – BH” apresenta as Subações “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP”, “Implantação de Soluções Tecnológicas”, “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas” e “Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada” – para esta última, vale dizer, não foi previsto nenhum recurso orçamentário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Subação “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP” executou todo o recurso destinado à ação: R\$ 894.135,27 (oitocentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos). O Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 8) descreve as Naturezas de Despesa nas quais os recursos foram aplicados.

TABELA 8 - RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO GERENCIAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO MUNICÍPIO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Locação De Mão-De-Obra	675.000	565.468,88	83,77
Material De Consumo	68.500	32.775,19	47,85
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.595.424	302.650,30	18,97
Equipamentos E Material Permanente	10.000	0,00	0,00
TOTAL	2.348.924	1.268.894	54,02

Fonte: Elaboração própria.

A despesa com “Locação de Mão-de-Obra” refere-se à “contratação de empresas para prestação de serviços de limpeza conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais de limpeza e equipamentos, bem como de serviços de apoio administrativo e operacional”. (Ofício SMSP /GP nº 275/2018)

Por sua vez, a despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” abarcou os seguintes serviços:

TABELA 9 – DESPESAS COM OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA DA SUBAÇÃO GERENCIAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO MUNICÍPIO

DESPESA	VALOR
Serviços de Telefonia - Telemar	67.518,03
Serviços de Telefonia - Claro	7.592,36
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Ar condicionado	152.656,10
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Elevador	19.000,00
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - Subestação - Engevolt	24.274,66
Serviços de cópias e Reprodução de Documentos (Stoque)	51.031,61
Limpeza e conservação (Desinsetização e Desratização — Ddtiza)	5.078,00
Serviço de apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador - Ticket)	2.263,24
Locação de veículos (Coopetur)	94.986,00
Despesas de Pronto Pagamento (Adiantamento Financeiro)	578,00
TOTAL	424.978,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Ofício SMSP/GP nº 119/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Curiosamente a Prefeitura informou no Ofício SMSP/GP nº 119/2019 execução superior em R\$ 122.327,70 (cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e centavos) em relação ao valor publicado na prestação de contas no tocante à natureza de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”. A assimetria de informações insinua a alocação de gastos com o gerenciamento do COP em Subação(ões) distinta(s) ao “Gerenciamento do Centro de Operações do Município”, manobra que compromete a transparência da prestação de contas e demonstra o descaso com a Prefeitura em seguir o planejamento orçamentário.

Ao ser questionado sobre o impacto da não execução de 45% (quarenta e cinco por cento) do orçamento previsto para a subação, o Executivo informou que “Por se tratar de uma possibilidade de ingresso de recurso, a SMSP procurou realizar o seu planejamento de ações contando apenas com os valores efetivamente disponíveis na LOA e alterados pelo Decreto Municipal 16.839/2018”. Ou seja: a Prefeitura não é capaz de informar o efeito prático de quando não consegue executar o seu próprio planejamento. (Ofício SMSP/GP nº 119/2019)

O Executivo não forneceu detalhamento da despesa com “Material de Consumo”.

A meta física escolhida para a Subação “Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada” não parece adequada, uma vez que não é representativa dos resultados alcançados ou do grau de evolução do projeto. Apesar de o produto da meta física ser “simulado realizado”, a resposta da PBH foi de que “os referidos simulados nada mais são do que as práticas rotineiras que a sala [*de controle integrado*] já está acostumada a gerir”. A Prefeitura foi incapaz de calcular o custo desta Subação e não previu nenhum recurso orçamentário para tal.

As Subações “Implantação de Soluções Tecnológicas” e “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas” não apresentaram execução orçamentária. No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou que o recurso de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) não foi realocado em outra Subação – ou seja: a Prefeitura optou por não gastá-lo em 2018.

A Prefeitura informou também que para a Subação “Implantação de Soluções Tecnológicas” estavam previstas:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

“a implantação de sistema transacional, para registro e gestão do atendimento integrado de ocorrências que são tratadas na Sala de Controle Integrado (...). Também está prevista a implantação de solução de compartilhamento dos dados capturados por radares de trânsito, para recuperação de carros roubados. (...) estão sendo prospectadas no mercado, alternativas de solução integradora que elevem o patamar de gestão sobre os problemas públicos de Belo Horizonte. Tais soluções permitirão, em termos gerais, a integração de dados e imagens de ocorrências atendidas pelos órgãos presentes no COP-BH, o que abrange o **monitoramento inteligente da cidade** (...) .(Ofício SMSP /GP nº 275/2018, grifo do autor).

No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou:

Já foram realizados chamamento público, apresentações no laboratório aberto da Prodabel, Provas de Conceito (POC) para apresentação de soluções e testes real efetivo no ambiente de rede corporativa da PBH e do COP-BH. Alguns foram descartados e outros continuam no processo complexo de confecção de Termo de Referência (TR) e orçamentação destas soluções.

São exemplos destes trabalhos em processo, a solução integradora para o COP-BH, câmeras com reconhecimento facial, câmeras com leitor de placas e gerador automático de alarmes de furtos e roubos, solução de plataforma web para recepção, no COP-BH de imagens de vias públicas provenientes de sistemas de videomonitoramento privados. (Ofício SMSP/GP no. 119/2019)

A Prefeitura previu, para atender aos objetivos por ela descritos, o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A ideia seria implantar quatro soluções – ou seja: cada solução teria custo médio de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o que evidencia que o recurso é insuficiente para atender ao que se propõe. A atual gestão evidencia sua postura política de negligenciar a aplicação de tecnologias de inteligência no município e, na ausência de ações coordenadas, condena o Centro de Operações à obsolescência.

No tocante à Subação “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas”, a meta física utilizada reflete os objetivos e a forma de execução da Subação. Os territórios tidos como monitorados são aquelas regionais do município que possuem algum tipo de ação que utilize a metodologia Gestão Integrada de Segurança e Prevenção (GISP). No entanto, essa forma de medição não se mostra a mais indicada, tendo em vista que considera igualmente todas as regionais em que alguma atividade desse tipo está sendo desenvolvida, independentemente de seu volume, impacto ou abrangência.

2.3.1. Ação Videomonitoramento

A Ação “Videomonitoramento” apresenta as Subções “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, “Implantação de Videomonitoramento na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cidade” e “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, para as quais foram previstos R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais).

A Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, apresentou a meta de implantar o CFTV em 120 (cento e vinte) equipamentos públicos com a previsão orçamentária de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), o que significa um gasto de, aproximadamente, R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por estabelecimento.

Se no orçamento de 2017 cada ponto de câmera externa custou, em média, cerca de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a estimativa de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) por estabelecimento para instalar o circuito interno de televisão, valor 32 (trinta e duas) vezes menor, não condiz com a realidade.

Os equipamentos públicos de Saúde, Educação e Assistência Social selecionados apresentaram, até abril de 2018, 1.029 (mil e vinte e nove) ocorrências. Contudo, a Prefeitura não dará continuidade à Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais” no ano de 2019.

No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 a Prefeitura informou que “cabe a cada Secretaria, responsável por cada equipamento público, demandar os projetos específicos, bem como destinar orçamento próprio para a execução dos trabalhos.” Com a descontinuidade desta Subação, o Executivo pretende:

Fazer gestões com as Secretarias através dos (GISPs) para que soluções de monitoramento e videomonitoramento sejam implementados com alguns padrões mínimos de interoperabilidade Realizar reuniões com os gestores para mostrar soluções mais eficazes de monitoramento eletrônico e sua interligação técnica e operacional.

Desta forma, a Prefeitura delega aos gestores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, que deveriam centralizar os seus esforços na condução de suas atividades finalísticas, a incumbência de traçar estratégias de promoção da segurança de próprios públicos e usuários. Tarefa esta que, obviamente, deveria ser executada pela Secretaria de Segurança e Prevenção conciliando a aplicação de recursos tecnológicos à distribuição do efetivo da Guarda Municipal.

Apenas a Subação “Implantação de Videomonitoramento na Cidade” apresentou execução orçamentária com a Natureza de Despesa “Equipamentos e Material Permanente” na



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quantia de R\$ 145.749,60 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), despesa que se refere à aquisição de câmeras e equipamentos em substituição a outros com defeito, roubados ou vandalizados, conforme informado pela Prefeitura. Assim, esse gasto não se refere à implantação de novos pontos, que seria o objetivo da Subação. Isso mostra que houve falha de planejamento e possível prática de conduta ilícita por parte da Prefeitura, vez que o gasto deveria constar da Subação “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, que, por sua vez, apresentou ínfimo valor orçado.

No Ofício SMSP/GP nº 119/2019 o Executivo informou o orçamento de R\$ 14.800.000,00 (catorze milhões e oitocentos mil reais) para a “Implantação de Videomonitoramento na Cidade”, montante que não foi aprovado. Quanto à meta de 185 (cento e oitenta e cinco) pontos com videomonitoramento, a Secretaria esclareceu que:

A meta é composta por **150 novos pontos** identificados através de estudo realizado pela SMSP, **onde não existia nenhuma cobertura por câmeras e em locais com uma mancha criminal relevante**, além disso mais 35 câmeras estavam previstas e aprovadas no somatório dos Orçamentos Participativos de 2009/10 (Parque 1º de Maio e Parque Nossa Senhora da Piedade) e 2005/16 (bairros Santa Amélia, Camargos, Gutierrez, Santa Tereza e Califórnia).

Todo o levantamento inicial de localização e estudo básico foi realizado sendo também aberto um chamado na Prodabel para a confecção do referido Termo de Referência e posterior licitação. Entretanto, não há previsão orçamentária para a SMSP dar continuidade no referido Termo e no trâmite licitatório fazendo com que não conseguíssemos cumprir a meta pactuada. Quanto às câmeras do Orçamento participativo, ainda não houve liberação de recursos financeiros para a execução da demanda.

A descontinuidade da Subação “Implantação de Videomonitoramento na Cidade” ignora o diagnóstico técnico produzido pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, desamparando-a de recursos tecnológicos com o potencial de otimizar a alocação do efetivo da Guarda Municipal em locais já identificados com uma “mancha criminal relevante”.

A Prefeitura previu R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a Subação “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”, o que corresponde a R\$ 9,00 (nove reais) para cada uma das 336 câmeras instaladas no município. Seria inverossímil considerar a presença de análise técnica para a previsão deste orçamento. A insignificante previsão indica que a Prefeitura, ao realizar o planejamento do orçamento, não estava de fato interessada em proceder com a manutenção dos pontos de videomonitoramento da cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte apresenta um parque de câmeras que gradativamente param de funcionar e a Prefeitura não aloca recurso suficiente para a realização de manutenção. Para piorar o cenário, a Subação “Implantação de Videomonitoramento” será descontinuada no exercício de 2019. O Centro de Operações da cidade, quando de sua inauguração, chegou a ser considerado o melhor centro de tecnologia assistiva do país, contudo, no que depender do atual contexto, está sob o risco de se transformar em um prédio que servirá para acompanhar as câmeras que ainda estiverem funcionando em Belo Horizonte.

2.3. SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (89)

O Programa “Serviços de Iluminação Pública”, para o qual foram previstos R\$ 97.037.500,00 (noventa e sete milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais), compreende a Ação “Controle das Operações de Iluminação Pública” subdividida nas Subações “Controle das Operações de Iluminação Pública” e “Ampliação de Redes de Iluminação Pública”. Ambas apresentam Meta Administrativa, impossibilitando associar a aplicação dos recursos ao cumprimento de algum objetivo.

A Subação “Controle das Operações de Iluminação Pública” executou cerca de R\$ 66.500.000,00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 15.590.000,00 (quinze milhões, quinhentos e noventa mil reais) com a contraprestação dos serviços prestados pelo Consórcio BH Iluminação Pública (BHIP).

TABELA 10 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Contraprestação De Serviços	15.572.000	15.591.134,26	100,12
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	59.915.300	49.337.198,98	82,34
TOTAL	79.441.648	66.499.877,91	83,71

Fonte: Elaboração própria.

Do recurso executado com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, R\$ 49.337.000,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e trinta e sete mil reais) cobriu despesas junto à CEMIG e à empresa Ernst & Young Assessoria. Embora questionado, o Executivo não se pronunciou acerca dos valores destinados a cada uma das empresas na execução orçamentária de 2018. É sabido que o contrato com a empresa Ernst & Young Assessoria tem o valor estimado de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para prestação de serviço de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

verificação independente de contrato de concessão celebrado entre o município de Belo Horizonte e a Concessionária BHIP.

A Subação “Ampliação de Redes de Iluminação Pública” executou R\$ 21.120.000,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil reais) dentre despesas com “Obras e Instalações” e “Despesas decorrentes de contrato de Parceria Público Privada” – Tabela 11.

TABELA 11 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO AMPLIAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Obras E Instalações	1.028.200	328.176	31,92
Despesas Decorrentes De Contrato Parceria Público Privada	20.000.000	20.792.193	103,96
TOTAL	21.028.200	21.120.369	100,44

Fonte: Elaboração própria.

O recurso aplicado com “Obras e Instalações” arcou com “despesas referentes aos serviços de remoção ou realocação de postes em função da interferência nas obras executadas pela SMOBI”.

A Prefeitura não confirmou se o dispêndio de R\$ 21.120.000,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil reais) é referente ao contrato com o Consórcio BHIP.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. ENCAMINHAMENTOS AO PODER EXECUTIVO

Os dados e informações oriundos da Auditoria de Conformidade guarnecem a elaboração de encaminhamentos para a Prefeitura, que compõem o último capítulo deste relatório.

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Municipal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelo Executivo.

Uma vez que o orçamento detalha as despesas, pode-se acompanhar as prioridades do governo para cada ano, como, por exemplo, com o gasto na Segurança Pública. Esse acompanhamento contribui para fiscalizar o uso do dinheiro público e a melhoria da gestão pública. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), entretanto, não estrutura o orçamento da Segurança Pública para viabilizar a fiscalização do uso dos recursos públicos.

A Auditora de Conformidade denuncia que o Poder Público em Belo Horizonte não está minimamente preocupado em apurar metas finalísticas, sendo patente a falta de qualidade na extração das informações, o que é muito grave. Percebe-se que a PBH não mede o que está sendo feito e nem qual é o resultado alcançado com as suas ações. O planejamento e execuções orçamentárias não possibilitam a medição da entrega dos serviços.

Se a informação disponibilizada pelo Executivo é ruim e mal trabalhada, praticamente impossibilita avaliar a qualidade do gasto, vez que dificulta o entendimento de como exatamente o dinheiro foi gasto. Se a PBH não propõe metas adequadas, se ela não mede adequadamente o que está fazendo, é difícil criticar e apreciar o gasto que está sendo promovido na cidade. Na sistemática atual, nem mesmo o próprio Executivo consegue analisar com critério o que mudar para melhorar a qualidade do gasto.

Em Oitiva realizada no dia 04 de julho de 2018, na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, o Secretário Municipal de Segurança e Prevenção Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, o Comandante da Guarda



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Belo Horizonte Sr. Rodrigo Sérgio Prates e o Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção Sr. Filipe Galgani tomaram conhecimento da necessidade de aperfeiçoamento das metas para adequar a mensuração de seu objeto e dos indicadores, que deveriam registrar o que realmente importa: a efetividade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

As autoridades reconheceram o mérito da fiscalização desempenhada pelo Grupo de Trabalho, sua contribuição para a excelência da prestação do serviço público, assim como a fragilidade das metas e sua mensuração, e a ausência de indicadores efetivos e de séries históricas acessórias para a tomada de decisão.

Metas e indicadores são imprescindíveis para a avaliação, manutenção e aprimoramento dos projetos. Contudo, a Prefeitura insiste em tratar o planejamento como uma atividade meramente formal e propõe indicadores que não apontam os desdobramentos do gasto com Segurança Pública, tais como “Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura”, “Quantitativo de registros de furtos nos Centros de Saúde”, “Quantitativo de registros de furtos nas UPAs” e “Quantitativo de ocorrências nas Escolas Municipais com encaminhamentos aos órgãos de atendimento ao adolescente autor de ato infracional”.

A Prefeitura não adota a diminuição do número de registros ou a diminuição do número de furtos como indicadores, mas se os registros estão ocorrendo. A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção mede, portanto, se os registros estão sendo realizados – tão somente! Em que pese a notória importância da coleta de dados, obviamente o objetivo deste Órgão não é se tornar um agente estatístico da criminalidade na cidade, mas sim de promoção e manutenção da Segurança Pública.

Cabe ainda destacar que, não obstante as críticas já feitas no passado, os indicadores propostos pela Prefeitura em 2018 continuam sendo limitados. É fato que ocorrem outros crimes em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Centros de Saúde e há outros próprios públicos para atuação da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Quanto ao “Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura”, o que se busca conhecer é se a presença do agente cumpre com o objetivo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reduzir a criminalidade no transporte público – e não quantas viagens são acompanhadas pelo Guarda Municipal.

A Prefeitura não pode medir apenas o que lhe convém. O Grupo de Trabalho propôs em 2018 a inclusão dos indicadores “Percentual de redução de crimes ocorridos no transporte público coletivo”, “Percentual de redução de crimes ocorridos em equipamentos públicos municipais de saúde”, “Percentual de redução de crimes ocorridos em equipamentos públicos municipais de educação”, “Taxa de roubos por 100 mil habitantes”, “Taxa de furtos por 100 mil habitantes” e “Percentual de redução de crimes de intolerância”, que seriam mais adequados para averiguar se o dinheiro executado com Segurança Pública surte algum efeito positivo na população.

Acerca dos “Equipamentos de Proteção individual”, um indicador mais adequado seria, por exemplo, o percentual de guardas municipais que se encontram devidamente equipados, considerando-se o tipo adequado de equipamento conforme as funções que exerce.

A presença ostensiva da Guarda Municipal pela cidade, em tese, deveria contribuir para a redução de roubos e furtos, ainda que a repressão a tais modalidades criminosas não seja de competência específica da Guarda Municipal. Por isso a medição seria interessante, para entender se houve impacto.

Se a Prefeitura realiza o mapeamento das zonas quentes de furto e roubo e observa uma redução da prática de tais crimes nos pontos em que a Guarda encontra-se presente de forma estática, é possível afirmar que a presença dela é eficaz. Se não é observada tal diminuição, é um indicativo de necessidade de readequação da Política de Segurança Pública em exercício.

Com base na análise da peça orçamentária dos anos de 2017 e 2018, não é possível compreender o critério técnico para alocação de recursos em veículos de médio porte, como *Jeep Renegade* e caminhonete do tipo *Amarok*, nem se essa escolha respeita a economicidade dos recursos públicos.

Há uma série de denúncias de sobreposição da Guarda Municipal com a Polícia Militar. Em compensação, há zonas de esvaziamento de presença de ambas as forças. A Guarda precisa saber onde a Polícia Militar está para que ela esteja em outro lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Patrulhamento aleatório é uma forma eficiente de desperdiçar recurso público. Os carros perambulam a esmo pela cidade. Há notícia de uso dos veículos para atividades particulares. A chance de tal estratégia colaborar com a promoção da Segurança cabe à coincidência de o crime ocorrer no momento em que determinada viatura ali se encontra. Dai faz-se necessário distribuir o efetivo com inteligência, estrangulando os pontos de fuga dos criminosos.

O trabalho da Guarda Municipal, definitivamente, precisa ser melhor planejado e orientado. O Executivo não pode se furtar em prestar contas quando provocado nem se esconder atrás de respostas superficiais e evasivas.

A Prefeitura não alocou recurso suficiente para a implantação de *softwares* de inteligência. As imagens captadas pelas 336 (trezentas e trinta e seis) câmeras dispostas na cidade, atualmente, só têm utilidade se, no momento da ocorrência, há um agente olhando para a tela.

Há solução de software de área vedada, que informaria a Guarda Municipal movimentação suspeita nos próprios públicos, por exemplo. Os portais de segurança podem informar prontamente a circulação de veículos roubados. Entretanto, o único recurso que a Prefeitura gasta com inteligência vai para atividades de zeladoria e manutenção predial do Centro de Operações.

É descabida a alocação de cerca de R\$ 163.000.000,00 (cento e sessenta e três milhões de reais) com Gasto de Pessoal e não investir qualquer quantia sequer em implantação de tecnologia que venha a otimizar a prestação dos serviços públicos de segurança.

A Prefeitura orçou R\$ 1.263.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil reais) em naturezas de despesa diversas que não foram executadas. O valor previsto para “Material de Consumo” na Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”, R\$ 1.355.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil reais) é desproporcional aos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previstos para a “Implantação de Soluções Tecnológicas”, ainda mais considerando que o primeiro se refere a despesas com material de escritório, protetor solar, espargidor e afins.

O valor previsto para esse tipo de gasto é muito superior a todo o previsto para o programa de Prevenção à Violência, R\$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil



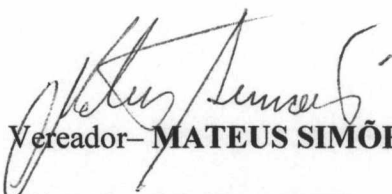
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reais). Ainda por cima, apenas 3% (três por cento) do valor previsto foi gasto no acumulado nos dois primeiros quadrimestres, o que só mostra a falta de planejamento para a alocação desse recurso, que poderia ter sido alocado em outra área mais necessitada.

Ao descontinuar a Subação “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais”, a Prefeitura escolhe em não investir em tecnologia, sendo que a Guarda Municipal não é capaz fisicamente de promover a Segurança em todos os próprios públicos do município.

O Executivo insiste em não divulgar em sua prestação de contas quadrimestral o detalhamento por item de despesa das Subações. A análise da prestação no formato atual não permite distinguir uma natureza de despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, o que foi gasto com pagamento da conta de energia, serviços de consultoria, aluguel de veículos, manutenção de ar condicionado ou serviços de zeladoria. Tal nível de detalhamento está disponível para consulta no Sistema Orçamentário/Financeiro/Contábil – SOF utilizado pela Prefeitura, que opta por não conceder tal acesso à Câmara Municipal, atitude esta que prejudica as atividades de fiscalização pertinentes aos parlamentares por expressa previsão constitucional.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2019.


Vereador – **MATEUS SIMÕES**
Relator - Partido NOVO

Anexo I
Requerimento de Comissão 864/2018



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

864/2018

PROTOCOLIZADO EM PLENÁRIO 08/08/18 às 10:39 h. CM 623 Responsável pelo protocolo

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, com cópia para a Sra. Denise Barcellos, Diretoria Central de Planejamento (PPAG), pedido de informação sobre os resultados dos programas relativos à Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2018, conforme documento anexo.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2018

Vereador Mateus Simões

Vereadora Áurea Carolina

Vereador Gabriel

Vereador Juninho Los Hermanos

Vereador Pedro Lula Patrus

À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Questionamentos relativos à prestação de contas do 1º quadrimestre de 2018 dos programas, ações e subações relacionados à política de segurança pública do município de Belo Horizonte

1. Programa "109 – Operacionalização dos Serviços de Segurança":

1.1. Subação "Implantação da Política de Segurança e Prevenção":

- Em que consiste a atual política de segurança e prevenção da PBH?
- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil", orçada em R\$ 4.985.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 381.355,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.
- A natureza de despesa "339139 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 25.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.

1.2. Subação "Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH":

- No que consiste o estágio de qualificação profissional? Qual é a ementa do curso? Em que áreas/temas os guardas serão capacitados? Qual a carga horária total da capacitação? Enviar cópia do contrato celebrado com a Pessoa Jurídica responsável por ministrar a capacitação.
- Qual foi a razão da discrepância entre o percentual realizado da meta financeira (21,8%) e o da meta física (5,4%)?

1.3. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte":



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- A meta física dessa subação é cumulativa mensalmente? Se sim, por quê? Um equipamento público atendido durante todo o ano será contabilizado 12 vezes?
- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil", orçada em R\$ 96.282.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?
- A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 1.355.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.
- A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 440.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 5.270.190,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A que se refere a natureza de despesa "339093 Indenizações e Restituições", orçada em R\$ 1.816.632,00?
- Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.029.694,00, pretende adquirir? Descrever os materiais, os equipamentos e seus locais de destinação.

1.4. Subação "Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito":

- Como é quantificada a meta física (vias atendidas)? Essas vias contam com a presença permanente de guardas municipais?
- Por que o número de vias atendidas foi quase três vezes superior ao previsto, ainda no primeiro quadrimestre?
- Por que não foram orçadas despesas específicas para essa subação, tal como foi feito para a operacionalização da guarda municipal na saúde e na educação? As despesas com a atividade de controle, fiscalização e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

orientação no trânsito foram contabilizadas em outra(s) subação(ões)?
Se sim, em quais e por qual motivo?

1.5. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal – GMBH na Saúde":

- Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na saúde da operacionalização em seu espectro geral? Quais as especificidades operacionais desta subação que justificam o referido desmembramento?
- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil", orçada em R\$ 10.501.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

1.6. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal – GMBH na Educação":

- Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na educação da operacionalização em seu espectro geral? Quais especificidades operacionais desta subação que justificam referido desmembramento?
- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil", orçada em R\$ 11.882.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

1.7. Subação "Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH":

- No que consistem as operações especiais da GMBH? Onde são realizadas e com qual objetivo?
- Essas operações decorrem de demandas emergenciais de intervenção da Guarda Municipal ou são ações previamente planejadas?
- Como foi feita a projeção dessa meta física?

1.8. Subação "Equipamentos de Proteção Individual":

- A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 186.723,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e sua destinação.

- Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.300.000,00, pretende adquirir? Esses equipamentos incluem o uniforme? Descrever os materiais, os equipamentos e sua destinação.
- Todo o efetivo da GMBH está recebendo novos equipamentos de proteção individual? Os guardas municipais já contavam com equipamentos de proteção individual até então? Se sim, qual será a destinação dos equipamentos que estão sendo substituídos?
- Como foi possível equipar 472 guardas sem custo algum? Como esses equipamentos foram obtidos? Foram utilizados equipamentos usados? Nesse caso, isso poderia ser contabilizado como a realização de uma meta física deste exercício?

1.9. Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH":

- A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 37.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais equipamentos públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 41.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- Como foi possível realizar quase 4 vezes a meta física prevista sem efetuar qualquer realização financeira? Se não é necessária a realização de despesas para alcance e superação da meta, por que foram orçados R\$ 78.000,00 para essa subação?

1.10. Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte":

- Em que consiste a política de prevenção à violência nas escolas? Qual o foco da prevenção? Qual a metodologia aplicada? Quais estudos fundamentam a metodologia adotada?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Por que há duas subações com a mesma finalidade? (A outra está no programa "prevenção social à criminalidade")

1.11. Subação "Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos":

- A quais eventos culturais essa subação se refere? Onde e como ocorrem os eventos? Qual a sua finalidade?
- Como foram realizados 10 eventos sem nenhum gasto?

2. Programa "242 – Prevenção Social à Criminalidade":

2.1. Subação "Prevenção à Violência nas Escolas":

- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 260.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?
- Quantas escolas serão contempladas nessa subação?
- Por que a meta física se refere ao número de territórios atendidos e não ao número de escolas contempladas no município?

2.2. Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil":

- Que ações concretas estão sendo tomadas para prevenção à criminalidade juvenil? Houve mudanças na estratégia da Prefeitura e da Guarda Municipal para prevenção à criminalidade juvenil? Se sim, quais foram as principais mudanças?
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).



- Qual a justificativa para a baixa execução desta subação no primeiro quadrimestre (apenas 1,8% do valor orçado)?

- Quantos jovens serão contemplados nessa subação?

- Por que a meta física se refere ao número de programas implantados nas 9 regionais e não ao número de jovens participantes ou contemplados por esses programas?

2.3. Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas":

- No que consiste essa subação? Como são realizadas as mediações de conflito? Qual a metodologia aplicada no processo de mediação? Como se dão as ações de práticas restaurativas?

- Como são selecionados os casos em que haverá mediação de conflitos e práticas restaurativas? Qual é o critério de seleção dos atendidos?

- Quantos profissionais serão responsáveis pela execução desta subação? Qual a formação prevista para esses profissionais que irão atuar como mediadores?

- Quantas pessoas/famílias serão contempladas nessa subação? Os núcleos a serem implantados serão dimensionados para atender quantos casos por ano cada um?

- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

- Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?

- O valor de R\$ 53.000,00, orçado para essa subação, será suficiente para a implantação de nove núcleos de mediação de conflitos em 2018?

- Após a implantação dos nove núcleos previstos para 2018, com quais recursos serão custeadas as despesas dos mesmos?

3. Programa "84 – Serviços de Iluminação Pública":



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.1. Subação "Controle das Operações de Iluminação Pública":

- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 59.915.300,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "336783 Contraprestação de Serviços", orçada em R\$ 15.572.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "339035 Serviços de Consultoria", orçada em R\$ 500.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

3.2. Subação "Ampliação de Redes de Iluminação Pública":

- A natureza de despesa "449051 Obras e Instalações", orçada em R\$ 1.028.200,00, se refere à quais obras e instalações? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- Quantos novos pontos de iluminação pública estão previstos para serem instalados em 2018? Por que esse critério não foi utilizado como meta física para essa subação?

4. Programa "302 – Belo Horizonte Cidade Inteligente":

4.1. Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP":

- A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 675.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).
- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 1.595.424,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4.2. Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas":

- Quais são as soluções tecnológicas previstas para implantação?

4.3. Subação "Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada":

- A meta física dessa subação se refere a quais simulados? Como e quando eles foram realizados? O que foi testado por meio desses simulados? Quais foram os resultados obtidos nos mesmos?
- Como foi possível a realização dessa subação sem nenhum gasto?
- No que consistem os Protocolos de Atuação Integrada de que trata essa subação? Quais ações/atividades/serviços estão sendo integrados por meio desses protocolos?
- Considerando que a meta física dessa subação já foi 100% alcançada ainda no primeiro quadrimestre de 2018, isso significa que os Protocolos de Atuação Integrada já estão plenamente desenvolvidos e implementados? Se não, em que fase se encontra seu desenvolvimento e/ou implementação?

4.4. Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas":

- Em que consiste a metodologia de gestão integrada para solução de problemas que está sendo implementada pela PBH?
- Como foi possível realizar 89% da meta física sem gastar nada dos R\$50.000,00 inicialmente orçados? Qual a finalidade desse valor?
- Quais são os dezoito territórios selecionados para monitoramento? Destes, quais são os dois que ainda não estão sendo monitorados?
- No que consiste o monitoramento a que se refere a meta física dessa subação? Como se dá esse monitoramento? Que situações/ocorrências/fatos são monitorados dessa forma? Quais foram os resultados decorrentes do monitoramento realizado? Que conclusões puderam ser obtidas a partir desse monitoramento?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4.5. Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais":

- Em quais equipamentos municipais serão instalados circuitos internos de televisão? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses equipamentos públicos?

4.6. Subação "Implantação de Videomonitoramento na Cidade":

- Em que pontos serão instaladas câmeras de videomonitoramento? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses pontos?
- Quem será responsável pela gestão das câmeras de videomonitoramento na cidade? Quanto tempo as imagens ficarão disponíveis? Quem poderá acessar a gravação das imagens e como?
- Enviar cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) para aquisição dos equipamentos e materiais referentes à natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", em que já foram empenhados R\$ 145.749,60.

4.7. Subação "Manutenção de Pontos de Videomonitoramento":

- Por que não foi feita a manutenção de nenhum equipamento no primeiro quadrimestre de 2018 no âmbito dessa subação (realização de 0% da meta física)?
- O recurso de R\$ 3.000,00 orçado para essa subação é suficiente para a manutenção de 336 pontos de videomonitoramento?

SEGURANÇA PÚBLICA			FÍSICO			FINANCEIRO		
PROGRAMAS	AÇÕES	SUBAÇÕES	PREVISTO	REALIZADO	%	PREVISTO¹	REALIZADO²	%
Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	6.466.245	2.208.790	34,2%
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	111	5,4%	1.032.152	225.300	21,8%
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	54.435	45,4%	131.927.516	36.397.126	27,6%
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	376	289,2%	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	13.890.000	3.891.798	28,0%
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	14.955.000	4.479.084	30,0%
		Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	282	40,3%	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!
		Equipamentos de Proteção Individual	2.072	472	22,8%	1.486.723	0	0,0%
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	1.717	373,0%	78.000	0	0,0%
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	100	8	8,0%	3.000	0	0,0%
		Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	10	7,7%	3.000	0	0,0%
Prevenção Social à Criminalidade	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	0	0,0%	262.000	0	0,0%
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	0	0,0%	53.000	958	1,8%
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	0	0,0%	53.000	0	0,0%
Serviços de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	75.997.300	15.976.231	21,0%
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	21.040.200	0	0,0%
Belo Horizonte Cidade Inteligente	Gestão Integrada do COP-BH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!	2.348.924	246.254	10,5%
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0,0%	10.000	0	0,0%
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	100,0%	#N/DISP	#N/DISP	#VALOR!
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	16	88,9%	50.000	0	0,0%
	Videomonitoramento	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0,0%	101.000	0	0,0%
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	0,0%	201.000	0	0,0%
		Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	0	0,0%	3.000	0	0,0%
TOTAL						269.961.060	63.425.540	23,5%

1 Referente ao valor orçado para cada subação.

2 Referente ao valor liquidado para cada subação.

Fonte: Portal da Transparência PBH. Elaboração própria, a partir dos dados dos relatórios: Demonstrativo de Execução das Metas Físicas (atualizado) – 1º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 1º Quad./2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 864 / 2018

Solicitação relativa a:


- ☒ Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
() Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
() Envio de Ofício
() Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
() Apresentação de Moção de autoria da Comissão
() Outros tipos: _____

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- () adiar a apreciação do requerimento.
() rejeitar o requerimento.
☒ aprovar o requerimento.
() outros: _____

26ª Reunião Ordinária

Em 08 / 08 / 18


Presidente da Reunião
Vereador Matheus Simões

Avulsos distribuídos em:

09 / 08 / 2018
09 / 08 / 2018
SECAPC

Coordenador responsável:

Episela / Mariana / Alex

Consultor responsável:

Benigno / Ivana

() Arquivado

() Ciência à Comissão sobre a resposta

Em ____/____/____

DIRLEG

Anexo II
Requerimento de Comissão 212/2019



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

212/2019

PROTOCOLIZADO EM

PLENÁRIO

18/03/19

às 13/32 h.

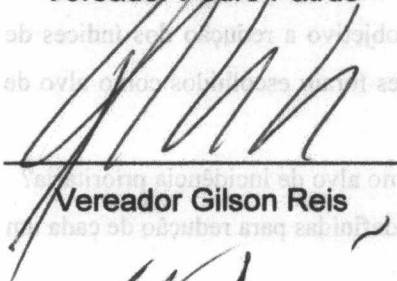
dua/218

Requeremos a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, com cópia para a Sra. Denise Barcellos, Diretora Central de Planejamento (PPAG), pedido de informação sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município, conforme documento anexo.

Belo Horizonte, 18 de março de 2019


Vereador Pedro Patrus


Vereadora Bella Gonçalves


Vereador Gilson Reis


Vereador Maninho Félix


Vereador Mateus Simões

À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

SEGURANÇA PÚBLICA EM BELO HORIZONTE

Comissão de Direitos Humanos e Direito do Consumidor

Grupo de Trabalho de Fiscalização da Segurança Pública

Questionamentos relativos à prestação de contas de 2018 dos Programas “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” (programa 109) e “Prevenção Social à Criminalidade” (programa 242) do PPAG 2018-2021 no município de Belo Horizonte.

QUESTÕES

Questões gerais sobre a Segurança Pública

1. Qual é a perspectiva da SMSP de elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, cuja obrigação foi prevista no § 5º do art. 22 da Lei Federal nº 13.675/18? A SMSP já possui algum documento oficial (disponível para acesso público) destinado a apresentar à população a política de segurança e prevenção no município, detalhando seus objetivos, diretrizes e metas? Se sim, enviar cópia.

2. Em sua resposta ao Requerimento de Comissão nº 864/18, a SMSP informou que a política de segurança e prevenção do município tem como objetivo a redução dos índices de criminalidade em Belo Horizonte. Nesse sentido, quais crimes foram escolhidos como alvo de enfrentamento prioritário por parte da SMSP?

2.1 Por que estes crimes foram escolhidos como alvo de incidência prioritária?

2.2 Em linhas gerais, quais são as estratégias definidas para redução de cada um desses tipos de crime escolhidos como prioridade?

2.3 As estratégias de enfrentamento de cada um desses tipos de crime são baseadas em que tipo de referências (estudos, diagnósticos, dados, pesquisas, etc)?

3. Qual é o percentual de homens e mulheres na Guarda Municipal? Qual é o percentual de mulheres em cada área/setor da GMBH?

4. Foi feita alguma reforma/readequação de unidade da Guarda Municipal no Barreiro? Se sim, quais melhorias/adequações foram feitas?

4.1 A unidade está em utilização atualmente pela Guarda Municipal?

4.2 A Comissão recebeu informações de que esta unidade estaria sendo depredada por vândalos. Houve alguma ocorrência nesse sentido?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Programa Operacionalização dos Serviços de Segurança (109)

Ação 2802 - Gestão da Política de Segurança e Prevenção

Subação "Implantação da Política de Segurança e Prevenção" (2802-1)

1. A previsão orçamentária para custeio de pessoal era de R\$ 6.025.000,00 (somatória das naturezas de despesa "Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil", "Obrigações Patronais", "Diárias - Civil" e "Auxílio-Alimentação"). Entretanto, o valor executado com o custeio de pessoal foi de R\$ 7.480.931,04, ou seja, 24% superior ao previsto. Por quais motivos a execução orçamentária superou o planejado?

2. Não havia previsão orçamentária para a despesa de natureza "Outros serviços de terceiros - Pessoa Física", entretanto foram liquidados R\$ 38.495,49. A quais serviços se refere a execução desta despesa? Quais foram os critérios para a contratação destes serviços?

3. Havia R\$ 30.000,00 planejados para as naturezas de despesa 339139 "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" e 449052 "Equipamentos e Material Permanente", entretanto não houve execução orçamentária. Quais foram os critérios para planejar tais naturezas de despesa?

3.1 Quais foram os impactos para a ação "Gestão da Política de Segurança e Prevenção" da não execução das referidas naturezas?

4. No Ofício SMSP/GP nº 275/2018 página 2 foi informado a despesa de R\$ 190.000,00 com Locação de Veículos junto às empresas Coopertur e M&E Aluguel de Veículos. O contrato da empresa Coopertur enviado em anexo ao referido ofício revela a despesa da Secretaria Municipal de Segurança Pública com 01 Picape, a qual ao longo de um ano totaliza R\$ 74.023,20. O contrato da empresa M&E Aluguel de veículos não foi enviado. Encaminhar o contrato com a referida empresa.

4.1 Qual foi o critério técnico para a escolha destes veículos?

Ação 2791 – Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH

Subação "Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH" (2791-1)

1. Tendo em vista a resposta no Ofício SMSP/GP nº 275/2018: "não temos contrato celebrado com pessoa jurídica responsável por ministrar a qualificação, para ser apresentado", a que se refere a natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 1.032.152,00?

2. Qual(is) empresa(s) recebeu(ram) o valor de R\$ 677.929,82 já liquidado e pago no âmbito dessa subação?

3. Enviar cópia integral dos contratos que respaldam o pagamento dos valores supra indicados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4. Considerando que esse valor não se refere à capacitação dos agentes, conforme informado no Ofício SMSP/GP nº 275/2018, então a qual serviço ele se refere?

Ação 2803 – Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte

Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” (2803-1)

1. Não havia previsão orçamentária para a despesa de natureza "Outros serviços de terceiros - Pessoa Física", entretanto foram liquidados R\$ 7.999,05. A quais serviços se refere a execução desta despesa?

1.1 Quais foram os critérios para a contratação destes serviços?

2. Discriminar o valor previsto e gasto com cada empresa na natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica".

3. A PBH está em dia com o pagamento da Indenização de Uniformes aos Guardas Municipais?

4. No Relatório Analítico do 3º Quadrimestre de 2018 consta o crédito disponível de R\$ 1.700.694,00 para a natureza de despesa "Equipamentos e Material Permanente". Por que apenas 16%, ou seja, R\$ 272.962,50 foram liquidados?

5. No Ofício SMSP/GP nº 275/2018 não foram enviados os seguintes contratos:

- Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo
 - Avaliação Psicológica para GMBH – Empresa Perspectiva
- Enviar os contratos acima.

Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito” (2803-2)

1. Qual é o Plano de Ação da Guarda Municipal na execução desta subação?

Subação “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” (2803-3)

1. Quais são as diretrizes que orientam a ação da GMBH nesta subação?

2. Enviar o detalhamento dos próprios públicos de saúde atendidos da seguinte forma:

2.1 Com a presença de Guardas Municipais durante todo o horário de seu funcionamento;

2.2 Por meio de patrulhamento diário;

2.3. Somente mediante a solicitação da presença de Guarda Municipal.

Subação “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação” (2803-4)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1. Quais são as diretrizes que orientam a ação da GMBH nesta subação?

2. Enviar o detalhamento dos próprios públicos de educação atendidos da seguinte forma:

2.1 Com a presença de Guardas Municipais durante todo o horário de seu funcionamento;

2.2 Por meio de patrulhamento diário;

2.3 Somente mediante a solicitação da presença de Guarda Municipal.

Subação "Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH" (2803-5)

1. Como foi estipulado o número de 700 Ordens de Serviço de caráter planejado?

2. Enviar quadro detalhado das operações especiais por tipo (Operação Sentinela, Operação Viagem Segura, Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública, etc), com os respectivos quantitativos de ordens de serviço. Informar ainda quantas destas operações foram previamente planejadas e quantas se referem a ações emergenciais, por tipo de operação.

Subação "Equipamentos de Proteção Individual" (2803-6)

1. Encaminhar a lista dos equipamentos adquiridos.

2. Qual é o percentual de guardas municipais que se encontram atualmente com seu equipamento completo (considerando as variações conforme as funções exercidas por cada um)?

3. Qual é a atual defasagem da GMBH em cada item de proteção (ex: capacetes, joelheiras, cotoveleiras, coletes balísticos, etc) em relação ao quantitativo adequado?

Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH" (2803-7)

1. No Ofício SMSP/GP nº 275/18, foi informado pela PBH que a taxa de anuidade junto à UEB garante a efetivação do seguro de vida e acidente e é prerrogativa para desenvolver ações e atividades. Informou ainda que essa despesa não foi executada, tendo em vista a desatualização do cadastro da UEB junto ao sistema da Prefeitura. Assim, questiona-se:

1.1 Se a taxa de anuidade é prerrogativa para o desenvolvimento das atividades, como foi possível atender 456 crianças, conforme indicado na meta física?

1.2 As atividades de escotismo estão sendo executadas mesmo sem o seguro de vida e acidentes?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" (2803-8)

1. Os guardas municipais destacados para essas atividades recebem algum tipo de capacitação específica?

Programa Prevenção Social à Criminalidade (242)

Ação 2881 – Ações de Prevenção Social à Criminalidade

Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" (2881-1)

1. O planejamento e a execução das atividades de prevenção social à criminalidade e à violência estão sendo feitas em articulação com a política de assistência social? Considerando os objetivos propostos e a forma de atuação, conforme se observa no Chamamento Público SMSP nº 2/18, essa estratégia de atuação tem grande correlação com os serviços da assistência social, e devem estar alinhados para atuar em sinergia e apoio mútuo.

2. Além da iniciativa de estabelecimento de parceria com entidades da sociedade civil para execução de atividades de prevenção à violência e à criminalidade, a SMSP tem desenvolvido estratégias de atuação comunitária diretamente pela GMBH em áreas de alta vulnerabilidade social, por exemplo com a realização periódica de reuniões com moradores para ouvir sugestões e relatos de acontecimentos locais, com vistas a aproximar o efetivo da GMBH destacado para cada região à comunidade local, numa perspectiva de segurança cidadã, nos termos do inciso IX do art. 5º da Lei Federal nº 13.022/14?

2.1 Em caso positivo, qual tem sido o resultado dessas experiências?

3. Enviar cópia do Pacto GISP pela segurança nas escolas, o qual, segundo informado pela SMSP no Ofício SMSP/GP nº 275/18, foi assinado no último mês de junho.

4. Os territórios a que se refere a meta física equivalem às regionais do município ou aos Territórios de Gestão Compartilhada (TGC)?

Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil" (2881-2)

1. Considerando que a subação "Prevenção à Violência nas Escolas" está sendo renomeada na revisão do PPAG para "Prevenção à Violência nos Territórios", e considerando que ela terá como foco a prevenção à violência juvenil, de modo a reduzir o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, conforme se verifica no Chamamento Público SMSP nº 2/18, ainda se justifica a existência da subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil"?

1.1 Caso sim, quais são as razões para a separação entre essas subações?



- Subação Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas (2881-3)*

1. Em que estágio se encontra a implantação do Projeto de Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas?
2. Onde foi implantado o Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da SMSP constituído no dia 10/04/2018 conforme informado no Ofício SMSP/GP nº 275/2018 página 14?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROGRAMAS	AÇÕES	SUBAÇÕES	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD. (ACUMULADO)	% DO 1º QUAD.	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD. (ACUMULADO)	% DO 2º QUAD.	
Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	6.466.245	2.208.790	5.028.127	7.839.769		
	Capacitação em Serviço de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	111	969	1677		1.032.152	225.300	454.808	677.930		
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	54.435	102.702	148.861		131.927.516	36.397.126	82.066.382	129.676.544		
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	376	99	99		#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	13.890.000	3.891.798	8.806.168	13.805.370		
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	14.955.000	4.479.084	10.134.465	16.003.767		
		Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	282	557	1345		#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP
		Equipamentos de Proteção Individual	2.072	472	2.207	2.212		1.486.723	0	1.630.177	1.630.177		
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	1.717	456	456		78.000	0	0	5.350		
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	100	8	91	120		3.000	0	0	0		
Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	10	17	24		3.000	0	0	0				
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	0	0	1		262.000	0	2.500	12.236		
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	0	0	1		53.000	958	958	958		
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	0	0	1		53.000	0	0	5.520		
Serviços de Iluminação Pública (64)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	75.997.300	15.976.231	37.735.127	59.921.339		
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	21.040.200	0	272.750	21.120.369		
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-SH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	2.348.924	246.254	611.264	894.135		
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0	0		10.000	0	0	0		
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	4	4		#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	
	Videomonitoramento	Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	16	16	4	6		50.000	0	0	0		
		Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0	0		101.000	0	0	0		
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	1	0 [1]		201.000	0	145.750	145.750		
		Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	0	0	268		3.000	0	0	0		
		TOTAL						269.961.806	63.425.640	146.896.476	251.739.215		

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados dos relatórios: Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 1º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 2º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 3º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 1º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 2º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 3º Quad./2018.

Obs: o valor financeiro “Previsto” se refere ao valor orçado para cada subação. O valor financeiro “Realizado” se refere ao valor liquidado para cada subação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 3 /

Solicitação relativa a:

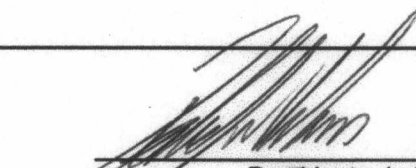
- ☒ Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
- () Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
- () Envio de Ofício
- () Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
- () Apresentação de Moção de autoria da Comissão
- () Outros tipos: _____

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- () adiar a apreciação do requerimento.
- () rejeitar o requerimento.
- ☒ aprovar o requerimento.
- () outros: _____

4ª Reunião Ordinária

Em 18 / 03 / 2019


Presidente da Reunião
Vereador Jedro Latius

Avulsos distribuídos em:

18 / 03 / 19


627
SECAPC

Coordenador responsável:

Mariana Gabriela Teandes

Consultor responsável:

Wânia

() Arquivado

() Ciência à Comissão sobre a resposta

Em _____ / _____ / _____

DIRLEG

Anexo III
Requerimento de Comissão 250/2019



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

250/2019

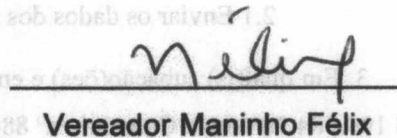
PROTOCOLIZADO EM
PLENÁRIO
25/03/19
às 13 h 39 min
Responsável

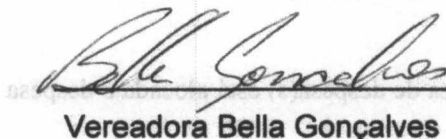
Requeremos a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do

Consumidor, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, ao Sr. Leandro César Pereira, Subsecretário de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura com cópia para a Sra. Denise Barcellos, Diretora Central de Planejamento (PPAG), pedido de informação sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município, conforme documento anexo.

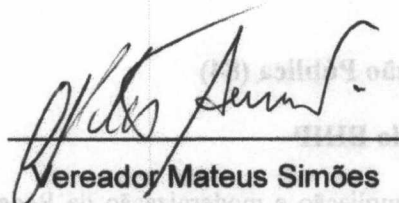
Belo Horizonte, 25 de março de 2019


Vereador Pedro Patrus


Vereador Maninho Félix


Vereadora Bella Gonçalves


Vereador Gilson Reis


Vereador Mateus Simões

À Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

SEGURANÇA PÚBLICA EM BELO HORIZONTE

Comissão de Direitos Humanos e Direito do Consumidor

Grupo de Trabalho de Fiscalização da Segurança Pública

Questionamentos relativos à prestação de contas de 2018 dos Programas “Serviços de Iluminação Pública” (programa 84) e “Belo Horizonte Cidade Inteligente” (programa 302) do PPAG 2018-2021 no município de Belo Horizonte.

QUESTÕES

Questões gerais sobre a Segurança Pública

1. Em que estágio se encontra a execução do cronograma de ampliação e modernização da iluminação pública no tocante às áreas vulneráveis no município?

2. A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP) verificou redução dos índices de criminalidade nas regiões já atendidas pelo processo de ampliação e modernização da iluminação pública conduzidos pelo Consórcio BHIP?

2.1 Enviar os dados dos índices de criminalidade compilados pela SMSP.

3. Em qual(is) subação(ões) e em qual(is) natureza de despesa(s) está alocada a despesa de R\$ 199.984,26 com o Convênio nº 880243/2018?

4. Em qual(is) subação(ões) e em qual(is) natureza de despesa(s) está alocada a despesa de R\$ 253.984,37 com o Convênio nº 879907/2018?

5. Em qual(is) subação(ões) e em qual(is) natureza de despesa(s) está alocada a despesa de R\$ 148.740,75 com o Convênio nº 880254/2018?

Programa Serviços de Iluminação Pública (84)

Questão para o Consórcio BHIP

1. Encaminhar o cronograma de execução da ampliação e modernização da Rede de Iluminação Pública de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ação 2035 – Controle das Operações de Iluminação Pública

Subação "Controle das Operações de Iluminação Pública" (2035-1)

1. No Of. SUPFG-OBI SUPLOR nº 014/2018, não foram enviadas cópias dos contratos com a BH Iluminação Pública S.A. e a Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda, conforme solicitado no requerimento. Assim, reitera-se a necessidade de envio dos mesmos.
2. Detalhar, considerando o valor liquidado total de R\$ 49.337.198,98, qual foi o montante dispendido com o contrato da Cemig e o valor dispendido com o contrato junto à Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda.
3. Conforme informado Of. SUPPG-OBI - SUPLOR nº 014/2018, considerando que o contrato com o Consórcio BHIP contempla "o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficientização energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública" será revisado o Termo de Transferência e acordo Operativo do Sistema de Iluminação Pública realizado junto à Cemig Distribuição S.A, uma vez que o segundo também trata de serviços de operação, manutenção, ampliação e modificação do sistema de iluminação pública?

Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)

Ação 2897 – Gestão Integrada do COP-BH

Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP" (2897-1)

1. Do total orçado para a natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", R\$ 1.000.000,00 é de fonte "captação de recursos vinculados", sendo que não constam despesas nessa rubrica em 2018. A que despesa esse valor se referia?
 - 1.1 Considerando que esse valor representa quase metade de todo o orçado para essa subação, que impactos a ausência de execução dessa rubrica tem sobre o funcionamento e/ou desenvolvimento do COP?
2. Descrever os valores dispendidos com cada um dos serviços mencionados no Of. GABPREF Nº 179/18: "Serviço de Telefonia (Telemar, Claro), Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Ar condicionado - Airtemp, Elevador - Módulo, Subestação – Engevolt), Serviço de Cópias e Reprodução de Documentos (Stoque), Limpeza e Conservação (Desinsetização e desratização - Ddtiza), Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador - Ticket), Locação de Veículos (Coopertur) e Despesas de Pronto Pagamento (Adiantamento Financeiro)".

Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas" (2897-2)

1. O que justifica a ausência de execução dessa subação em 2018?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. As 45 câmeras de videomonitoramento adquiridas, conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, foram integralmente instaladas no Conjunto Arquitetônico da Orla da Lagoa da Pampulha?

Subação "Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada" (2897-3)

1. Considerando, conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, que a meta física estipulada para 2018 "contempla somente uma das faces dos serviços geridos pela SCI, portanto é necessária ainda a confecção das outras frentes de trabalho do COP-BH, tais como serviços urbanos, defesa civil, segurança pública e outros", qual é o planejamento da prefeitura para 2019?

Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas" (2897-4)

1. Conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, qual foi o destino do remanejamento do recurso destinado para esta subação?

Ação 1334 – Videomonitoramento

Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais" (1334-1)

1. Conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18 "foram elencados 120 equipamentos públicos municipais para a instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico e imagens" cujo "critério adotado foi a quantidade de crimes registrados nos Boletins de Intervenção da Guarda Municipal de Belo Horizonte no interior dos equipamentos públicos". Entretanto não houve execução orçamentária. Por que essa subação não foi executada?

2. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

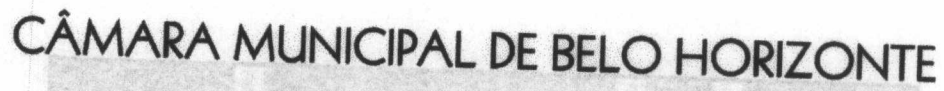
2.1 Diante dessa decisão, qual será a estratégia da SMSP para prevenir futuras ocorrências nesses equipamentos públicos, considerando seu histórico de grande volume de ocorrências?

Subação "Implantação de Videomonitoramento na Cidade" (1334-2)

1. Por que essa subação não foi executada?

2. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

2.1 Diante dessa decisão, qual será a estratégia da SMSP para prevenir a violência/criminalidade nos pontos em que o videomonitoramento seria instalado?





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROGRAMAS	AÇÕES	SUBAÇÕES	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD.	REALIZADO 4º QUAD.	% DO 1º QUAD.	PREVISTO	REALIZADO 1º QUAD.	REALIZADO 2º QUAD.	REALIZADO 3º QUAD.	REALIZADO 4º QUAD.	% DO 1º QUAD.
Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	6.466.245	2.208.790	5.028.127	7.639.769		
	Capacitação em Serviço de Qualificação Profissional GMBH	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	111	969	1677			1.032.152	225.300	464.808	677.930		
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	54.436	102.702	148.881			131.927.516	36.397.126	82.066.382	129.676.544		
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	130	376	99	99			#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP		#N/DISP
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	13.890.000	3.891.798	8.806.168	13.806.370		
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	14.955.000	4.479.084	10.134.465	16.003.767		
		Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	282	557	1345			#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP		#N/DISP
		Equipamentos de Proteção Individual	2.072	472	2.207	2.212			1.486.723	0	1.630.177	1.630.177		
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	460	1.717	456	456			78.000	0	0	5.350		
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	100	8	91	120			3.000	0	0	0		
Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	10	17	24			3.000	0	0	0				
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade	Prevenção à Violência nas Escolas	9	0	0	1			262.000	0	2.500	12.238		
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	0	0	1			53.000	958	958	958		
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas	9	0	0	1			53.000	0	0	5.520		
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	75.997.300	15.976.231	37.735.127	59.921.339		
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	21.040.200	0	272.750	21.120.369		
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-SH	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	2.348.924	246.254	611.264	894.135		
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	0	0	0			10.000	0	0	0		
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	4	4	4			#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP	#N/DISP		#N/DISP
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	16	16	4	6			50.000	0	0	0		
	Videomonitoramento	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais	120	0	0	0			101.000	0	0	0		
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade	185	0	1	0 [1]			201.000	0	145.750	145.750		
		Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	0	0	268			3.000	0	0	0		
TOTAL									269.361.000	63.425.640	146.896.476	251.739.216		

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados dos relatórios: Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 1º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 2º Quad./2018; Demonstrativo de Execução das Metas Físicas – 3º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 1º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 2º Quad./2018; Relatório Comparativo Orçamento com Execução Analítico – 3º Quad./2018.

Obs: o valor financeiro “Previsto” se refere ao valor orçado para cada subação. O valor financeiro “Realizado” se refere ao valor liquidado para cada subação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 250 / 2019

Solicitação relativa a:

- ☒ **Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa**
- ☐ **Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa**
- ☐ **Envio de Ofício**
- ☐ **Apresentação de Indicação de autoria da Comissão**
- ☐ **Apresentação de Moção de autoria da Comissão**
- ☐ **Outros tipos:** _____

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- ☐ **adiar a apreciação do requerimento.**
- ☐ **rejeitar o requerimento.**
- ☒ **aprovar o requerimento.**
- ☐ **outros:** _____

5ª Reunião Ordinária

Em 25 / 03 / 2019

Presidente da Reunião

Vereador

Avulsos distribuídos em:

26 / 03 / 2019

Chua/218
SECAPC

Coordenador responsável:

Fabiana / Pereira

Consultor responsável:

Ivânia / Ribeiro

☐ Arquivado

☐ Ciência à Comissão sobre a resposta

Em ____ / ____ / ____

DIRLEG

Anexo IV
Ofício SMSP/GP nº 275/2018



OF. GABPREF Nº 179 /18

Belo Horizonte, 17 / 9 /2018

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 864/2018** – Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor– encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 2.845/18, de 10/08/18.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 864/2018, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que solicita informações sobre os resultados dos programas relativos à Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2018.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção manifestaram-se por meio do Ofício GAB-SUPLOR/DTL-GP Nº 023/2018, e Ofício SMSP/GP nº 275/2018, acompanhado de mídia digital – CD – respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Caio Barros Cordeiro

Diretor Técnico-Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Vereador Henrique Braga
CAPITAL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 17/09/18

Responsável pela distribuição



Ofício SMSP/GP nº. 275/2018

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2018

Referência: Requerimento de Comissão nº. 864/2018 - TAG-LAI nº 85322

Senhor Diretor,

Em atenção ao requerimento de Comissão nº. 864/2018, encaminhamos as seguintes informações:

1. Programa "109 — Operacionalização dos Serviços de Segurança":

1.1. Subação "Implantação da Política de Segurança e Prevenção":

• Em que consiste a atual política de segurança e prevenção da PBH?

A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP) de Belo Horizonte atua na coordenação e planejamento de ações preventivas voltadas para a defesa do cidadão e do patrimônio público municipal, sendo este último representado pelas unidades de saúde, escolas, parques e praças.

O objetivo da pasta é reduzir o índice de criminalidade em Belo Horizonte, o que inclui entre suas funções também a manutenção da ordem pública e do espaço urbano, garantindo, por exemplo, a fluidez do trânsito e coibindo a ação de vendedores clandestinos, flanelinhas, pichadores e evitando a invasão de terrenos públicos municipais.

Com a finalidade de proteger e cuidar da cidade e das pessoas que nela habitam ou transitam, a SMSP coordena a Guarda Municipal de Belo Horizonte (GMBH), sendo composta também pela Subsecretaria de Qualidade e Controle, pela Diretoria do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), pela Diretoria de Prevenção à Criminalidade e pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças.

• A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 4.985.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 381.355,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.

A natureza de despesa em questão, se refere a contratação dos seguintes serviços:

Ao Senhor
Calo Barros Cordeiro
Diretoria Técnico-Legislativa
Gabinete do Prefeito
Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro
Belo Horizonte/MG



Serviço de Confeção em Geral (Chaves/Carimbo)	R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais)
Serviços de Energia Elétrica (CEMIG)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Serviços de Água e Esgoto (COPASA)	R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro)	R\$ 5.004,00 (cinco mil e quatro reais)
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Recarga de Extintores)	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos (Serviços de Impressão – Stoque)	R\$ 41.004,00 (quarenta e um mil e quatro reais)
Condomínio (pagamento da taxa de condomínio do edifício Bolsa de Valores – Sede da SMSP)	R\$ 49.077,00 (quarenta e nove mil e setenta e sete reais)
Locação de Veículos (Coopertur e M&E Aluguel de Carros)	R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)
TOTAL	R\$ 381.335,00 (trezentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais)

• A natureza de despesa "339139 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 25.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Descreva cada serviço orçado que compõe o montante referido indicando seu respectivo valor.

No que se refere a natureza de despesa em questão, informamos que esse valor foi orçado para pagamento de aluguel do imóvel que abrigaria a Junta de Serviço Militar, porém o recurso não foi utilizado, uma vez que a JSM foi lotada no prédio do BHRsolve.

1.2. Subação "Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH":

• No que consiste o estágio de qualificação profissional? Qual é a ementa do curso? Em que áreas/temas os guardas serão capacitados? Qual a carga horária total da capacitação? Enviar cópia do contrato celebrado com a Pessoa Jurídica responsável por ministrar a capacitação.

O Estágio de Qualificação Profissional consiste no alinhamento e aprimoramento das práticas e conhecimentos técnicos adquiridos através da formação inicial, bem como das vivências do dia-a-dia de cada agente, sempre, com vistas à eficiência nos serviços prestados para atuarem corretamente diante do que a sociedade espera. Assim, o Estágio de qualificação Profissional, tendo como princípios norteadores os mencionados no art. 3º, da Lei 13022/2014, atende o previsto no Decreto Federal nº 5.123, de 1 de julho de 2004.

Por questões operacionais e estratégicas, o treinamento ocorre gradativamente ao longo do ano, na Sede da GMBH, por meio do Estágio de Qualificação Profissional, objetivando alcançar 100% do efetivo. Neste sentido, o primeiro quadrimestre reflete apenas a primeira etapa do referido treinamento. Complementamos ainda, que a Capacitação e Reciclagem da Guarda Municipal de Belo Horizonte, é realizada utilizando-se os meios logísticos disponíveis, ministrada preferencialmente por corpo docente composto por agentes da própria instituição, que atual como multiplicadores e repassam aos seus pares informações e conhecimentos técnicos proporcionados pela Administração Municipal, sem custo adicional.

No que se refere à Ementa, o Estágio de Qualificação tem como referência a matriz curricular nacional para as Guardas Municipais, elaborado pelo Ministério da Justiça e SENASP.

Com relação às áreas/temas em que os guardas foram capacitados, informamos que no primeiro quadrimestre do corrente ano, a Guarda Civil Municipal e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, proporcionou cursos, realizados pela PBH por meio das secretarias e coordenadorias, com ênfase à atuação na prevenção da violência e da criminalidade, bem como ações com foco em direitos e cidadania para mulheres, LGBT, crianças, adolescentes e jovens.



No que tange à carga horária total de capacitação, informamos que os cursos de atualização tem o objetivo de alcançar 80h/anual e são contabilizados cursos à distância oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), seminários, palestras, treinamentos, bem como cursos avulsos realizados de forma presencial, concluídos no corrente ano, com pertinência temática com o cargo público efetivo/posto hierárquico da Guarda Municipal.

Por fim, informamos que, como as aulas de qualificação são ministradas pelos próprios agentes da instituição, como multiplicadores de conhecimentos técnicos, proporcionados pela Administração Municipal, bem como eventos realizados pela PBH, órgãos pertencentes ao Sistema de Defesa Social, e parcerias entre a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e as diversas secretarias e coordenadorias do município, não temos contrato celebrado com pessoa jurídica responsável por ministrar a qualificação, para ser apresentado.

• Qual foi a razão da discrepância entre o percentual realizado da meta financeira (21,8%) e o da meta física (5,4%)?

A Meta financeira se refere ao treinamento, capacitação e avaliação, abrangendo conteúdos teóricos e práticos de manuseio de arma de fogo e uso progressivo da força, para Guardas Municipais de Belo Horizonte, com fornecimento de material didático e infraestrutura em que há contratação de empresa para ministrar a referida capacitação.

Na meta física, somente são contabilizados os Guardas Municipais que já completaram o Estágio de Qualificação Profissional, citado na questão anterior, com 80h/aula. Esse estágio é realizado durante todo o ano. Assim, mesmo que o GM tenha realizado o treinamento de tiro, mas não completou a carga horária total das 80h/aulas, não há a contabilização, para não ocorrer sobreposição.

1.3. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte":

• A meta física dessa subação é cumulativa mensalmente? Se sim, por quê? Um equipamento público atendido durante todo o ano será contabilizado 12 vezes?

A meta é cumulativa, pois o produto trata-se da realização de Patrulhamento Preventivo Motorizado em Equipamentos Municipais. Assim, não são contabilizados os equipamentos públicos atendidos, mas sim, os patrulhamentos preventivos realizados.

O patrulhamento preventivo é o exercício da atividade de policiamento da Guarda Civil Municipal, em que é realizada a ronda em áreas propensas a atividades criminosas, utilizando-se de estratégia de emprego de efetivo a pé ou em veículo adaptado para tal função. O patrulhamento destina-se a ações realizadas em setores pré-definidos, constituindo-se em medidas preventivas e operações que viabilizem um nível satisfatório na sensação de segurança da população quando da utilização dos espaços públicos.

• A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 96.282.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

• A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 1.355.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.

A Natureza de despesa 339030 compreende os seguintes materiais: Material de Escritório (Papel A4),



Material Elétrico e Eletrônico (Lâmpadas e Reatores), Material de Limpeza e Produção de Higienização (Protetor Solar), Material para Segurança Urbana (Espargidor), Peças e Acessórios para Equipamentos e Outros Materiais Permanentes, além de Outros Materiais de Consumo.

No que se refere ao Protetor Solar, esses são distribuídos aos agentes empenhados nas atividades de controle e fiscalização do trânsito.

Já o espargidor, é distribuído aos agentes da corporação objetivando o uso moderado da força quando necessário, utilizando-se de sprays incapacitantes com tecnologia não letal.

• A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 440.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

A natureza de despesa 339037 se refere ao contrato de Locação de Serviço de Conservação e Limpeza, com a Empresa MGS.

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 5.270.190,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

No que tange a Natureza de Despesa 339039, informamos que trata-se de gastos com os seguintes serviços: Energia Elétrica (CEMIG), Serviços de Telecomunicações (Oi e Claro), Serviços Gráficos (Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo), Locação de Veículos (Apolo e Estrela), Outros Serviços de Terceiros PJ (Avaliação Psicológica para GMBH – Empresa Perspectiva).

• A que se refere a natureza de despesa "339093 Indenizações e Restituições", orçada em R\$ 1.816.632,00?

A Natureza de Despesa 339033 se refere ao pagamento da Indenização de Uniformes para os integrantes da carreira da Guarda Municipal, instituído por meio da Lei nº 10.799, de 26 de Janeiro de 2015.

• Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.029.694,00, pretende adquirir? Descrever os materiais, os equipamentos e seus locais de destinação.

No que tange a Natureza de Despesa 449052, informamos que R\$1.000.000,00 se trata de abertura orçamentária para fonte de recursos vinculados. Para o período, foi realizada a captação de R\$ 217.242,81 (duzentos e dezessete mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), por meio de Convênio Federal nº 841353/2016, que objetivou a aquisição de 58 Armas de Choque, com dispositivo Elétrico Incapacitante, SPARK Z 2.0 e 01 Equipamento de Coleta de Dados, Datakit Wi-Fi, DZ 2.0, a serem utilizadas pela Guarda Municipal em sua rotina operacional.

Já o valor de R\$ 29.694,00 será utilizado para aquisição de armamento. Deste valor, R\$ 2.179,69 já foi gasto como contrapartida do município no referido convênio.

1.4. Subação "Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito":

• Como é quantificada a meta física (vias atendidas)? Essas vias contam com a presença permanente de guardas municipais?

A quantificação da meta física vias atendidas se realiza por meio da contabilização das vias onde houve a presença do agente de trânsito da Guarda Municipal em determinado mês. Assim, nem toda interseção possui um Guarda Municipal fixo, uma vez que o efetivo lançado é disponibilizado de acordo com a demanda operacional.



- Por que o número de vias atendidas foi quase três vezes superior ao previsto, ainda no primeiro quadrimestre?

Informamos que a Guarda Municipal de Belo Horizonte, por meio da Inspetoria de Trânsito, possui a meta de atender 130 vias/ano e no primeiro quadrimestre houve uma média de atendimento de 94 vias/mês. Este número se deve às rotas da operação de fiscalização de rotativo.

Existem ainda, variações durante o período de carnaval, em função da proporção que este evento tomou nos últimos anos na capital.

- Por que não foram orçadas despesas específicas para essa subação, tal como foi feito para a operacionalização da guarda municipal na saúde e na educação? As despesas com a atividade de controle, fiscalização e orientação no trânsito foram contabilizadas em outra(s) subação(ões)? Se sim, em quais e por qual motivo?

As despesas desta subação foram efetivadas dentro a Subação 1.3 Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte.

1.5. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal — GMBH na Saúde":

- Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na saúde da operacionalização em seu espectro geral? Quais as especificidades operacionais desta subação que justificam o referido desmembramento?

Com relação a ação Operacionalização da Guarda Municipal na área da saúde, informamos que trata-se de despesas relacionadas à pagamento de vale-transporte dos Guardas Municipais que atuam no próprios municipais da área da Saúde.

- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 10.501.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

1.6. Subação "Operacionalização da Guarda Municipal — GMBH na Educação":

- Qual a justificativa técnica para separar a operacionalização da Guarda Municipal na educação da operacionalização em seu espectro geral? Quais especificidades operacionais desta subação que justificam referido desmembramento?

Com relação a ação Operacionalização da Guarda Municipal na área da educação, informamos que trata-se de despesas relacionadas à pagamento de vale-transporte e salário dos Guardas Municipais que atuam no próprios municipais da área da Educação.

- A natureza de despesa "319011 Vencimentos e vantagens fixas — Pessoal Civil", orçada em R\$ 11.882.000,00, engloba quantos servidores públicos? Quais cargos eles ocupam?

Com relação a natureza de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas, informamos que o detalhamento deverá ser solicitado à Gerência de Gestão da Folha de Pagamento, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Gestão de Pessoas.

1.7. Subação "Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte — GMBH":

- No que consistem as operações especiais da GMBH? Onde são realizadas e com qual



objetivo? Essas operações decorrem de demandas emergenciais de intervenção da Guarda Municipal ou são ações previamente planejadas? Como foi feita a projeção dessa meta física?

No que se refere a subação Operações Especiais, informamos que o Departamento de Missões Especiais da Guarda Municipal é o setor que concentra as operações/grupamentos como: Operação Sentinela, Operação Viagem Segura, Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública e outros grupamentos considerados especializados, devido as características de atuação e preparação prévia. Esses grupamentos também podem atuar em situações nas quais não é possível um planejamento prévio como manifestações espontâneas e outros, onde é necessário o empenho emergencial do efetivo. A meta de 700 Ordens de serviço decorre especialmente destas ações planejadas ou espontâneas, bem como do atendimento e apoio aos diversos eventos que ocorrem nesta capital rotineiramente.

1.8. Subação "Equipamentos de Proteção Individual":

• **A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 186.723,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais próprios públicos? Descrever os materiais e sua destinação.**

A natureza de despesa 339030, abrange os seguintes materiais: 336 Capacetes, 340 bastões anti-tumulto, 50 escudos, 50 joelheiras, 50 cotoveleiras e extintores de incêndio, a serem utilizados na rotina operacional e em grandes eventos em que a Guarda Municipal de Belo Horizonte atua.

• **Quais equipamentos e materiais a natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", orçada em R\$ 1.300.000,00, pretende adquirir? Esses equipamentos incluem o uniforme? Descrever os materiais, os equipamentos e sua destinação.**

Com o recurso previsto na natureza de despesa 449052, a SMSP adquiriu 940 Coletes Balísticos para ser utilizados pelos Guardas Municipais, a fim de substituir os coletes que tiveram a data de validade vencida.

• **Todo o efetivo da GMBH está recebendo novos equipamentos de proteção individual? Os guardas municipais já contavam com equipamentos de proteção individual até então? Se sim, qual será a destinação dos equipamentos que estão sendo substituídos?**

Através dos processos de aquisições que já foram concluídos durante o primeiro quadrimestre do corrente ano aprimoramos o nosso quadro logístico de EPI's. Os equipamentos adquiridos nesse período é cautelado nas intendências de forma de revezamento, tendo em vista que não atende o efetivo total dos agentes que necessitam.

Os novos equipamentos suplementam a logística operacional já existente, atendendo assim, um maior número de agentes. Portanto, descarte de materiais só ocorre em razão de vencimento ou perda de utilidade em razão de desgastes naturais ocorridos.

• **Como foi possível equipar 472 guardas sem custo algum? Como esses equipamentos foram obtidos? Foram utilizados equipamentos usados? Nesse caso, isso poderia ser contabilizado como a realização de uma meta física deste exercício?**

Foram adquiridos, no primeiro quadrimestre de 2018, 50 joelheiras/caneleiras e 50 cotoveleiras, com recurso do tesouro municipal. A compra foi concluída em março/2018.

Além disso, foram adquiridas, 150 agasalhos para chuva, com recursos do tesouro, cujo processo de compra foi concluído em janeiro/2018.

Em função da realização dos eventos de carnaval, a GMBH recebeu da BELOTUR, 100 unidades de



capacetes anti-tumulto.

Equivocadamente, foi contabilizado dentro desta meta, a aquisição de espingardas, cartuchos e rádios transceptores, como itens que poderiam promover o cumprimento da meta de guardas equipados. Assim, solicitaremos a retificação dos dados informados, uma vez que, para o primeiro quadrimestre, deveremos considerar 300 guardas municipais equipados com equipamentos de proteção individual.

1.9. Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH":

- **A natureza de despesa "339030 Material de Consumo", orçada em R\$ 37.000,00, compreende quais materiais? Esses materiais pretendem atender quais equipamentos públicos? Descrever os materiais e seu local de destinação.**

Na referida natureza de despesa, podem ser feitas aquisições de uniformes escoteiros para atendimento às crianças, adolescente e adultos coordenadores das ações que são desenvolvidas, uma vez que o uniforme escoteiro traz o sentimento de pertencimento e traduz, através de distintivos e insígnias, as conquistas do público juvenil. Além disso, serão adquiridos materiais para serem utilizados no desenvolvimento de atividades, enriquecendo a qualidade das ações e aumentando as possibilidades, tais como cordas, material de proteção individual e de segurança (capacete, luvas, cadeirinha, mosquetão, freio, cordelete, fita tubular, polia). Esses materiais estariam disponíveis para atendimento das unidades escoteiras ligadas ao Projeto que estão sediadas nas Regionais Barreiro, Noroeste, Nordeste, Norte, Leste, Oeste e Venda Nova. Além da nova unidade a ser criada na Regional Centro Sul. Os uniformes subsidiariam a nova unidade para atender crianças e adolescentes no Morro do Papagaio e cujo trâmite para criação já está em processo. Os uniformes são adquiridos junto à União dos Escoteiros do Brasil – UEB. Neste semestre não foi possível executar nenhum processo por questões administrativas da UEB junto ao sistema de cadastro da Prefeitura de Belo Horizonte.

- **A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 41.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).**

Essa natureza de despesa pode ser utilizada para o pagamento da taxa de anuidade junto a UEB, para todas as pessoas inseridas no Projeto. Essa taxa anual garante a efetivação do seguro de vida e acidente e é prerrogativa para desenvolver ações e atividades no ano corrente. Não foi executado, tendo em vista a desatualização do cadastro da UEB junto ao sistema da Prefeitura. Outros serviços que podem ser contratados no decorrer do ano como a locação de ônibus para transporte dos participantes em atividades que demandam deslocamento, como os acampamentos, visitas, excursões; e ainda, há possibilidade de custear inscrições em cursos técnicos e de formação para os Guardas Municipais que coordenam o desenvolvimento das atividades/ações.

- **Como foi possível realizar quase 4 vezes a meta física prevista sem efetuar qualquer realização financeira? Se não é necessária a realização de despesas para alcance e superação da meta, por que foram orçados R\$ 78.000,00 para essa subação?**

Anualmente, a destinação de recursos financeiros ao Projeto Escotismo conduzem ao alcance das metas e objetivos estipulados. Nos anos anteriores, (2015, 2016 e 2017) o Projeto foi executado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que facultou alcance das metas. Em 2018, pela destinação dos recursos mencionados, pretende-se subsidiar o Projeto para alcance da meta estipulada.

Reforçamos ainda, que nos meses de Janeiro a Março, foram atendidos 456 crianças/jovens. Já nos meses de abril a Julho, esse número passou para 349 crianças/adolescentes atendidos, não sendo por tanto, uma meta acumulativa.



1.10. Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte":

- **Em que consiste a política de prevenção à violência nas escolas? Qual o foco da prevenção? Qual a metodologia aplicada? Quais estudos fundamentam a metodologia adotada?**

Informamos que a Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" visa assegurar a adoção de medidas voltadas à resolução de conflitos no ambiente escolar, a ser desenvolvido de forma integrada entre a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, Guarda Municipal de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Educação, objetivando, basicamente, orientar, prevenir e proteger as unidades escolares da rede municipal, no âmbito de Belo Horizonte.

São utilizadas rodas de conversas (temáticas pertinentes à faixa etária), palestras, oficinas, dia de brincar, atividades lúdicas, caminhadas preventivas entre outras.

O Grupamento de Patrulha Escolar – GPE, responsável pelo desenvolvimento destas ações, foi instituído em atenção aos projetos e programas de prevenção à violência e promoção da paz em escolas da rede municipal de ensino, em conformidade com a Lei 10.213/2011, que cria o Programa BH Trote Solidário e de Prevenção e Combate ao Bullying. Com o Advento da Lei Federal 13.022/2014, a atuação da Guarda Municipal no ambiente escolar foi reforçada, já que no inciso XVIII, art. 5º, Das Competências Específicas, estabelece que a instituição deve atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

- **Por que há duas subações com a mesma finalidade? (A outra está no programa "prevenção social à criminalidade")**

Esta subação, cujo produto são atividades realizadas, refere-se ao trabalho que foi desenvolvido em alguma escola de BH, pelo Grupamento de Patrulha Escolar.

Já a subação que consta dentro do Programa Prevenção Social à Criminalidade, tem como foco desenvolver projetos e ações de articulação comunitária e institucional, individuais e coletivas, em espaços de altos índices de vulnerabilidade e de violência na/pela cidade, para redução da sensação de insegurança e interferência nos fenômenos próprios de produção dessas violências, em que a ação nas escolas é uma parte do programa. Mais informações sobre esse programa no item 2.

1.11. Subação "Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos":

- **A quais eventos culturais essa subação se refere? Onde e como ocorrem os eventos? Qual a sua finalidade?**

Esta subação se refere às atividades desenvolvidas pela Banda de Música da GMBH. Desde sua criação a Banda de Música da GMBH desenvolve um conjunto de ações e projetos junto às escolas do município e a comunidade, além de estar presente nos eventos cívicos e oficiais da Prefeitura. A Banda da Guarda Municipal de Belo Horizonte, constituída há 11 anos, desenvolve um trabalho integrador com as comunidades de Belo Horizonte.

As apresentações da Banda possibilitam um estreitamento das relações com as comunidades, permitindo a constituição de um espaço coletivo, participativo, integrador e de socialização, movimentado e embalado pela arte. A música é um elemento socializador na construção de aspectos como a disciplina, concentração, construção de grupo, atitude responsável do ser. Aspectos esses que são fundamentais para a construção de uma dinâmica social pautada na cultura da paz e no reconhecimento do direito à segurança como um direito social.

- **Como foram realizados 10 eventos sem nenhum gasto?**



O demandante que solicita a apresentação da Banda de Música da Guarda Municipal, é responsável por providenciar o transporte, que seria o gasto mais considerável nas atividades que a banda desenvolve, além de providenciar os equipamentos sonoros tais como caixa de som, mesa, microfones, dentre outros, o que justifica a ausência de gastos nesta subação.

2. Programa "242 — Prevenção Social à Criminalidade": 2.1. Subação "Prevenção à Violência nas Escolas":

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 260.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

Com a criação da Diretoria de Prevenção Social a Criminalidade em 2017, foram enviados esforços no sentido de constituir uma Política Municipal de Prevenção Social à Criminalidade. Este esforço resultou em frentes de ações. Inicialmente tínhamos uma linha de atuação focada nas escolas, entretanto a análise das variáveis sobre a violência nos remeteu para o território.

Esclarecemos que já foi solicitada a revisão da Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" para "Prevenção à Violência nos Territórios", sendo que a ação nas escolas é uma parte do programa. O projeto territórios de prevenção à violência juvenil tem por objetivo desenvolver projetos e ações de articulação comunitária e institucional, individuais e coletivas, em espaços de altos índices de vulnerabilidade e de violência na/pela cidade, para redução da sensação de insegurança e interferência nos fenômenos próprios de produção dessas violências. Para cada território de execução serão realizadas as seguintes ações:

- Diagnóstico e Identificação de fatores de risco e proteção;
- Mapeamento das redes locais e lideranças comunitárias;
- Seleção das escolas prioritárias;
- Realização de estudos técnicos com a rede institucional;
- Seminário Comunitário;
- Encontros formativos com lideranças comunitárias e validação do pacto local de prevenção às violências;
- Celebração do pacto comunitário de prevenção às violências;
- Execução das ações e estratégias coordenadas;
- Monitoramento e avaliação do plano de ação e indicadores de resultados.

No reordenamento orçamentário realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção essa subação teve seu recurso estabelecido em R\$147.188,29

Os recursos previstos na Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" foram planejados para contratação de serviços técnicos especializados que promovam a prevenção social à criminalidade e às violências em territórios de maior vulnerabilidade juvenil. A SMSP definiu pela modalidade Chamamento Público que propõe uma parceria com a sociedade civil.

• A PORTARIA SMSP nº 009/2018 instituindo a Comissão de Seleção de Organização da Sociedade Civil foi publicada em 16 de julho de 2018. Cabe ressaltar que os recursos já foram aprovados pela CCG em reunião do dia 13 de agosto, o edital aguarda aprovação para publicação nos próximos dias.

• Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?

A Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" está em execução desde 2017 – com as seguintes ações:

- 16 de novembro de 2017 - inscrição do Programa Territórios junto ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente
- 11 de dezembro de 2017 - Criação do grupo de trabalho para elaborar propostas intersetoriais



para prevenção à letalidade violenta de jovens e adolescentes no município.
Em 2018, conforme relatórios mensais de prestação de contas e acompanhamento enviados para cadastro no Sistema Orçamentário Financeiro – SOF pela Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade foram executadas as ações conforme quadro abaixo.

Esclarecemos que de janeiro a março o programa executou as etapas de estruturação de suas ações e de elaboração de instrumentos legais para a contratação dos serviços.

Nesse mesmo período foi criado o Grupo de trabalho segurança nas escolas, em 29 de janeiro de 2018. O grupo se reúne toda última terça-feira de cada mês, com representação do comando da guarda e equipe de gestão da SMED.

Em 27 de junho de 2018 foi efetivada a assinatura do Pacto GISP (Grupo de gestão integrada de segurança e prevenção) pela segurança nas escolas - na mesa permanente de discussão sobre convivência escolar.

Programa/ Subação	Unidade de Medida	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Prevenção à violência nas escolas	Território atendido	0	0	0	0	0	0
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		0	-	-	-	-	-

Observação: Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços.

Abril: Ações realizadas objetivando a implantação do programa: Visitas à comunidade; Contatos com Organizações Sociais com o intuito de constituição de uma rede local de prevenção do crime e da violência; Reuniões com a comunidade; Reuniões GISP Leste; Elaboração do pacto de prevenção da violência nas escolas; Apresentação do Pacto para o GISP Leste; Reuniões do GT Segurança da Educação – apresentação de dados; Articulação intersetorial com a SMED, SMSA, SMASAC, SMC.

Maio: Ações realizadas objetivando a implantação do programa: Visitas à comunidade; Contatos com Organizações Sociais com o intuito de constituição de uma rede local de prevenção do crime e da violência; Elaboração do pacto de prevenção da violência nas escolas.

Junho: Houve a continuidade das ações de implantação do programa que envolveram visitas às comunidades, contatos com Organizações Sociais, reunião com a SMED com a finalidade de discutir os resultados do 1º semestre.

Julho: As ações junto à comunidade foram continuadas com reuniões de articulação dos serviços e identificação de atores

• **Quantas escolas serão contempladas nessa subação?**

O Território L4, definido como prioritário para implantação do Programa Territórios, abrange os Bairros Granja de Freitas, Alto Vera Cruz, Conjunto Taquaril, Taquaril e engloba um total de 8 escolas da Rede Municipal de Ensino, sendo 5 que compreendem o 1º, 2º e 3º ciclos e 3 UMEIS.

O Diagnóstico das ocorrências registradas pela GM no interior das Escolas Municipais de 2017, produzido pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção revelou que as escolas com maior quantitativo de ocorrências no ano de 2017 estão localizadas no território L4. A Escola Municipal Fernando Dias Costa apresentou o maior número de ocorrências com 23, seguida pelas Escolas Municipais Doutor Júlio Soares – 21, Israel Pinheiro – 17 e Escola Municipal Professora Alcida Torres – 16. Esse diagnóstico aliado ao processo de análise de ocorrências policiais no escape limite de 500



metros contribuiu para que essas 4 escolas sejam prioritárias nas ações que serão implantadas. No entanto todas as escolas estão dentro do escopo de atuação do programa.

Escola	Sede	Alunos	Professores
Escola Municipal Doutor Júlio Soares	Sede	88	824
Escola Municipal George Ricardo Salum	UMEI Alto Vera Cruz	41	318
Escola Municipal George Ricardo Salum	Sede	78	656
Escola Municipal Professora Alcida Torres	Sede	74	798
Escola Municipal Fernando Dias Costa	Sede	82	714
Escola Municipal Doutor Júlio Soares	UMEI Granja de Freitas	44	239
Escola Municipal Israel Pinheiro	Sede	94	920
Escola Municipal Fernando Dias Costa	UMEI Taquaril	58	324

Fonte: Sistema de Gestão Escolar (SGE); 13/09/2017

• Por que a meta física se refere ao número de territórios atendidos e não ao número de escolas contempladas no município?

O programa trabalha a prevenção da violência no território e as escolas são uma porta de entrada para as ações estruturadas até o momento, mas não restritas a elas. Várias são as possibilidades de unidade de medida para a meta física como: quantidade de alunos atendidos, quantidade de escolas e quantidade de ações realizadas.

A opção por território atendido sintetiza esse conjunto de ações e pondera numa perspectiva de ampliação da política para as demais regionais ao longo dos 4 anos de vigência do PPAG 2018-2022. Considerou-se também o fato de que a unidade de medida territórios subentende todas as outras unidades de medidas como: alunos atendidos, escolas atendidas, ações desenvolvidas, reuniões realizadas, rondas realizadas entre outras.

2.2. Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil":

• Que ações concretas estão sendo tomadas para prevenção à criminalidade juvenil? Houve mudanças na estratégia da Prefeitura e da Guarda Municipal para prevenção à criminalidade juvenil? Se sim, quais foram as principais mudanças? (Ver com a Guarda)

O Programa de Prevenção à Criminalidade Juvenil é uma política complexa e absolutamente nova para a gestão pública municipal. A principal ação para esse momento de seu estabelecimento, é a construção de uma agenda de articulação e responsabilização com a estratégia dos agentes sociais e políticos que estarão diretamente envolvidos no desenvolvimento desse programa.

Até o presente momento foram executadas concretamente as seguintes ações, conforme relatórios mensais de prestação de contas e acompanhamento enviados para cadastro no Sistema Orçamentário Financeiro – SOF, pela Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade, de acordo com o quadro abaixo. Esclarecemos que de janeiro a março o programa executou as etapas de estruturação de suas ações e de elaboração de instrumentos legais para a contratação dos serviços.

No primeiro quadrimestre destacam-se as ações executadas de implantação do Grupo de Trabalho Letalidade, instituído por meio do Decreto nº 16.795 de 11/12/2017, composto por servidores das Secretarias de Saúde, Esporte e Lazer, Cultura, Educação e Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, com o objetivo de elaborar um Plano Municipal de Prevenção à Letalidade de Jovens e adolescentes.



Além da constituição de um grupo qualificado, num esforço conjunto para tentar diminuir em 50% a taxa de homicídios nos próximos 10 anos, o poder executivo assinou uma Carta de Intenções com o Instituto Igarapé aderindo a campanha Instinto de Vida. Essa adesão à campanha está possibilitando uma articulação para elaborar um sistema de dados para compreender e prevenir fatores que coloque o jovem/adolescente vulnerável a morte por homicídio. O Banco de Dados sobre a letalidade permitirá maior assertividade na condução da política e permitirá o início do monitoramento de jovens identificados como em risco de morte no Território L4.

Para que a implantação da política seja assertiva, durante segundo semestre de 2017 e o primeiro de 2018 foi realizada uma pesquisa que resultará em um diagnóstico com dados quantitativos sobre a realidade dos homicídios dos munícipes da faixa etária de 15 a 29 anos. Os dados qualitativos que foram colhidos em escuta ativa de adolescentes que se encontravam abrigados em cumprimento de medidas do sócio educativo em regime semi-aberto. Dessa escuta foram extraídos dados qualitativos sobre a relação desses adolescentes com a criminalidade e a convivência com o risco de morte ocasionada por homicídio. Esse trabalho foi realizado em todas as Unidades sediadas na cidade. O diagnóstico está em processo de revisão.

Programa/ Subação	Unidade de Medida	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Prevenção à criminalidade juvenil	Programa implantado	0	0	0	0	0	0
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		0	-	-	-	-	-

Observação: Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços.

Abril: Implantação do GT Letalidade; estruturação de parceria com o Instituto Igarapé para formulação de Plano diminuição da letalidade juvenil.

Maior: Reunião do Grupo de Trabalho Letalidade.

Junho: Os trabalhos do Grupo de Trabalho Letalidade foram continuados e foi realizada reunião com o Instituto Igarapé com o intuito de constituir uma plataforma de dados da prevenção.

Julho: Considerando a metodologia constituída para o programa já foram realizadas articulações com parceiros institucionais para definição da porta de entrada do público do programa e os primeiros jovens identificados como em situação de risco já estão sendo acompanhados.

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

No reordenamento orçamentário realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção essa subação teve seu recurso redimensionado de R\$ 51.000,00 para R\$164.811,71

Os recursos previstos na Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil" foram planejados para contratação de serviços técnicos especializados que promovam a prevenção social à criminalidade e às violências em territórios de maior vulnerabilidade juvenil. A SMSP optou pela modalidade Chamamento Público que propõe uma parceria com a sociedade civil.

• A PORTARIA SMSP Nº 009/2018 instituindo a Comissão de Seleção para seleção de Organização da Sociedade Civil foi publicada em 16 de julho de 2018. Cabe ressaltar que os recursos já foram



aprovados pela CCG em reunião do dia 13/08/2018 e o edital aguarda aprovação para publicação nos próximos dias.

- **Qual a justificativa para a baixa execução desta subação no primeiro quadrimestre (apenas 1,8% do valor orçado)?**

Os valores gastos até o momento são relativos às despesas com serviços de apoio ao processo de construção da agenda de articulação e responsabilização política efetivados com os diversos atores sociais envolvidos. As demais ações concretizadas até o momento foram viabilizadas com recursos de custeio/pessoal previstos na subação de infraestrutura e pessoal da SMSP. Os recursos adicionais previstos para a contratação de serviços são objeto de contratação que está em curso na SMSP.

- **Quantos jovens serão contemplados nessa subação?**

Em conformidade com a metodologia de trabalho definida, em cada território de intervenção serão estruturadas equipes de trabalho com 01 Articulador Político Metodológico, 03 Orientadores Sociais e 02 Estagiários, que serão responsáveis por trabalhar com quantitativo de 15 jovens identificados como em situação de risco de morte no território. Os recursos previstos para 2018 respondem pela contratação de uma equipe de trabalho para o Território L4 com atendimento a 15 jovens.

- **Por que a meta física se refere ao número de programas implantados nas 9 regionais e não ao número de jovens participantes ou contemplados por esses programas?**

O programa "Prevenção à Criminalidade Juvenil" tem o jovem atendido como uma forma possível de mensuração das entregas para a sociedade, no entanto a abrangência do programa extrapola somente a ação com o jovem, por envolver toda uma rede pública de ofertas de apoio e ações com capacidade de influenciar a realidade desse indivíduo.

Ponderamos que adotar a unidade de medida jovem atendido poderia impactar futuramente em restrições na abrangência metodológica do projeto, já que um encaminhamento seria o suficiente para alcançar o resultado estipulado. Por considerar que para além dos jovens com risco eminente, o programa terá uma atuação direta com as famílias, mães, a escola, comunidades, constituição de instrumentais como banco de dados, redes de proteção, protocolos de atendimento junto a instituições que atendem o jovem em risco, foi adotada a unidade de medida programas implantados.

A definição por programa implantado atentou para uma unidade que propiciasse a ampliação da política, com vista à redução do número de jovens em risco. Cabe ressaltar que a redução do número de jovens em situação de risco será o principal indicador da efetividade da política, sendo de fundamental importância, nesse momento, a ampliação do seu escopo de atuação.

2.3. Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas":

- **No que consiste essa subação? Como são realizadas as mediações de conflito? Qual a metodologia aplicada no processo de mediação? Como se dão as ações de práticas restaurativas?**

Inicialmente, quando do primeiro planejamento da Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade em 2017, foi feita uma proposta para implantação de Núcleos de Mediação que sofreu um rigoroso ajuste orçamentário ainda no seu nascedouro, visto que a proposta orçamentária da SMSP extrapolava o teto de crescimento dentro do proposto pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. A implantação de cada um dos Núcleos exigiria, no mínimo, um valor de R\$113.000,00. Esses valores foram planejados para viabilizar despesas com formação da equipe, aquisição de infraestrutura de capital e custeio. Os gastos com pessoal foram planejados no montante geral das despesas com pessoal da SMSP. Mesmo diante dessa decisão a DCRI vem empenhando esforços no amadurecimento da metodologia.



Assim foi necessário replanejar a Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas" no PPAG 2018/2022 para trabalhar a prevenção social à criminalidade junto com a Guarda Municipal, numa perspectiva de atuação ampliada de Segurança e Prevenção. A proposta teve como prioridade a constituição e uma prática de mediação através da atuação da Guarda Municipal em conflitos cotidianos vivenciados interna e externamente na instituição. Para que essa experiência pudesse ser institucionalizada foram pensadas ações de formação, a constituição de um Núcleo de Promoção de Direitos e Mediação de Conflitos, e a elaboração de um projeto de mediação para GM contratualizado com o Governo para ser apresentado em 30/09/2018.

Por considerar uma ação estruturante para a política de prevenção, a DCRI mantém a proposta de institucionalizar um projeto de mediação e para tanto investe na formação em mediação de conflitos da Guarda Municipal. Como resultado desse investimento entre os dias 24 e 28 de setembro o Ministério Público de Minas Gerais através da Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais irá formar 35 agentes da Guarda Municipal nos preceitos da Justiça restaurativa e mediação de conflitos.

Além da ação de formação da Guarda Municipal foi constituído em 10 de abril de 2018 o Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e em 08 de agosto foi implantado o grupo de mulheres do Granja de Freitas.

• Como são selecionados os casos em que haverá mediação de conflitos e práticas restaurativas? Qual é o critério de seleção dos atendidos?

Inicialmente a entrada para o programa seria os boletins de intervenção da Guarda Municipal e encaminhamentos de toda a rede sócio-assistencial do município que se depara com ações de violência contra a mulher e idoso.

• Quantos profissionais serão responsáveis pela execução desta subação? Qual a formação prevista para esses profissionais que irão atuar como mediadores?

Para o Projeto inicial, foi planejada uma equipe de 8 profissionais, sendo 1 do direito e 3 das diversas áreas do conhecimento, mas com foco nas ciências humanas, 1 guarda municipal e 2 administrativos por núcleo implantado. O planejado pela SMSP os núcleos teriam a participação da sociedade civil por meio de cidadãos voluntários no trabalho da mediação. Seriam voluntários da própria comunidade.

O Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção é formado pela Diretoria de Prevenção (coordenação), GMBH (20 representantes, 1 representante da Diretoria de Saúde do Trabalhador da SMSP e 1 representante da Corregedoria da GMBH.

• Quantas pessoas/famílias serão contempladas nessa subação? Os núcleos a serem implantados serão dimensionados para atender quantos casos por ano cada um?

Não se aplica já que os Núcleos nas comunidades não serão implantados. Nas escolas, onde está sendo implantado o programa de Justiça restaurativa para mediar conflitos, o atendimento no primeiro semestre de ocorrências no interior das escolas foi de 224 casos.

• A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 51.000,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

No reordenamento orçamentário realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção essa subação teve seu recurso estabelecido em R\$30.000,00

Os recursos previstos na Subação "Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas" foram planejados para contratação de serviços técnicos especializados que promovam a prevenção social à



criminalidade e às violências em territórios de maior vulnerabilidade juvenil. A SMSP optou pela modalidade Chamamento Público que propõe uma parceria com a sociedade civil.

A PORTARIA SMSP Nº 009/2018 instituindo a Comissão de Seleção para seleção de Organização da Sociedade Civil foi publicada em 16 de julho de 2018. Cabe ressaltar que os recursos já foram aprovados pela CCG em reunião do dia 13 de agosto, o edital aguarda aprovação para publicação nos próximos dias.

• Qual a justificativa para a não execução desta subação no primeiro quadrimestre?

Conforme relatório de prestação de contas mensal elaborado pela DCRI a ação de mediação vem sendo realizada com restrições orçamentárias, conforme quadros abaixo.

Relatório Mensal de Prestação de Contas PPAG metas DPSC – janeiro e fevereiro - 2018

Prevenção à violência nas escolas	Território atendido	0	0	Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços
Prevenção à criminalidade juvenil	Programa implantado	0	0	Programa estruturado e em fase de estabelecimento de parcerias e contratação de serviços
Mediação de conflitos e práticas restaurativas	Núcleo implantado	0	0	Atividade sem dotação orçamentária

Solicitamos a revisão dos quantitativos das metas físicas aprovados na Lei Orçamentária, tendo em vista a proposta enviada por essa Diretoria que considerou uma escala de implantação das atividades gradual e em conformidade com o orçamento.

Considerando as negociações com a Secretaria de Planejamento para a elaboração do projeto Estratégico de Prevenção à Criminalidade, enviamos abaixo o que efetivamente está na pauta para execução conforme segue.

Programa/ Subação	Unidade de Medida	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
Mediação de conflitos e práticas restaurativas	Núcleo implantado	0	0	0	0	0	0
		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		0	-	-	-	-	-

Observação: Atividade sem dotação orçamentária.

Abril: Em 10 de abril de 2018, composição do Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

Maior: Participação do núcleo em audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 16/05 com a finalidade de esclarecer as diretrizes elaboradas para a política; Em 17/05 reunião com a subsecretaria de Direitos e Cidadania para diretrizes de formação na área de direitos humanos; Reunião com o Núcleo para discutir a prevenção da violência contra a mulher.

Junho: Os trabalhos do Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção foram continuados com as reuniões ordinárias, bem como foram realizadas reuniões extraordinárias com a SMASAC e no CRAS Granja de Freitas.

Julho: Em julho foi realizada a primeira atividade externa da ação de mediação com a realização do



Projeto Mães do Alto.

- O valor de R\$ 53.000,00, orçado para essa subação, será suficiente para a implantação de nove núcleos de mediação de conflitos em 2018?

Não, conforme levantamento realizado quando da elaboração orçamentária o valor necessário sem pessoal efetivo seria da ordem de R\$113.000,00.

- Após a implantação dos nove núcleos previstos para 2018, com quais recursos serão custeadas as despesas dos mesmos?

A implantação dos núcleos significaria a sua inclusão no sistema municipal de prevenção a violência com base territorial e as despesas de custeio da SMSP seriam absorvidas no custeio de pessoal, com aluguel, água, luz, material de consumo e no investimento com despesas focadas na qualificação da sociedade civil e dos profissionais designados.

3. Programa "302 — Belo Horizonte Cidade Inteligente":

4.1. Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP":

- A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra", orçada em R\$ 675.000,00, corresponde a qual demanda? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

A natureza de despesa "339037 Locação de Mão de Obra" refere-se a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais de limpeza e equipamentos, bem como de serviços de apoio administrativo e operacional. O contrato em vigor atualmente foi firmado com a empresa MGS, conforme cópia anexa.

- A natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 1.595.424,00, se refere à contratação de quais serviços? Enviar a(s) cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) responsável(is) pela prestação do(s) serviço(s).

Estão acobertados na natureza da despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica" os seguintes serviços: Serviço de Telefonia (Telemar, Claro), Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Ar condicionado - Airtemp, Elevador - Módulo, Subestação - Engevolt), Serviço de Cópias e Reprodução de Documentos (Stoque), Limpeza e Conservação (Desinsetização e desratização - Ddtiza), Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador-Ticket), Locação de Veículos (Coopertur) e Despesas de Pronto Pagamento (Adiantamento Financeiro). Segue em anexo a cópia dos contratos citados.

4.2. Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas":

- Quais são as soluções tecnológicas previstas para implantação?

O COP-BH pretende implantar sistemas informatizados e soluções de monitoramento do espaço público da capital, de forma a potencializar o trabalho das instituições municipais que atuam nesta unidade integrada e, consequentemente, prestar melhores serviços à população.

Nessa perspectiva, está prevista a implantação de sistema transacional, para registro e gestão do atendimento integrado de ocorrências que são tratadas na Sala de Controle Integrado - SCI do COP-BH. Também está prevista a implantação de solução de compartilhamento dos dados capturados por radares de trânsito, para recuperação de veículos furtados e roubados. Ainda no tocante a soluções de tecnologia da informação, estão sendo prospectadas no mercado, alternativas de solução integradora que elevem o patamar de gestão sobre os problemas públicos de Belo Horizonte. Tais solução



permitirão, em linhas gerais, a integração de dados e imagens de ocorrências atendidas pelos órgãos presentes no COP-BH, o que abrange o monitoramento inteligente da cidade, com emissão de alertas e a produção de informações gerenciais sobre os problemas de segurança, fiscalização, mobilidade, defesa civil, emergência em saúde, limpeza urbana, serviços urbanos, etc.

Em relação às soluções de monitoramento do espaço público, foram adquiridas 45 câmeras de videomonitoramento e será contratada a instalação do sistema de videomonitoramento do Conjunto Arquitetônico da Orla da Lagoa da Pampulha.

4.3. Subação "Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada":

• **A meta física dessa subação se refere a quais simulados? Como e quando eles foram realizados? O que foi testado por meio desses simulados? Quais foram os resultados obtidos nos mesmos?**

O Protocolo de Atuação Integrada é uma ferramenta que descreve as ações gerenciadas pela Sala de Controle Integrado (SCI). Inicialmente foram aprovados os protocolos de Botão de Pânico e de mobilidade. Trata-se da rotina da SCI e os referidos simulados nada mais são do que as práticas rotineiras que a sala já está acostumada a gerir. O Protocolo de Atuação Integrada é a formalização e validação dos procedimentos com aceite pelas instituições participantes das ações.

• **Como foi possível a realização dessa subação sem nenhum gasto?**

Inicialmente pensou-se que, para a realização dessa ação, era necessário recursos para adquirir ferramentas que contribuíssem na confecção de maneira mais técnica o trabalho. Como o recurso não foi adquirido, utilizou-se ferramentas livres, porém como menos recursos.

• **No que consistem os Protocolos de Atuação Integrada de que trata essa subação? Quais ações/atividades/serviços estão sendo integrados por meio desses protocolos?**

A principal intenção ao escrever essa dinâmica de trabalho é orientar e, cada vez mais, melhorar o emprego operacional, otimizando os recursos empregados e reduzindo o impacto que os eventos produzem na mobilidade em Belo Horizonte.

É ainda, intenção desse documento, contribuir para o desenvolvimento do COP-BH à Centro Integrador, Coordenador e Inteligente, que dentro da metodologia de classificação de níveis de maturidade, o COP-BH, ainda figura como Centro Facilitador. O desafio é desenvolvê-lo, otimizando a utilização dos recursos das diversas instituições na pronta resposta ágil e resolutiva, na prevenção e na predição de problemas públicos de segurança, ordem pública, mobilidade, serviços urbanos, defesa civil, emergência em saúde, dentre outros.

A estrutura desse documento está orientada em, de maneira ampla, um Protocolo de atuação Integrada, onde se contempla uma visão acerca da metodologia utilizada, os objetivos gerais e específicos do documento, conceitos e definições que aparecem ao longo do documento, a descrição das naturezas tratadas, a competência legal de cada instituição, a matriz de responsabilidade das instituições, dividida em responsabilidades comuns e responsabilidades específicas, o Procedimento Operacional Integrado (POI), que são as ações em si e o fluxograma das ações esperadas de cada instituição frente ao problema.

O POI é dividido três partes, um quadro descrevendo as ações dentro do evento, uma ilustração para classificação de prioridade do atendimento das ocorrências e uma tabela sobre liderança situacional.

• **Considerando que a meta física dessa subação já foi 100% alcançada ainda no primeiro quadrimestre de 2018, isso significa que os Protocolos de Atuação Integrada já estão plenamente desenvolvidos e implementados? Se não, em que fase se encontra seu desenvolvimento e/ou implementação?**

O Protocolo que foi considerado contempla somente uma das faces dos serviços geridos pela SCI,



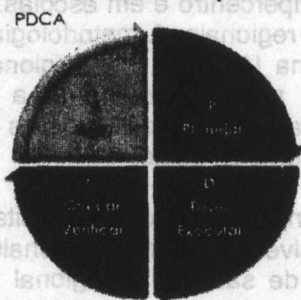
portanto é necessária ainda a confecção das outras frentes de trabalho do COP-BH, tais como serviços urbanos, defesa civil, segurança pública e outros.

4.4. Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas":

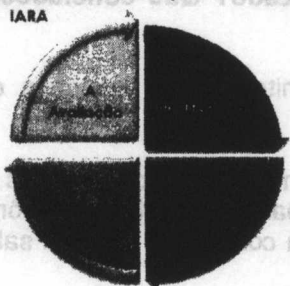
- Em que consiste a metodologia de gestão integrada para solução de problemas que está sendo implementada pela PBH?

A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção - SMSP, por meio do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte - COP-BH e da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH, iniciou, de forma inovadora na capital, a metodologia GISP - Gestão Integrada de Segurança e Prevenção. Este processo de trabalho está baseado em metodologias de solução de problemas e gestão de resultados aplicados à segurança e à ordem pública.

Em resumo, O GISP é uma metodologia de trabalho para integração do planejamento e implementação de ações para solução de problemas públicos de Belo Horizonte, especialmente de criminalidade e violência. Tal metodologia se baseia no PDCA (do inglês: *plan, do, check and act*), método de gestão organizado em quatro passos, de planejar, fazer, checar e agir, que visam controlar e melhorar continuamente processos organizacionais e produtos.



O GISP também encontra baliza no método IARA (Identificação, análise, resposta e avaliação) ou SARA (do inglês: *scanning, analysis, response and assessment*), desenvolvido por policiais e pesquisadores no projeto *Newport News*, como parte do Policiamento Orientado para o Problema, na década de 1970, nos Estados Unidos da América - EUA. Esse é um modelo de solução de problemas que pode ser utilizado para lidar com o problema do crime e da desordem.



Outra teoria que inspira esse trabalho e que se relaciona com a ideia de desordem como fator de elevação dos índices de criminalidade, é a Teoria das Janelas Quebradas ou "*Broken Windows Theory*". Tal teoria, constituída em 1980, aborda que a desordem e a degradação de um ambiente, o descaso, a falta de autoridade, de normas, impulsiona mais comportamentos desordeiros, por exemplo, uma janela quebrada de um automóvel ou de uma fábrica. Nesse sentido, se não forem reprimidos, os pequenos delitos ou contravenções, acabam conduzindo, inevitavelmente, a condutas criminosas mais graves.

Tais métodos internacionais foram adaptados à realidade da PBH e serviram para orientar o presente trabalho, que segue o seguinte percurso metodológico:



- a) Identificação e priorização de problemas e indicadores;
- b) Análise das causas dos problemas prioritários;
- c) Elaboração, validação e execução de Plano de Ação;
- d) Monitoramento e avaliação do plano de ação e indicadores.

• Como foi possível realizar 89% da meta física sem gastar nada dos R\$50.000,00 inicialmente orçados? Qual a finalidade desse valor?

A metodologia, enquanto processo de trabalho de realizar diagnósticos e reuniões de planejamento e avaliação, não consome recursos. Quando da concepção do planejamento orçamentário, cogitou-se algum gasto, porém não foi necessário, sendo passível de remanejamento para outras ações.

• Quais são os dezoito territórios selecionados para monitoramento? Destes, quais são os dois que ainda não estão sendo monitorados?

Na realidade a PBH é dividida em nove regionais e, quando do planejamento do PPAG, cogitou-se implantar este projeto em duas localidades ou problemas públicos por regional.

Na prática, entendeu-se como mais interessante ter experiências de articulação entre órgãos para resolver problemas junto a unidades de saúde, parques, no Hipercentro e em escolas. Nesse sentido, foram escolhidos problemas públicos a serem tratados em 4 regionais. A metodologia foi implantada para melhorar a segurança no Hospital Odilon Behrens e na UPA/NO, da Regional Noroeste; no Parque Fazenda Lagoa do Nado, da Regional Pampulha; para reduzir roubo a transeuntes no Hipercentro, da Regional Centro Sul; e para melhorar a segurança em quatro escolas (Israel Pinheiro, Fernando Dias Costa, Dr. Júlio Soares e Levindo Lopes), da Regional Leste.

No âmbito da discussão da segurança nos equipamentos públicos supracitados, ações e encaminhamentos foram planejados e implementados, inclusive para outras regionais. Por exemplo, estratégias pensadas para as supramencionadas unidades de saúde da Regional Noroeste foram tomadas como boas práticas para outras unidades de outras regionais, o que também ocorreu junto aos parques municipais.

• No que consiste o monitoramento a que se refere a meta física dessa subação? Como se dá esse monitoramento? Que situações/ocorrências/ fatos são monitorados dessa forma? Quais foram os resultados decorrentes do monitoramento realizado? Que conclusões puderam ser obtidas a partir desse monitoramento?

No âmbito da metodologia GISP, quando se trata de monitoramento, há duas dimensões: são monitorados indicadores e ações.

O monitoramento de indicadores é, em boa parte, realizado com base nas ocorrências registradas pela Guarda Municipal. O monitoramento de ações é realizado a partir de contatos telefônicos e reuniões para obter o *status* quanto ao andamento das ações, se foram concluídas ou para saber como está o andamento, em contraposição ao planejamento.

São monitorados, por exemplo, roubos, furtos, conflitos, além das próprias ações planejadas.

Quanto a resultados e conclusões, ainda é cedo para tal avaliação, pois o projeto ainda está em andamento. Contudo, exemplificamos com algumas considerações sobre o GISP da Regional Noroeste, aplicado sobre o Hospital Odilon Behrens e a UPA/NO.

Quando se fala em segurança municipal de um Hospital ou de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, a primeira coisa que vem à mente é colocar um guarda municipal para tomar conta da unidade. Isso é importante? Claro! E a Prefeitura de Belo Horizonte tem agido desta forma. Porém, esta é uma "resposta simples" para um problema de muitas causas, assim como ocorre com a maioria dos



problemas de segurança. Portanto, enfrentar o problema com mais vigias e viaturas é, muitas vezes, apenas parte da solução.

Nesse contexto e para essas unidades, foram elaborados diagnósticos, que apontaram problemas de furtos, roubos e conflitos. Ao se aprofundar na análise dos problemas e de suas causas, várias iniciativas foram planejadas e implantadas, tanto para melhorar a segurança quanto o próprio serviço de saúde prestado. Nesse trabalho integrado, a SMSP aprimorou o patrulhamento e monitoramento pela Guarda Municipal, com guardas fixos, adequação de câmeras, viaturas de apoio e treinamentos. Além disso e de forma inovadora, houve um olhar das duas Secretarias sobre o ambiente e os serviços prestados. Intervenções sobre iluminação, população em situação de rua, obras e a distribuição de folhetos com dicas de autoproteção contra furtos de objetos pessoais para os usuários são exemplos de intervenções planejadas e/ou já executadas.

Também na lógica de atacar a raiz dos problemas, identificou-se que muitos conflitos ocorriam por insatisfação dos usuários com o tempo de atendimento. Nesse sentido, a SMSA, em janeiro de 2018, disponibilizou ao usuário da UPA/NO informação de tempo estimado de espera, por atendimento médico por especialidade médica, no monitor de chamada para atendimento. Além disso, neste mesmo período, um funcionário da Saúde passou a melhor orientar os usuários da UPA/NO. Em última instância, foi reorganizado o fluxo de atendimento, o que implicou na redução do tempo de espera pelo atendimento e, conseqüentemente, no número de conflitos mediados pela Guarda Municipal.

4.5. Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais":

- Em quais equipamentos municipais serão instalados circuitos internos de televisão? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses equipamentos públicos?

Foram elencados 120 equipamentos públicos municipais para a instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico e imagens. O critério adotado foi a quantidade de crimes registrados nos Boletins de Intervenção da Guarda Municipal de Belo Horizonte no interior dos equipamentos públicos e foram assim distribuídos:

50 (cinquenta) escolas municipais;
50 (cinquenta) unidades de saúde municipais;
20 (vinte) unidades de assistência social municipais.

Tabela - Ocorrências de crimes no interior de próprios municipais - 2017

Tipo de	Nome da Unidade	Regional	Total
ESCOLA	FERNANDO DIAS COSTA	LESTE	21
ESCOLA	DOUTOR JULIO SOARES	LESTE	17
ESCOLA	ISRAEL PINHEIRO	LESTE	16
ESCOLA	PROFESSORA ALCIDA TORRES	LESTE	14
ESCOLA	PADRE EDEIMAR MASSOTE	NOROESTE	13
ESCOLA	EDITH PIMENTA DA VEIGA	BARREIRO	12
ESCOLA	PROFESSOR TABAJARA PEDROSO	VENDA NOVA	11
ESCOLA	FRANCISCO CAMPOS	NORTE	11
ESCOLA	LEVINDO LOPES	LESTE	11
ESCOLA	OSWALDO CRUZ	OESTE	10
ESCOLA	JARDIM LEBLON	VENDA NOVA	10
ESCOLA	UNIAO COMUNITARIA	BARREIRO	10
ESCOLA	DESEMBARGADOR LORETO RIBEIRO DE ABREU	NORTE	9
ESCOLA	SALGADO FILHO	OESTE	9
ESCOLA	PADRE MARZANO MATIAS	VENDA NOVA	9



ESCOLA	GERALDO TEIXEIRA DA COSTA	VENDA NOVA	9
ESCOLA	FRANCISCO BRESSANE DE AZEVEDO	NORDESTE	8
ESCOLA	SAO RAFAEL	LESTE	8
ESCOLA	PEDRO ALEIXO	BARREIRO	8
ESCOLA	FRANCISCO MAGALHAES GOMES	NORTE	8
ESCOLA	PROFESSOR PEDRO GUERRA	VENDA NOVA	8
ESCOLA	AURELIO PIRES	PAMPULHA	8
ESCOLA	MARIA DA ASSUNCAO DE MARCO	NORDESTE	8
ESCOLA	PROFESSORA MARIA MAZARELLO	NORDESTE	7
ESCOLA	WLADIMIR DE PAULA GOMES	LESTE	7
ESCOLA	MESTRE ATAIDE	OESTE	7
ESCOLA	MARLENE PEREIRA RANCANTE	PAMPULHA	6
ESCOLA	HERBERT JOSE DE SOUZA	NORTE	6
ESCOLA	MURILO RUBIAO	NORDESTE	6
ESCOLA	HONORINA DE BARROS	NOROESTE	6
ESCOLA	SANTOS DUMONT	LESTE	6
ESCOLA	MONSENHOR ARTUR DE OLIVEIRA	NOROESTE	6
ESCOLA	ANNE FRANK	PAMPULHA	6
ESCOLA	MINERVINA AUGUSTA	NORTE	6
ESCOLA	PROFESSOR JOAO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES	NOROESTE	5
ESCOLA	IMACO	CENTRO SUL	5
ESCOLA	IGNACIO DE ANDRADE MELO	PAMPULHA	5
ESCOLA	AGENOR ALVES DE CARVALHO	NORDESTE	5
ESCOLA	PROFESSOR EDGAR DA MATTA MACHADO	NORDESTE	5
ESCOLA	HUGO PINHEIRO SOARES	NORDESTE	5
ESCOLA	DULCE MARIA HOMEM	BARREIRO	5
ESCOLA	PAULO MENDES CAMPOS	CENTRO SUL	5
ESCOLA	PROFESSORA ALICE NACIF	PAMPULHA	5
ESCOLA	PREFEITO AMINTHAS DE BARROS	OESTE	5
ESCOLA	MESTRE PARANHOS	CENTRO SUL	5
ESCOLA	MILTON CAMPOS	VENDA NOVA	5
ESCOLA	PRESIDENTE JOAO PESSOA	CENTRO SUL	5
ESCOLA	ARTHUR GUIMARAES	NOROESTE	4
ESCOLA	PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA	LESTE	4
ESCOLA	ACADEMICO VIVALDI MOREIRA	NORTE	4
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS CENTRO SUL	CENTRO SUL	25
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS VENDA NOVA	VENDA NOVA	23
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NOROESTE II	NOROESTE	21
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS LESTE	LESTE	19
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS OESTE	OESTE	18
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BARREIRO	BARREIRO	14
CS	OSWALDO CRUZ	CENTRO SUL	13
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS PAMPULHA	PAMPULHA	12
CS	INDEPENDENCIA	BARREIRO	11



UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NORDESTE	NORDESTE	11
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NORTE / PAM	NORTE	11
CS	SAO FRANCISCO	PAMPULHA	11
CS	ERMELINDA	NOROESTE	10
CS	GENTIL GOMES	NORDESTE	9
CS	TIA AMANCIA	CENTRO SUL	9
CS	CAFEZAL	CENTRO SUL	9
CS	PADRE TIAGO	PAMPULHA	9
CS	CARLOS CHAGAS	CENTRO SUL	8
CS	CACHOEIRINHA	NORDESTE	8
CS	PADRE JOAQUIM MAIA	PAMPULHA	8
CS	GLORIA	NOROESTE	7
CS	HORTO	LESTE	7
CS	VENDA NOVA	VENDA NOVA	7
CS	ANDRADAS	VENDA NOVA	7
CS	SAO BERNARDO (AMELIA ROCHA DE MELO)	NORTE	6
CS	SAO PAULO	NORDESTE	6
CS	OLAVO ALBINO CORREIA	NORDESTE	6
CS	JARDIM LEBLON	VENDA NOVA	6
CS	CICERO IDELFONSO	OESTE	6
CS	ALCIDES LINS	NORDESTE	6
CS	VILA MARIA	NORDESTE	6
CS	NAZARE	NORDESTE	6
CS	CIDADE OZANAN	NORDESTE	5
CS	MARIANO DE ABREU	LESTE	5
CS	VISCONDE RIO BRANCO	VENDA NOVA	5
CS	APARECIDA	CENTRO SUL	5
CS	N. S. CONCEICAO / PADRE TARCISIO	CENTRO SUL	5
CS	JOAO PINHEIRO	NOROESTE	5
CS	VERA CRUZ	LESTE	5
CS	LAJEDO	NORTE	5
CS	MARCO ANTONIO MENEZES	LESTE	5
CS	VALE DO JATOBA	BARREIRO	5
CS	ELZA MARTINS DA CRUZ	NOROESTE	4
CS	TIROL	BARREIRO	4
CS	CARLOS PRATES	NOROESTE	4
CS	MINAS CAIXA	VENDA NOVA	4
CS	DOM ORIONE	PAMPULHA	4
CS	MANGUEIRAS	BARREIRO	4
CS	ETELVINA CARNEIRO	NORTE	4
CS	NOVO AARAO REIS	NORTE	4
ABRIGO	GRANJA DE FREITAS	LESTE	49
ABRIGO	SAO PAULO	NORTE	15
ALBERGUE	ALBERGUE NOTURNO MUNICIPAL TIA BRANCA	CENTRO SUL	15
CRJ	CENTRO DE REFERENCIA DA JUVENTUDE CRJ	CENTRO SUL	12
MIGUILIM	ESCOLA DE PASSAGEM DO PROGRAMA MIGUILIM	CENTRO SUL	10



ABRIGO	POMPEIA	LESTE	9
CASA DE PASSAGEM	CASA DE PASSAGEM DOM BOSCO	PAMPULHA	6
REPUBLICA	UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL FABIO ALVES DOS SANTOS	NOROESTE	6
ALBERGUE	LAR ESPERANÇA	NOROESTE	5
CONSELHO TUTELAR	PAMPULHA	PAMPULHA	5
PLANTAO SOCIAL	PLANTAO SOCIAL NORDESTE	NORDESTE	5
CAPS	CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL ALCOOL E DROGAS PAMPULHA	PAMPULHA	5
CRAS	CRUZEIRINHO	LESTE	4
CONSELHO TUTELAR	CENTRO SUL	CENTRO SUL	4
CASA DE PASSAGEM	CASA DE PASSAGEM ESPERANCA I	OESTE	4
CRPI	CENTRO DE REFERENCIA A PESSOAS IDOSAS	NOROESTE	4
ALBERGUE	ALBERGUE CASA ESPERANCA III	NORDESTE	3
CRAS	CALIFORNIA	NOROESTE	3
CRAS	LAGOA	VENDA NOVA	3
CONSELHO TUTELAR	BARREIRO	BARREIRO	3

Fonte: Inspeção de Estatística - GMBH (Data de extração dos dados: 27Abr2018)

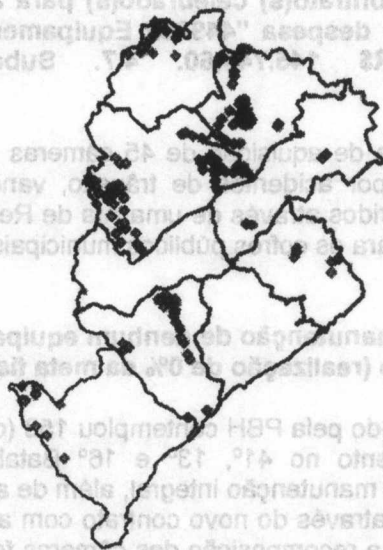
4.6. Subação "Implantação de Videomonitoramento na Cidade":

- Em que pontos serão instaladas câmeras de videomonitoramento? Quais critérios estão sendo utilizados para escolha desses pontos?

Os pontos foram estudados através das manchas criminais do município, nos locais com grande fluxo de pessoas; nas áreas comerciais; nas áreas bancárias e nos locais de fuga dos criminosos, além da visita técnica aos locais para resolução de problemas de infraestrutura. Assim foram sugeridos 150 (cento e cinquenta) pontos de captura de informação (câmeras) na cidade cujo estudo foi materializado no mapa abaixo.

Os critérios utilizados para a escolha para a instalação dos equipamentos foram assim definidos: Manchas criminais obtidas através dos dados dos Boletins de Ocorrência - REDS; Locais com grande fluxo de pessoas; Áreas comerciais; Áreas bancárias; Rotas de fuga.

Acrescentando que na instalação de câmeras em vias públicas cria-se uma rede de fibra óptica que também é utilizada para a ligação dos equipamentos públicos municipais (Escolas, Centros de Saúde, UPAS, UMEIS, Farmácia, Parques, Praças, etc) na rede da Prefeitura e também para a disponibilização gratuita de internet aos cidadãos (Hot Spot). Além disso futuramente vários sensores poderão ser adicionados a esta rede e os dados gerados serão processados e trabalhados no COP-BH para a gestão inteligente da cidade.



Estamos também aguardo a liberação de recursos para a instalação dos 35 (trinta e cinco) pontos de captura de informação previsto e aprovados no programa Orçamento Participativo 2015/16 que contará com equipamentos em mais cinco bairros da cidade: Santa Amélia, Camargo, Santa Tereza, Califórnia e Gutierrez. O posicionamento dos equipamentos já foi estudado conforme os critérios apresentados e está materializado no mapa a seguir:



• Quem será responsável pela gestão das câmeras de videomonitoramento na cidade? Quanto tempo as imagens ficarão disponíveis? Quem poderá acessar a gravação das imagens e como?

A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção é a responsável pela gestão deste sistema em parceria com o Governo de Minas Gerais. O gestor responsável pela Prefeitura de Belo Horizonte é o funcionário Marcelo Martins Santos. As imagens ficam disponíveis nos storages por 30 (trinta) dias. As imagens são visualizadas on-line no COP-BH e o acesso as gravações é restrito, conforme a Lei, e a autoridade policial ou judicial deverá requisitá-la, em tempo hábil, ao Comando do Batalhão de Polícia Militar responsável pela sua área de policiamento.



• **Enviar cópia(s) do(s) contrato(s) celebrado(s) para aquisição dos equipamentos e materiais referentes à natureza de despesa "449052 Equipamentos e Material Permanente", em que já foram empenhados R\$ 145.749,60. 4.7. Subação "Manutenção de Pontos de Videomonitoramento":**

O referido contrato trata-se de aquisição de 45 câmeras para a substituição dos equipamentos com defeitos, com problemas por acidentes de trânsito, vandalizados e ou furtados por bandidos. Os equipamentos foram adquiridos através de uma Ata de Registro de Preços da PMMG e com um custo extremamente vantajoso para os cofres públicos municipais. Segue em anexo cópia do contrato.

• **Por que não foi feita a manutenção de nenhum equipamento no primeiro quadrimestre de 2018 no âmbito dessa subação (realização de 0% da meta física)?**

O primeiro projeto implantado pela PBH contemplou 153 (cento e cinquenta e três) pontos de câmeras e 3 salas de monitoramento no 41º, 13º e 16º Batalhões da PMMG. A garantia findou e os equipamentos ficaram sem manutenção integral, além de acidentes, vandalismos e furtos ocorreram. A Prodabel está concluindo, através do novo contrato com a empreiteira, manutenção e revisão de toda a rede de fibra óptica para a recomposição das câmeras fora de operação. Estamos concluindo a fase de orçamentos para a manutenção dos nobreaks deste projeto, cuja vida útil das baterias expirou e está deixando o sistema vulnerável. Não teremos custo de serviços de manutenção porque a PMMG está retirando e instalando as câmeras com a sua mão de obra própria mediante a indicação dos locais pela PBH.

O segundo projeto contemplou 183 (cento e oitenta e três) pontos de câmeras e 4 salas de monitoramento no 1º, 22º, 16º Batalhões da PMMG e modernização da sala de monitoramento da Guarda Municipal. Este contrato está em garantia e diariamente é solicitada a manutenção nos equipamentos em vias públicas e nas salas de monitoramento pelo gestor informado acima. As câmeras que foram vandalizadas e furtadas neste projeto já foram substituídas com a aquisição informada anteriormente no item 4.6, sem custos de serviços aos cofres públicos, já que o serviço está em garantia.

Diante do exposto, nossa meta é chegarmos no final do ano com mais de 95% (noventa e cinco por cento) dos 336 (trezentos e trinta e seis) equipamentos em vias públicas e sistemas totalmente em operação.

• **O recurso de R\$ 3.000,00 orçado para essa subação é suficiente para a manutenção de 336 pontos de videomonitoramento?**

O valor orçado não é suficiente. O recurso de R\$ 3.000,00 foi o aprovado para a despesa em apreço. No caso em tela trata-se apenas de uma abertura de crédito.

Atenciosamente,

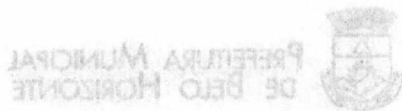
Genilson Ribeiro Zeferino – BM 1145086
Secretário Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento e Gestão

Ofício GAB SUPLOR/DTL-GP Nº 023/18

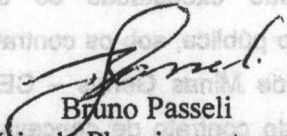


Belo Horizonte, 10 de setembro de 2018

Em resposta ao Of. DIRLEG Nº 2.848/18, que faz referência ao Requerimento de Comissão nº 864/18, que solicita informações sobre os resultados dos programas relativos à Segurança Pública no Município no 1º. Quadrimestre de 2018, seguem as nossas considerações.

Informamos que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção-SMSP enviará ofício com resposta diretamente à Secretaria de Governo com as informações solicitadas. Cabe a esta SMPOG/SUPLOR apresentar informações complementares com dados do Programa de Iluminação Pública, repassados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura-SMOBI, conforme anexo a este ofício, bem como as cópias dos contratos solicitados.

Atenciosamente,

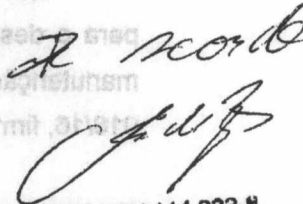

Bruno Passeli

Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Bruno Passeli

BM 108.998-4

Subsecretário de Planejamento
e Orçamento - SUPLOR/SMPOG


André Reis - BM 114.233-8
Secretário Municipal de
Planejamento,
Orçamento e Gestão

Ao Senhor

CAIO BARROS CORDEIRO

Diretor Técnico Legislativo / GP

PBH - GABINETE DO PREFEITO

Recebido em:

Data: 19/09/2018

Nome: [Assinatura]

BM: 70691-8 Horário: 10:35

Subsecretaria Municipal de Planejamento e Orçamento
Av. Augusto de Lima, 30 - 11º andar - Centro - CEP 30.190-001 - Belo Horizonte - MG
Telefone: 55xx31 3277 1958 - email: suplora@pbh.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

**Secretaria Municipal de Obras e
Infraestrutura - SMOBI**

Of. SUPFG-OBÍ - SUPLOR n.º 014/2018

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2018.

Ref.: Resposta ao Requerimento de Comissão nº 864/2018

Prezado Senhor,

Em resposta ao Requerimento de Comissão nº 864/18, de autoria dos Vereadores Mateus Simões, Aurea Carolina, Gabriel, e Pedro Lula Patrus, sobre os questionamentos relativos à prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2018 dos programas, ações e subações relacionados à política de segurança pública do município de Belo Horizonte, relacionados ao programa "B4 - serviços de Iluminação Pública", ressaltamos:

3.1. Subação "Controle das Operações de Iluminação Pública":

- natureza de despesa "339039 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica"

Nessa natureza são executadas as despesas referentes aos serviços de fornecimento de iluminação pública, sob os contratos 38233672 e 51684868, firmados com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, além da prestação de serviço de verificação independente do contrato de concessão celebrado entre o Município de Belo Horizonte e a empresa de direito privado denominada concessionária, através do contrato AJ-034/17, firmado com a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

- natureza de despesa "336783 - contraprestação de serviços"

Nessa natureza são executadas as despesas referentes a prestação de serviços para o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública - contraprestação, sob o contrato AJ-016/16, firmado com a BH Iluminação Pública S.A.

- natureza de despesa "339035 - serviços de consultoria"

Trata-se de abertura de dotação orçamentária para a execução de serviços de consultoria, entretanto, até o momento, não houve execução de despesa nessa dotação.

3.2. Subação "Ampliação de Redes de Iluminação Pública":

- natureza de despesa "449051 - obras e instalações"



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

**Secretaria Municipal de Obras e
Infraestrutura - SMOBI**

Nessa natureza são executadas as despesas referentes aos serviços de remoção ou realocação de postes em função da interferência nas obras executadas pela SMOBI, através de ordem de serviço emitida para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

- novos pontos de iluminação pública.

A previsão de implantação de novos pontos de iluminação pública, para o ano de 2018, é de duzentas novas unidades.

Esse critério não foi previsto no Plano de Metas para 2018 devido à profunda mudança no modelo de iluminação pública de BH, quando da troca da operação da Cemig pela BHIP, através do contrato de concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública, que teve data de eficácia em junho/2017 e início do cronograma de modernização e eficiência em outubro/2017.

Sendo esses os nossos esclarecimentos, nos colocamos à disposição para outros que, eventualmente, possam surgir.

Atenciosamente,

Leandro César Pereira

Secretário Municipal Adjunto da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao Sec. Bruno Passeli
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG
Avenida Augusto de Lima, nº 30 - 11º andar. Centro, BH/MG.

Anexo V
Ofício SMSP/GP nº 119/2019



OF. GABPREF/DALE Nº 027 /19

Belo Horizonte, 14 / 05 / 2019

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 250/2019** – Vereadores Bella Gonçalves, Maninho Félix, Mateus Simões e Pedro Patrus – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 814/19, de 26/03/19.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao **Requerimento de Comissão nº 250/2019**, de autoria dos Vereadores Bella Gonçalves, Maninho Félix, Mateus Simões e Pedro Patrus, que solicita informação sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiram respostas por meio do Ofício SMSP/GP nº 119/2019, e Ofício SMOBI Nº 157/2019, acompanhado de mídia digital – CD –, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 17 / 05 / 19

8 - 640

Responsável pela distribuição



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Ofício SMSP/GP nº. 119/2019

Belo Horizonte, 30 de abril de 2019

Referência: Requerimento 250/2019

Ofício Dirleg nº 816/19: Vereadora Nely Aquino

Senhor Diretor,

Em atenção ao requerimento de Comissão nº. 250/2019, encaminhamos as seguintes informações:

Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)

Ação 2897 – Gestão Integrada do COP-BH

Subação "Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP" (2897-1)

1. O total orçado para a natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", R\$ 1.000.000,00 é de fonte "Captação de Recursos Vinculados", sendo que não constam despesas nessa rubrica em 2018. A que despesa esse valor se referia?

Trata-se de abertura orçamentária realizada pela SUPLOR para uma possível captação de recursos vinculados. Essa captação não ocorreu em 2018, sendo esse o motivo de não haver despesas nessa rubrica.

1.1 Considerando que esse valor representa quase metade de todo orçado para essa subação, que impactos a ausência de execução dessa rubrica tem sobre o funcionamento e/ou desenvolvimento do COP?

Por se tratar de uma possibilidade de ingresso de recurso, a SMSP procurou realizar o seu planejamento de ações contando apenas com os valores efetivamente disponíveis na LOA e alterados pelo Decreto Municipal Nº 16.839 de 29 de janeiro de 2018.

Ao Senhor

Felipe Prates Rozenberg

Gerência de Assuntos Parlamentares

Diretoria Técnico-Legislativa – Gabinete do Prefeito

Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro – Belo Horizonte/MG

2. Descrever os valores dispendidos com cada um dos serviços mencionados no OF. GABPREF Nº 179/18:

- Serviços de Telefonia:

- Telemar: R\$ 67.518,03
- Claro: R\$ 7.592,36

- Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos:

- Ar condicionado – Airtemp: R\$ 152.656,10
- Elevador – Módulo: 19.000,00
- Subestação - Engevolt: R\$ 24.274,66

- Serviços de cópias e Reprodução de Documentos (Stoque): R\$ 51.031,61

- Limpeza e conservação (Desinsetização e Desratização – Ddtiza): R\$ 5.078,00

- Serviço de apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Cartão combustível para gerador - Ticket): R\$ 2.263,24

- Locação de veículos (Coopetur): R\$ 94.986,00

- Despesas de Ponto Pagamento (Adiantamento Financeiro): R\$ 578,00

Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas" (2897-2)

1. O que justifica a ausência de execução dessa subação em 2018?

A implantação de soluções tecnológicas envolve a pesquisa intensiva de soluções que são aderentes ao funcionamento do COP-BH. São projetos de longa maturação, altamente complexos e que contam com o envolvimento de vários órgãos e instituições da Prefeitura e de fornecedores de software e hardware.

Já foram realizados chamamento público, apresentações no laboratório aberto da Prodabel, Provas de Conceito (POC) para apresentação de soluções e testes real efetivo no ambiente de rede corporativa da PBH e do COP-BH. Alguns foram descartados e outros continuam no processo complexo de confecção de Termo de Referência (TR) e orçamentação destas soluções.

São exemplos destes trabalhos em processo, a solução integradora para o COP-BH, câmeras com reconhecimento facial, câmeras com leitor de placas e gerador automático de alarmes de furtos e roubos, solução de plataforma web para recepção, no COP-BH de imagens de vias públicas provenientes de sistemas de videomonitoramento privados.

2. As 45 câmeras de videomonitoramento adquiridas, conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, foram integralmente instaladas no Conjunto Arquitetônico da Orla da Lagoa da Pampulha?

Não. As câmeras adquiridas no mencionado ofício são utilizadas para substituição dos equipamentos que ficam inservíveis ou cuja manutenção fique com custo superior ao equipamento novo, além daquelas que deixam de funcionar devido a vandalismo, furto,

acidentes e quedas de árvores.

Subação "Implantação da Metodologia de Gestão Integrada baseada na Metodologia de Solução de Problemas" (2897-4)

1. Conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, qual foi o destino do remanejamento do recurso destinado para essa subação ?

Não houve remanejamento deste recurso. Ele não foi gasto.

Ação 1334 – videomonitoramento

Subação "Instalação de Circuito Interno de Televisão – CFTV em Equipamentos Municipais (1334-1)

1. Conforme informado no OF GABPREF Nº 179/18 "Foram elencados 120 equipamentos públicos municipais para a instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico e imagens" cujo "critério adotado foi a quantidade de crimes registrados nos Boletins De Intervenção da Guarda Municipal de Belo Horizonte no interior dos equipamentos públicos". Entretanto não houve execução orçamentária. Por que essa subação não foi executada?

O estudo foi realizado e apresentado e não foi executado, pois cabe a cada Secretaria, responsável por cada equipamento público, demandar os projetos específicos, bem como destinar orçamento próprio para a execução dos trabalhos.

1. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

Em função das dificuldades de execução do orçamento, do limite orçamentário para 2019 e de outras necessidades operacionais prioritárias, esse recurso foi destinado a outras ações da Guarda Civil Municipal.

1.1 Diante dessa decisão, qual será a estratégia de SMSP para prevenir futuras ocorrências nesses equipamentos públicos, considerando seu histórico de grande volume de ocorrências?

Fazer gestões com as Secretarias através dos (GISPs) para que soluções de monitoramento e videomonitoramento sejam implementados com alguns padrões mínimos de interoperabilidade. Realizar reuniões com os gestores para mostrar soluções mais eficazes de monitoramento eletrônico e sua interligação técnica e operacional.

Subação Implantação de Videomonitoramento na Cidade (1334-2)

1. Por que essa subação não foi executada?

Por falta de previsão orçamentária. Foi orçado para a ação quatorze milhões e oitocentos mil reais, mas não houve aprovação.



1. Quais foram as razões para a descontinuidade dessa subação na revisão do PPAG?

A implantação de Videomonitoramento teve como base a implantação de mais 185 pontos de captura de informação através de câmeras em Belo Horizonte.

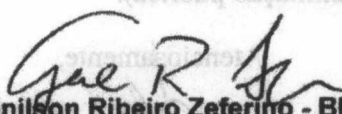
A meta é composta por 150 novos pontos identificados através de estudo realizado pela SMSP, onde não existia nenhuma cobertura por câmeras e em locais com uma mancha criminal relevante, além disso mais 35 câmeras estavam previstas e aprovadas no somatório dos Orçamentos Participativos de 2009/10 (Parque 1º de Maio e Parque Nossa Senhora da Piedade) e 2005/16 (bairros Santa Amélia, Camargos, Gutierrez, Santa Tereza e Califórnia).

Todo o levantamento inicial de localização e estudo básico foi realizado sendo também aberto um chamado na Prodabel para a confecção do referido Termo de Referência e posterior licitação. Entretanto, não há previsão orçamentária para a SMSP dar continuidade no referido Termo e no trâmite licitatório fazendo com que não conseguíssemos cumprir a meta pactuada. Quanto às câmeras do Orçamento participativo, ainda não houve liberação de recursos financeiros para a execução da demanda.

1. Por Que os gastos no valor de R\$ 145.750,00 foram contabilizados nessa subação tendo em vista que se destinam, conforme informado no OF. GABPREF Nº 179/18, À aquisição de materiais para a substituição de equipamentos com defeito ou vandalizados? Por que esses gastos não foram contabilizados na subação "Manutenção dos pontos de videomonitoramento"?

Os valores gastos, conforme informado no Ofício GABPREF 179/18, foram utilizados para aquisição de 45 novos equipamentos de videomonitoramento. A subação "implantação de videomonitoramento na cidade" foi utilizada em razão da impossibilidade de remanejamento de recurso em tempo hábil para realização do empenho no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços da PMMG. Destaca-se que o interesse público foi preservado, vez que os equipamentos eram imprescindíveis para as ações de segurança pública no Município. Além disso, ressaltamos que a natureza da despesa foi adequadamente resguardada, portanto, não ocasionando qualquer prejuízo para a Administração Pública.

Atenciosamente,


Genilson Ribeiro Zeferino - BM 1145086

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP

Rua dos Carijós, 126 - 3º andar – Centro – CEP 30.120-060
Belo Horizonte, MG – Telefone: (31) 3277-4414 – E-mail: smasp@pbh.gov.br



SMOBI N.º 157 /2019

Belo Horizonte, 10 de abril de 2019.

Ref.: TAG 135870

Prezado Senhor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 250/2019, dos Vereadores Maninho Félix e Bella Gonçalves, que solicita *informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município*, informamos, abaixo, o que compete a esta Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura:

- Consta no CD anexo:

- Programa Serviço de Iluminação Pública – item 1

- Ação 2035 – item 1

- Ação 2035 – Controle das Operações de Iluminação Pública:

- Item 3 – O contrato de Concessão N° AJ 016/2016, contrato de concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, efficientização energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública, estabelece os bens vinculados à concessão, que são aqueles que foram transferidos pela Cemig à PBH em 23/12/2016 e, então, cedidos para Concessionária, conforme Cadastro da Rede Municipal de Iluminação Pública (cadastro do conjunto de equipamentos para iluminação pública).

Atenciosamente,

JOSUÉ COSTA VALADÃO

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao Senhor

Caio Barros Cordeiro

Consultor Técnico Especializado

Diretoria Técnico-Legislativa



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **646/2019**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada, no dia 27/06/2019 às 09:30 horas, visita técnica ao CREAS Barreiro, situado na Rua David Fonseca, número 1.147 no bairro Milionários, com o objetivo de verificar infraestrutura, equipe de atendimento e os serviços prestados na unidade.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019


Pedro Patrus

Vereador PT

REQUERIMENTO ANALISADO
Tipo: VISITA TÉCNICA
Em 31/05/19
Ao Senhor
Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
31 / 05 / 19
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

647/2019

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 48, §2º do Regimento Interno, que seja cancelada a audiência pública aprovada pelo requerimento 320/2019.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2019

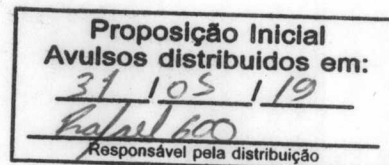
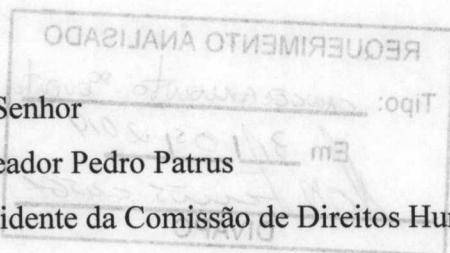
Pedro Patrus

Vereador do PT

Ao Senhor

Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



CMBH_DIRLEG-31/mai/19-15:40:37-002365-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
EQUIPAMENTO Nº
648/2019

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º, e art. 84, XXI, ambos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, combinado com art. 48, II, do Regimento Interno, bem como considerando o teor do ofício GP.EXTER-050/OF, recebido da Prefeitura de Belo Horizonte por esta Casa, seja encaminhado, por meio da Mesa, pedido de informações ao Sr. Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte, e à Sra. Maria Fernandes Caldas, Secretária Municipal de Política Urbana, com cópia à Chefia do Gabinete do Prefeito, Adriana Branco Cerqueira, a respeito do programa Jornada Produtiva.

Destaca-se que as informações aqui requeridas são resultantes dos debates e encaminhamentos da audiência pública realizada no dia 27/05/2019, na 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, com a finalidade de debater o programa Jornada Produtiva e a economia popular em BH. Na referida audiência foi destacado o avanço representado pelo lançamento do programa, no sentido de fomentar o direito ao trabalho e a economia popular na cidade de Belo Horizonte. Contudo, também foram levantados questionamentos que aqui se veicula, no intuito de promover uma maior compreensão do programa e seu aperfeiçoamento.

Assim, requer as seguintes informações:

1. Encaminhar os dados, métodos e critérios utilizados para a definição das vagas e pontos, por atividade e regional, acompanhados de cópias do processo administrativo ou documentos pertinentes à formulação do programa Jornada Produtiva.
2. Qual o entendimento e a política formulada pelo Executivo para a comercialização de bebidas por "caixeiros" em veículos de tração humana no contexto do programa?

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

Bella Gonçalves
Vereadora Bella Gonçalves

Ao Senhor

Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 31/05/2019

68-640

Responsável pela distribuição

CMH-DIREG-31/maj/19-17:25:12-002371-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão REQUERIMENTO Nº **649/2019**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

Bella Gonçalves
Vereadora Bella Gonçalves

Ao Senhor

Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>31/05/2019</u>
<u>B. 654</u> Responsável pela distribuição

CMBH_DIREED-31/maj/19-17:25:24-002372-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidenta,

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 649/19, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à Sra. Maria Fernandes Caldas, Secretária Municipal de Política Urbana, a respeito do programa Jornada Produtiva.

Destaca-se que as indicações são resultantes dos debates e encaminhamentos da audiência pública realizada no dia 27/05/2019, na 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, com a finalidade de debater o programa Jornada Produtiva e a economia popular em BH. Na referida audiência foi destacado o avanço representado pelo lançamento do programa, no sentido de fomentar o direito ao trabalho e a economia popular na cidade de Belo Horizonte. Contudo, também foram levantados apontamento que aqui se veicula, no intuito de promover o aperfeiçoamento do programa.

Considerando que a cidade de Belo Horizonte se insere em uma realidade metropolitana (LCE 86/06); que o direito a cidades sustentáveis abarca o direito ao trabalho (art. 2º, I, da Lei 10.257/01); que às regiões metropolitanas aplicam-se às disposições da Lei 10.257/01 (art. 1º, §2º, da Lei 13.089/15); que o exercício de direitos fundamentais não se restringe em razão de origem (art. 3º, IV, 5º e 6º, da CF/88); que o conceito de domicílio abarca no que concerne às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida (art. 72, do CC/02); que grande parte dos trabalhadores que exercem



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atividades no logradouro público em Belo Horizonte não residem nesta cidade, em razão dos altos preços praticados pelo mercado imobiliário, mas nela exercem suas atividades profissionais, **indica-se que:**

- **não seja restrito o acesso ao programa Jornada Produtiva à comprovação de residência no Município de Belo Horizonte;**

Considerando que a inserção no programa Jornada Produtiva não constitui propriamente um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, tampouco pertine a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações ante o ente federado (art. 1º e 2º, da Lei 8.666/93); que a inserção no programa se constitui como mera permissão de uso para exercício de atividade em logradouro público; que no contexto da Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro (OUS-PIPH), o requisito de regularidade fiscal não foi utilizado para adesão sequer das empresas colaboradoras; que a existência de débitos relativos a multas pelo exercício de atividade no logradouro público é exatamente a comprovação pelo exercício das atividades; que o programa tem dentre seus objetivos “regularizar a situação de trabalhadores do comércio popular”; que a exigência de regularidade fiscal impede a participação no programa dos trabalhadores que atualmente exercem as atividades, frustrando assim o objetivo de regularizar a situação de tais trabalhadores; que a não inclusão dos trabalhadores, além de violar seu direito ao trabalho impede o auferimento de renda para o sustento próprio e de sua família e até mesmo para o pagamento das dívidas fiscais, **indica-se que:**

- **não seja exigida a regularidade fiscal com a fazenda pública para acesso ao programa Jornada Produtiva;**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Considerando que não foi anunciada política específica para inserção dos povos indígenas no programa; que há dever constitucional de políticas de proteção da cultura indígenas; que há grande quantidade de povos indígenas que exercem suas atividades e cultura nas feiras; que foi considerado constitucional pelo STF os sistemas de as ações afirmativas, **indica-se que:**

- **sejam realizadas ações específicas de preservação e promoção da cultura indígenas e reserva de vagas para essa população nas feiras da cidade, bem como no contexto do programa;**

Considerando que não foi apresentada política própria para as trabalhadoras e os trabalhadores que realizam comercialização de bebidas por “caixeiros” em veículos de tração humana no contexto do programa; que há inúmeras trabalhadoras e trabalhadores que exercem tal atividade como fonte de sustento próprio e de sua família; que tal comercialização não é vedada pela legislação vigente; que tal atividade tem forte vínculo cultural com as atividades, eventos e manifestações de caráter recreativo, social, cultural, esportivo, político e outros, na cidade de Belo Horizonte; que foi deliberado na V Conferência Municipal de Política Urbana “licenciar o comércio ambulante de rua, reconhecendo seu vínculo cultural com a cidade”, **indica-se que:**

- **sejam realizadas ações específicas de promoção do exercício das atividades das trabalhadoras e trabalhadores “caixeiras” de Belo Horizonte, com sua inclusão no programa e a garantia das vagas pertinentes;**

Considerando que o trabalho é reconhecido como direito social, de aplicação imediata (art. 5º, §1º, e 6º, CF/88); que dentre os objetivos do programa é “regularizar a situação de trabalhadores do comércio popular”; que o critério de sorteio, por si só e exclusivamente, não atende ao objetivo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

regularizar a situação dos trabalhadores que já exercem o comércio popular; que a definição dos postos, atividades e vagas a partir da análise abstrata da cidade não necessariamente possibilita a averiguação da realidade concreta das demandas do trabalho ambulante exercido, **indica-se que:**

- **quando couber, ao invés de definir previamente as vagas, abrindo-se para inscrições e sorteio, seja: 1) aberto prazo para apresentação de requerimentos dos trabalhadores para manifestação de interesse na regularização e no exercício das atividades; 2) após os requerimentos sejam feitos os estudos técnicos a respeito das viabilidades de deferimento dos requerimentos e regularização dos trabalhadores; caso necessário, se estipulem critérios de desempate ou realocação se houver mais interessados do que vagas ou para vagas remanescentes. Entende-se que tal medida tem maiores condições de favorecer efetivamente a regularização dos trabalhadores e possibilidade a oferta de vagas conforme as demandas reais e concretas.**

Considerando que, não obstante seja um avanço o anúncio do programa, verifica-se que a oferta de vagas é inferior à demanda atual dos trabalhadores no contexto de Belo Horizonte, **indica-se que:**

- **sejam ampliadas as vagas do programa para exercício de atividades no logradouro público, inclusive de fruteiros no hipercentro;**

Considerando que a publicidade é princípio constitucional vinculante (art. 37, CF/88); que é diretriz vinculante da política urbana a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (art. 2º, II, e 43 da lei 10.257/01), **indica-se que:**

- **seja garantida a publicidade a todas as informações do programa e garantida a participação das trabalhadoras e trabalhadores na construção do programa, definição das vagas e postos de trabalho, bem como dos pertinentes editais, por meio de comissões e dos demais instrumentos adequados;**

Considerando que o lançamento do programa representa avanço da política urbana; que o lançamento do programa representa o reconhecimento das atividades pelo Município; que até o efetivo licenciamento ainda ocorrerão vários os trâmites, demandando tempo até a regularização, **indica-se que:**

- **sejam suspensas e moderadas as ações de fiscalização em relação ao exercício das atividades, como forma de não frustrar o direito ao trabalho até o efetivo licenciamento das atividades;**

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

Bella Gonçalves
Vereadora Bella Gonçalves

À Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição originária de decisão
da comissão relativa ao(a)

Requerimento Comissão

nº 649 / 2019



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER EM SEGUNDO TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 425/2017

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Irlan Melo, veio à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para emissão de parecer em segundo turno das Emenda nº 1 a 4 do Projeto de Lei nº 425/2017, que *"Dispõe sobre cassação dos alvarás de funcionamento cinemas, teatros, museus e estabelecimentos congêneres que permitirem a entrada e participação de crianças e adolescentes em atividades que não correspondam a sua respectiva classificação etária"*.

A proposição foi distribuída em primeiro turno à Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo e à Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.

Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça, o relator, vereador Doorgal Andrada, fez parecer pela Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade com apresentação de emendas, sendo este aprovado pela Comissão.

Na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, foi designada relatora a vereadora Áurea Carolina que propôs que o projeto fosse baixado em diligência. Após o recebimento das respostas, concluiu o seu parecer pela rejeição do projeto em questão, sendo este aprovado pela comissão.

Na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, designada a vereadora Cida Falabella como relatora do projeto, o projeto foi novamente baixado em diligência. Passado o prazo, a relatora concluiu pela rejeição do projeto em tela.

Enviado à Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, foi designado relator o vereador Rafael Martins, que devolveu a relatoria, sendo designado novo relator o vereador Osvaldo Lopes. Vencido o prazo do projeto na comissão, foi declarada a perda de prazo pela Comissão, ficando o Projeto em questão sem parecer sobre o tema.

Apreciado e aprovado pelo Plenário em primeiro turno, o projeto passa a tramitar pelas comissões em segundo turno, para análise das emendas propostas à redação principal.

Em Segundo Turno na Comissão de Legislação e Justiça, foi designado o vereador Gabriel para emitir parecer sobre as emendas nº 1 a 4, que concluiu seu parecer pela constitucionalidade, antijuridicidade e regimentalidade das emendas 1 e 4 e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das emendas 2 e 3. Este parecer foi rejeitado pela Comissão, e foi designado o vereador Autair Gomes para elaborar novo parecer. O novo relator concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas 1, 2, 3 e 4, que obteve aprovação dos vereadores da comissão, ficando esse novo parecer aprovado.

Enviado à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, em segundo turno, fui designado relator para análise das emendas de nº 1 a 4 e é dessa forma que passo à fundamentação do meu parecer.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em questão pretende determinar a cassação de alvará de cinemas, teatros, museus e estabelecimentos congêneres que permitem a entrada e participação de

crianças e adolescentes, em atividades que correspondam a classificação etária para maiores de 18 (dezoito) anos, no município de Belo Horizonte.

Determina, ainda, que os proprietários dos estabelecimentos que tiverem o alvará cassado, ficarão impedidos de atuar e constituir novas empresas nos respectivos setores de atuação por 05 (cinco) anos.

A emenda número 1, de caráter supressiva, proposta pelo vereador Doorgal Andrada, pretende suprimir do projeto em questão, o Art. 3º, que trata sobre o processo administrativo que será instaurado por decisão da autoridade administrativa competente, sempre que tomar ciência, por qualquer via idônea, do ato praticado pelos estabelecimentos. A justificativa do relator do projeto na Comissão de Legislação e Justiça, e proponente da emenda em questão, é de que essa matéria que ele pretende retirar do projeto, não pode ser tratada no poder legislativo municipal.

A emenda número 2, também de caráter supressiva, proposta pelo vereador Doorgal Andrada, pretende suprimir do projeto em questão, o Art. 4º, que trata sobre a proibição dos proprietários condenados, de atuar ou constituir novas empresas no mesmo setor de atuação por 5 anos. Justifica o proponente da emenda, que o texto viola o princípio da separação e harmonia entre os poderes, constante na Constituição da República, na Constituição do Estado de Minas Gerais, e na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

A emenda nº 3 possui o mesmo objetivo, com o adendo de se renumerar os dispositivos subsequentes, que a emenda supracitada.

A emenda número 4, proposta pelo autor do projeto em questão, tem por objetivo simplificar o projeto, e torná-lo autorizativo. Propõe uma nova redação onde mantém apenas o Art. 1º que autoriza a cassação do alvará de funcionamento dos cinemas, teatros, museus e estabelecimentos congêneres que permitam a entrada e participação de crianças e adolescentes

em desacordo com a Portaria nº 1.189, de 03 de Agosto de 2018, ou qualquer outra que venha a substituí-la. Essa alteração torna a proposta inócua uma vez que autoriza, quem já tem autorização para tal ação.

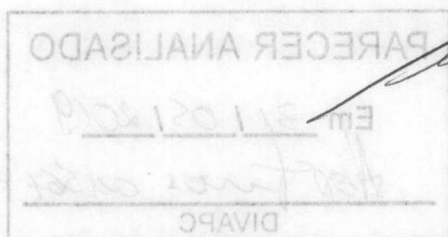
Analisado o mérito, a proposta original em nada contribui para a garantia dos direitos fundamentais inerentes ao ser humano, principalmente das crianças e adolescentes. Entendo, ainda, que a proposta fere o direito dos jovens terem uma formação cultural ampla, crítica e livre, que fere, ainda, o direito das famílias de orientarem, de forma consciente, os padrões de formação cultural de seus filhos ou responsáveis culturais.

Dessa forma concluo este parecer pela rejeição das proposições uma vez que a aprovação do projeto será extremamente danoso aos munícipes, com ou sem aprovação das emendas analisadas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto o parecer é pela REJEIÇÃO das emendas nº 1 a 4 ao projeto de lei nº 425/2017.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2019



Pedro Patrus

Vereador do

Vereador Pedro Patrus
Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer sobre o projeto de Lei nº 727/2019

Erro material. Leia-se:

"PARECER EM 1º TURNO AO PL 727/

2019"

AUDITORIA 509

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei de nº 727/2019, de autoria do Vereador Fernando Borja, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais disponibilizarem nas suas caixas registradoras visor de preços acessíveis ao campo de visão dos consumidores", foi protocolizado e, após ser autuado com a devida instrução, foi encaminhado a Comissão de Legislação e Justiça, para a emissão de parecer sobre o projeto, tendo sido designado o vereador Reinaldo Gomes como relator.

Emitido o parecer pelo relator, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, tem-se que este fora aprovado.

Encaminhado a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, o relator, vereador Edmar Branco emitiu parecer pela aprovação do projeto de lei, tendo sido aprovado o seu relatório.

Encaminhados a esta comissão, fui designado relator pelo presidente, vereador Pedro Patrus, para emissão de parecer sobre o projeto de lei alhures citado.

Assim, nos termos do artigo 85 do Regimento Interno, passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei 727/2019 em análise, a meu ver, sob a ótica da defesa do consumidor, merece ser aprovado.

Com efeito, sob a luz do Código de Defesa do Consumidor, a "Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, **bem como a transparência** e harmonia das relações de consumo" (sic) (destaque nosso)

Ao propor, através do projeto de lei em análise, a obrigatoriedade de que os estabelecimentos comerciais disponibilizem em suas caixas registradoras visores, monitores, para que os clientes (consumidores) possam visualizar com clareza os preços e descontos aplicados, tem-se que a transparência na relação consumerista será ampliada, pois, em alguns estabelecimentos não disponibilizam em seus caixas monitores para que os clientes possam visualizar o registro das mercadorias que estão sendo compradas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Objetivando exemplificar, em pesquisa realizada junto ao portal da internet “Reclame Aqui”, várias são as reclamações de consumidores sobre a postura da rede de supermercados “Dia”, que de fato, em seus caixas registradores os monitores (visores) são muito pequenos e de difícil visualização, dificultando a conferência do cliente no ato da compra. Traz-se aqui breve relato de uma das reclamações, *in verbis*:

“Minha reclamação é com o Supermercado Dia, Os caixas não mostram aos clientes os preços que estão sendo cobrados. O cliente pega o produto na gôndola, vê o preço na gôndola, e quando passa pelo caixa, a atendente registra os produtos, mas o cliente não consegue ver os preços que estão sendo registrados. Simplesmente a atendente informa o preço final e ponto. A tela que existe informando os preços, é fixa e fica virada para trás, sem que o cliente saiba quais os preços que estão sendo cobrados em cada produto. É um completo desrespeito com o código de defesa do consumidor.”¹

Logo, percebe-se que existem estabelecimentos que não possuem monitores que possibilitem aos clientes a visualização do que está sendo cobrado no ato do registro, nos caixas, o que viola o Princípio da Dignidade do Consumidor.

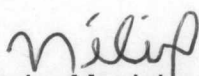
Ao ser aprovado, este Projeto de Lei tornar-se-á mais uma ferramenta na proteção dos interesses dos consumidores.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela aprovação Projeto de Lei de nº 727/2019.

É o parecer.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2019.


Vereador Maninho Félix
PSD

¹https://www.reclameaqui.com.br/supermercado-dia/caixa-nao-mostra-os-precos-ao-cliente_9693944/



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI Nº 728/19

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 728/19 de autoria múltipla, cuja ementa é *“Dispõe sobre a criação do cadastro de pedófilos no âmbito de município de Belo Horizonte e dá outras providências”*.

Até o momento o projeto em análise tramitou pela Comissão de Legislação e Justiça, a qual não emitiu parecer.

Designado Relator para a matéria na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 728/19 estabelece a criação de Cadastro de Pedófilos para a proteção da infância e da juventude. Seriam incluídos no cadastro as pessoas que incorreram nas infrações penais previstas nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D, 241-E e 244-A da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como nos arts. 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

Seriam disponibilizadas apenas as informações relativas aos condenados de processos com trânsito em julgado, com base nas infrações penais supramencionadas. O cadastro seria de incumbência da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, sendo que a última disciplinaria a criação, a atualização, a divulgação e o acesso ao cadastro, observadas as determinações da eventual lei.




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em que pese a boa intenção da proposição ao pretender viabilizar que as pessoas consigam se informar sobre a presença de pedófilos em sua vizinhança, iniciativa inspirada pela experiência de outros países sobre o tema, o cadastro proposto só teria sentido para o momento em que a pessoa transgressora foi condenada, está em cumprimento de pena, mas transita em liberdade. Ao término do cumprimento da pena, sob a ótica do Direito Penal, encerra-se a possibilidade de o Estado agir contra os direitos de liberdade do agente, vez que o próprio arcabouço penal não prevê tais tipos de restrição.

Importante salientar que o cadastro sugerido estenderia os efeitos da pena criminal, o que, vale dizer, é matéria de direito penal, e, portanto, questão de competência legislativa privativa da União, segundo disposição constante da Constituição da República (artigo 22, inciso I). Ao criá-lo, o município se municiaria de competência que não lhe cabe e lesaria um direito de índole constitucional. Apesar de concordar, em tese, com o argumento de que as pessoas deveriam ter o direito de se informar sobre a presença de pedófilos na vizinhança em prol da segurança de crianças e adolescentes vítimas em potencial, a Casa Legislativa não pode se voltar contra a Constituição da República, especialmente estabelecendo hipótese de restrição de direitos.

A tentativa de legislar em nível municipal sobre questões expressamente postas na Constituição como matéria de iniciativa privativa da União, portanto, principalmente quando diz respeito a uma possível restrição de direitos, é também uma forma de violação aos direitos fundamentais, pelo que precisa ser rejeitada dada a competência temática dessa Comissão como guardião de tais direitos. A alteração dessa lógica dependeria de emenda constitucional que buscasse adequar o conceito inserido na Constituição da República à pretensão contida no texto.

Por fim, importante também dizer que a aprovação do projeto em questão acarretaria o estabelecimento de um novo meio de identificação criminal. A Constituição da República traz em seu artigo 5º, inciso LVIII que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”. Desta forma, resta evidente que a Constituição estabelece clara restrição à identificação criminal, que não merece ser alargada por disposição em lei municipal, por também aí afrontar limite constitucional de proteção individual.



2 de 3



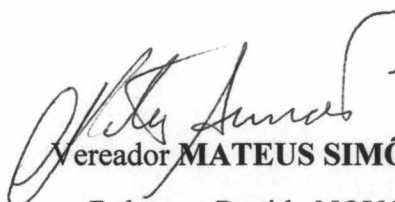
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

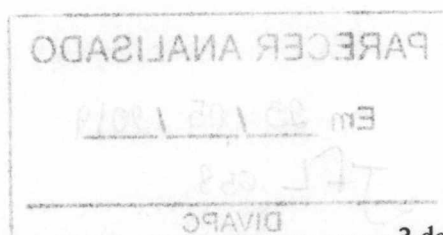
A discordância do legislador municipal não pode significar aprovação de textos que afrontem direitos garantidos constitucionalmente. Há meio e esfera próprio para tal.

CONCLUSÃO

Com base no exposto, concluo pela rejeição do Projeto de Lei nº 728/19.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2019.


Vereador **MATEUS SIMÕES**
Relator – Partido NOVO





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Erro material. Leia-se: PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI 754/2019. <i>Adm. Municipal</i>

PARECER EM PRIMEIRO TURNO

PROJETO DE LEI Nº 754/2018

RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo via Mensagem nº 09/2019, veio à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 754/2019, que *"Institui o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial."*

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação e Justiça, à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, à Comissão de Administração Pública e a Comissão de Orçamento e Finanças.

Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça, foi designado relator o vereador Autair Gomes. Um dos membros efetivos da Comissão, o vereador Gabriel propôs que o projeto fosse baixado em diligência. No retorno da diligência, o relator emitiu parecer pela Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade, que foi aprovado pela Comissão.

Distribuídos os avulsos à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, fui designado relator para análise da matéria conforme alínea "a", "d", "e" e "j" do inciso VIII do art. 52, do Regimento Interno. Dessa maneira, passo à fundamentação do meu parecer.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com os dados do Cadastro Único do Governo Federal, a extrema pobreza em Belo Horizonte passou de 19,72% em 2015 para 30,05% em 2018. Isso, por diversos fatores, entre eles: a retração do crescimento econômico, onde o IPCA cresceu de 4,18 (dez/2009) para 10,71 (dez/2017), caindo para 3,86 (dez/2018); o aumento do desemprego, cuja taxa de desocupação no país cresceu de 6,4 (dez/2014) para 11,6 (dez/2018), sendo que essa taxa é maior entre as mulheres (13,5); e o acirramento da desigualdade social, onde em 2017, os 10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto a parcela dos 10% detinha apenas 0,7%.

As consequências deste aumento levam, a partir da ausência ou insuficiência de renda, à fome, ao agravamento de situações de vulnerabilidade social e ao aumento da demanda por serviços públicos.

O Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial – PAAN – integra a política de Segurança Alimentar e Nutricional em interface com a Política de Assistência Social. Vem substituir a antiga concessão de cesta básica. É uma ação de provisão financeira provisória, no valor de até R\$600,00 podendo ser dividida em 6 meses e prorrogados por igual período.

Seus eixos de atuação compreendem o subsídio financeiro em caráter temporário para aquisição de gêneros alimentícios em redes de supermercados pelas próprias famílias; o acompanhamento sociofamiliar no SUAS e a inserção das famílias em outras políticas públicas; e o acesso as políticas de segurança alimentar e nutricional (qualificação profissional, cultivo de alimentos, etc).

O público-alvo do programa são famílias em situação de extrema pobreza, prioritariamente as que não possuem renda e vivenciam situação de insegurança social, alimentar e nutricional. Seus critérios de acesso incluem: estar inscrito no CadÚnico; não ser beneficiário de ações da segurança alimentar e nutricional que garantem a alimentação gratuita; e estar inserido nos serviços dos SUAS.

Percebe-se, assim, a intenção da Lei em garantir às famílias extremamente pobres a sua dignidade e autonomia para adquirir os alimentos conforme sua necessidade, ampliando o acesso à alimentação adequada.

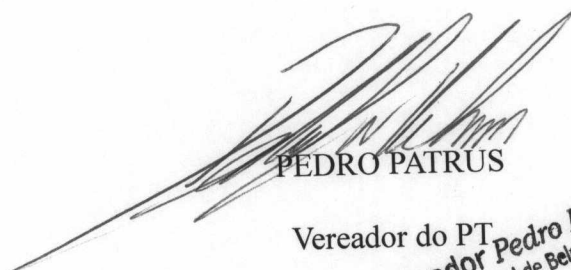
Faz-se necessário ressaltar a importância do envolvimento dos profissionais da Segurança Alimentar e Nutricional com os profissionais do Sistema Único de Assistência Social. O acompanhamento das famílias precisa ter duas dimensões: a escolha nutricional e sazonal dos alimentos, bem como a busca da autonomia e independência financeira do grupo familiar, pelo acesso às outras políticas públicas entre elas as de qualificação profissional.

Em síntese, o projeto de lei apresenta a efetividade do poder público em planejar e executar programas de segurança alimentar e nutricional, dimensionando a demanda, quantidade e valor financeiro para a compra de alimentos básicos consumidos pelas famílias de baixa renda. É adequado e oportuno frente ao cenário de crise econômica e desemprego, configurando como porta de entrada das famílias para outros programas sociais. Cumpre, efetivamente, a adesão do município ao SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – que objetiva assegurar o direito humano à alimentação adequada, sobretudo entre grupos populacionais específicos e populações em situações de vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto o parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 754/2019.

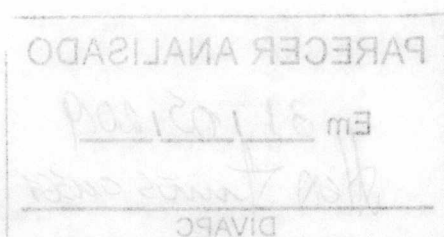
Belo Horizonte, 30 de maio de 2019



PEDRO PATRUS

Vereador do PT

Vereador Pedro Patrus
Câmara Municipal de Belo Horizonte



**POLÍCIA
MILITAR**

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

COMANDO-GERAL

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Ofício n. 70.487/2019-ARINS

Rfr: Of. Dirleg n. 200/2019.

Belo Horizonte, 2 de abril de 2019.

Senhora Vereadora,

Em cordial visita e incumbidos pelo Exmo. Sr. Coronel Comandante-Geral da PMMG, vimos tratar sobre a demanda apresentada por V.Sa. junto à PMMG, por intermédio do ofício referenciado, capeando a Deliberação n. 78/2019 da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor dessa Casa Legislativa Municipal.

Cumpre-nos informar que, realizada pesquisa interna, não foram encontrados nesta Administração registros acerca de eventual processo de remoção de moradores da ocupação "Resistência Negra", nesta Capital, bem como não houve qualquer notificação endereçada a esta Corporação a respeito de providência legal relacionada com esta questão.

Na oportunidade, reiteramos votos de estima e apreço.

Atenciosamente.



**JOSÉ LUIZ REIS JUNIOR, TEN CEL PM
SUBCHEFE DA ARINS**

**Ilma. Sra.
VEREADORA NELY AQUINO
Presidente da Mesa da Câmara Municipal
BELO HORIZONTE/MG**

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 27/05/2019

Amorim - 623

Responsável pela distribuição

CHIBH DIRLEG-27/mar/19-16:22:48-002285-1

CÂMARA MUNICIPAL DE BH - 33-141-2019 - 7:00-012238-1/2



OF. GABPREF/DALE Nº 028/19

Belo Horizonte, 28/05/2019

Viviane Cunha - CM 41819
Chefe de Gabinete da Prefeitura

CHBH_DIRLEG-30/Mai-19 11:47:49-002326-1

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 212/2019** – Vereadores Bella Gonçalves, Gilson Reis, Mateus Simões e Pedro Patrus – encaminhado pelos ofícios Of. DIRLEG Nº 711/19 a 714/19 de 19/03/19.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 212/2019, de autoria dos Vereadores Bella Gonçalves, Gilson Reis, Mateus Simões e Pedro Patrus, que solicita informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção emitiram respostas por meio do Ofício GAB-SMPOG – Nº 114/2019, e Ofício SMSP/GP – Ofício nº 098/2019, acompanhado de mídia digital – CD –, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

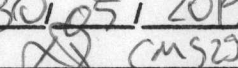
Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 30/05/2019
CM 523

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 30/05/2019


Responsável pela distribuição



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Ofício GAB-SMPOG – Nº 114/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Belo Horizonte, 09 de maio de 2019.

Ref.: Of. DIRLEG Nº 712/19 e 714/19

Senhor Diretor,

Com os nossos cumprimentos e em atenção aos ofícios em epígrafe, relativo ao Requerimento de Comissão nº 212/19, pela qual “solicita informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção”, encaminhamos a V.Sa. resposta nos termos da Nota Técnica Nº 006/19, elaborada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,



ANDRÉ REIS

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Ao Senhor

CAIO BARROS CORDEIRO

Diretor Técnico Legislativo em exercício

BELO HORIZONTE – MG



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

NOTA TÉCNICA Nº 006/19

Belo Horizonte, 09 de maio de 2019

Em atendimento ao Of. DIRLEG Nº 714/19 e TAG 133.541, que faz referência ao Requerimento de Comissão nº 212/19, que solicita informações referentes à Prestação de Contas do ano de 2018 dos Programas “109-Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” e “242-Prevenção Social à Criminalidade”, do PPAG 2018-2021, seguem as nossas considerações.

Informamos que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção enviou ofício de nº 098/19, em anexo, com resposta diretamente à Diretoria Técnico-Legislativa/GP com os esclarecimentos prestados em concordância e ciência da SMPOG/SUPLOR, com apenas algumas questões a serem complementadas.

Em relação à **Questão Geral nº 1**, informamos que o documento oficial que apresenta os objetivos, diretrizes e metas relativas à política municipal de segurança e prevenção é o Plano Plurianual de Ação Governamental-PPAG, que é o instrumento legal normatizador do planejamento de médio prazo da esfera pública, que explica diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas, definindo quantitativamente recursos necessários para sua implementação. O Contrato de Metas e Desempenho é um instrumento gerencial da Prefeitura de Belo Horizonte, no qual se apresentam as principais entregas do período, constantes nos projetos estratégicos e transformadores, com definição de metas e indicadores para monitoramento mais intensivo. Os projetos estratégicos e transformadores constantes no Contrato de Metas e Desempenho estão incluídos no PPAG. O PPAG atual está disponível para acesso público no link: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/plano-plurianual-ppag/ppag-2018-2021>

Em relação à **Questão Geral nº 2**, informamos que os indicadores acompanhados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, constantes no PPAG 2018-2021, são os seguintes:

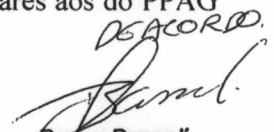
- Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura;
- Quantitativo de registros e furtos nos Centros de Saúde;
- Quantitativo de registros e furtos nas Unidades de Pronto Atendimento-UPA's;
- Quantitativo de ocorrências nas Escolas Municipais com encaminhamentos aos órgãos de atendimento ao adolescente autor de ato infracional;
- Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ).

Esses indicadores são basicamente apurações de ocorrências relativas a crimes contra o patrimônio dos próprios municipais (unidades de saúde, escolas dentre outros), criminalidade social, atos infracionais. Alguns indicadores constantes no Contrato de Metas e Desempenho são complementares aos do PPAG e serão inseridos no mesmo na Revisão para 2020-2021.

São essas as nossas considerações.

Atenciosamente,


Denise Rezende Barcellos Bastos
Diretora Central de Planejamento - DIPL


Bruno Passeli
BM 108.998-4
Subsecretário de Planejamento
e Orçamento - SUPLOR/SMPOG



SMSP/GP – Ofício nº. 098/2019

Belo Horizonte, 29 abril de 2018.

Referência: Ofício DIRLEG nº 713/19

Assunto: Requerimento de Comissão 212/2019

Prezada Senhora Fernanda,

Em resposta à solicitação contida no Ofício DIRLEG nº 713/19, informamos o que se segue:

Questões gerais sobre a Segurança Pública.

1. Qual é a perspectiva da SMSP de elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, cuja obrigação foi prevista no § 5º do art. 22 da Lei Federal no 13.675/18? A SMSP já possui algum documento oficial (disponível para acesso público) destinado a apresentar à população a política de segurança e prevenção no município, detalhando seus objetivos, diretrizes e metas? Se sim, enviar cópia.

O contrato de Metas e Desempenho 2019-2020 apresenta o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, com destaque para Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, o Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte e a Política Municipal de Prevenção Social à Criminalidade e à Violência.

2. Em sua resposta ao Requerimento de Comissão no 864/18, a SMSP informou que a política de segurança e prevenção do município tem como objetivo a redução dos índices de criminalidade em Belo Horizonte.

Nesse sentido, quais crimes foram escolhidos como alvo de enfrentamento prioritário por parte da SMSP?

Informamos que, conforme definido em Contrato de Metas e Desempenho do ano de 2018, a SMSP pactuou os seguintes indicadores de resultados finalísticos e de qualidade do serviço, dentre outros projetos:



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

CONTRATO DE METAS E DESEMPENHO 2018

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Metas: 01/04/18 a 31/01/19 – Vigência: 01/04/18 a 31/12/20

INDICADORES FINALÍSTICOS E DE QUALIDADE DO SERVIÇO (PESO 20%)

Indicador	Unidade de medida	Fonte	Valor de referência	Meta 2018	Meta 2020
Ocorrências de crime registradas pela Guarda Municipal na área de atuação da Operação Sentinela	Ocorrências	GMBH	273 (2017)	246 (somatório anual)	199
Quantitativo de viagens acompanhadas na Operação Viagem Segura	Viagens	GMBH	16.640 (2017)	17.472 (somatório anual)	18.345
Ocorrências de crime contra a pessoa e contra o patrimônio em Centros de Saúde	Ocorrências	GMBH	169 (média 2016/2017)	332 (somatório anual)	269
Ocorrências de conflitos em Unidades de Pronto Atendimento (UPA)	Ocorrências	GMBH	121 (média 2016/2017)	109 (somatório anual)	88
Ocorrências de crimes e atos infracionais registradas pela Guarda Municipal em unidades educacionais do município	Ocorrências	GMBH	777 (média 2016/2017)	583 (somatório anual)	472



2.1 Por que estes crimes foram escolhidos como alvo de incidência prioritária?

Os indicadores foram escolhidos tomando-se por base a definição de prioridades pactuadas por ocasião do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2018-2021, cujos diagnósticos e identificação dos desafios definiram as necessidades na área da Segurança, estabelecendo como projeto estratégico e transformador com o objetivo claro de promover a segurança no ambiente escolar, nas unidades de saúde, nas unidades de assistência social e nos espaços públicos de convivência comunitária e grande circulação de pessoas, além de reduzir os índices de criminalidade em relação aos anos anteriores, possibilitando significativa melhora na sensação de segurança.

Ainda como escopo temos a promoção da segurança nas escolas, nas unidades de saúde, nas unidades de assistência social e nas zonas quentes de centros comerciais de Belo Horizonte. Ampliação da operação Viagem Segura. Realização do patrulhamento preventivo em parques municipais. Proteção do patrimônio histórico e cultural. Promoção de ações preventivas objetivando evitar ocupações irregulares. Destarte, foram identificados esses desafios, chegando a essa construção de indicadores que possibilitam na área de segurança pública municipal medir os resultados.

2.2 Em linhas gerais, quais são as estratégias definidas para redução de cada um desses tipos de crime escolhidos como prioridade?

As estratégias para alcance positivo dos resultados de cada indicador, são definidas com base em estudo e diagnósticos que identificam a necessidade de emprego operacional da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte em cada área, levando-se em consideração a incidência do fenômeno, a identificação dos horários, dia, autoria, etc, adotando-se estratégia de emprego operacional que priorize o atendimento nos locais e horários de maior necessidade, tornando-se assim, o emprego inteligente dos recursos humanos e logísticos.

2.3 As estratégias de enfrentamento de cada um desses tipos de crime são baseadas em que tipo de referências (estudos, diagnósticos, dados, pesquisas, etc)?

A definição dos indicadores se baseia em estudos e diagnósticos de segurança e desordem pública que identificam diversos problemas e prioridades dentro do contexto do município. Os dados de ocorrência da GCMBH também servem de precioso instrumento para construção dessas prioridades.

3. Qual é o percentual de homens e mulheres na Guarda Municipal? Qual é o percentual de mulheres em cada área/setor da GMBH?

Informamos o quantitativo de 1984 (hum mil, novecentos e oitenta e quatro) homens (96,54%) e 71 (setenta e uma) mulheres (3,46%); das 71 mulheres 55% estão no setor operacional e 45% em apoio ao operacional.



4. Foi feita alguma reforma/readequação de unidade da Guarda Municipal no Barreiro? Se sim, quais melhorias/adequações foram feitas?

Informamos que não foi feita reforma/readequação de unidade da Guarda Municipal no Barreiro. Informamos ainda, que a Base Regional Barreiro esteve ativa do final de 2015 a meados de 2016 e que durante esse período não foi executada nenhuma reforma ou melhoria.

As bases utilizadas pela GCMBH na atual conjuntura são as seguintes:

- ✓ I Inspetoria: Av. Otacílio Negrão de Lima, 1.792, São Luiz;
- ✓ II Inspetoria: Rua José Sebastião Daher, 1.340, Vila Amaral;
- ✓ III Inspetoria: Rua Cobre, 114, Cruzeiro; e
- ✓ IV Inspetoria: Rua Coronel Otávio Diniz, 113, Santa Efigênia.

4.1 A unidade está em utilização atualmente pela Guarda Municipal?

A unidade não está sendo utilizada atualmente.

4.2 A Comissão recebeu informações de que esta unidade estaria sendo depredada por vândalos. Houve alguma ocorrência nesse sentido?

Não constam ocorrências.

Programa Operacionalização dos Serviços de Segurança (109)

Ação 2802 - Gestão da Política de Segurança e Prevenção Subação "Implantação da Política de Segurança e Prevenção" (2802-1)

1. A previsão orçamentária para custeio de pessoal era de R\$ 6.025.000,00 (somatória das naturezas de despesa "Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil", "Obrigações Patronais", "Diárias - Civil" e "Auxílio-Alimentação"). Entretanto, o valor executado com o custeio de pessoal foi de R\$ 7.480.931,04, ou seja, 24% superior ao previsto. Por quais motivos a execução orçamentária superou o planejado?

Os valores das naturezas de despesas acima citados são estimados no momento da realização da proposta orçamentária, contudo, sofrem variações devido aos variados níveis salariais de cada servidor. Maiores informações sobre as despesas em questão também podem ser dadas pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP, responsável pelo pagamento de benefícios e alterações salariais no Prefeitura de Belo Horizonte.

2. Não havia previsão orçamentária para a despesa de natureza "Outros serviços de terceiros - Pessoa Física", entretanto foram liquidados R\$ 38.495,49. A quais serviços se



refere a execução desta despesa? Quais foram os critérios para a contratação destes serviços?

A despesa em questão se refere à contratação de estagiários. Os critérios foram aqueles estabelecidos pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP, que centraliza os procedimentos para contratação deste tipo de mão-de-obra.

3. Havia R\$ 30.000,00 planejados para as naturezas de despesa 339139 "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" e 449052 "Equipamentos e Material Permanente", entretanto não houve execução orçamentária. Quais foram os critérios para planejar tais naturezas de despesa?

Foram feitas apenas aberturas nas fichas com valores relativamente baixos, que poderiam ser alterados caso houvesse necessidade de realizar esse tipo de contratação. Como, ao longo do ano, não houve a necessidade, não foi executada a despesa.

3.1 Quais foram os impactos para a ação "Gestão da Política de Segurança e Prevenção" da não execução das referidas naturezas?

Não houve impacto.

4. No Ofício SMS/P/GP nº 275/2018 página 2 foi informado a despesa de R\$ 190.000,00 com Locação de Veículos junto às empresas Coopertur e M&E Aluguel de Veículos. O contrato da empresa Coopertur enviado em anexo ao referido ofício revela a despesa da Secretaria Municipal de Segurança Pública com 01 Picape, a qual ao longo de um ano totaliza R\$ 74.023,20. O contrato da empresa M&E Aluguel de veículos não foi enviado. Encaminhar o contrato com a referida empresa.

Contrato anexo.

4.1 Qual foi o critério técnico para a escolha destes veículos?

Os veículos são sempre escolhidos por critérios operacionais, a fim de permitir a execução adequada dos serviços da Guarda Civil Municipal.

**Ação 2791 - Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH Subação
"Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH" (2791-1)**

1. Tendo em vista a resposta no Ofício SMS/P/GP no 275/2018: "não temos contrato celebrado com pessoa jurídica responsável por ministrar a qualificação, para ser apresentado", a que se refere à natureza de despesa "339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", orçada em R\$ 1.032.152,00?



O valor se refere ao pagamento do Grupo Protect, empresa responsável pela prestação de serviços de treinamento, capacitação e avaliação, abrangendo conteúdos teóricos e práticos de manuseio de arma de fogo (revólver calibre .38 e pistola calibre .380) e uso progressivo da força para guardas municipais.

2. Qual(is) empresa(s) recebeu(ram) o valor de R\$ 677.929,82 já liquidado e pago no âmbito dessa subação?

☒ Grupo Protect Ltda. ME.

3. Enviar cópia integral dos contratos que respaldam o pagamento dos valores supra indicados.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Contrato anexo.

4. Considerando que esse valor não se refere à capacitação dos agentes, conforme informado no Ofício SMS/PG nº 275/2018, então a qual serviço ele se refere?

O valor se refere ao pagamento do Grupo Protect, empresa responsável pela prestação de serviços de treinamento, capacitação e avaliação, abrangendo conteúdos teóricos e práticos de manuseio de arma de fogo (revólver calibre .38 e pistola calibre .380) e uso progressivo da força para guardas municipais.

Ação 2803 - Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte
Subação "Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte" (2803-1)

1. Não havia previsão orçamentária para a despesa de natureza "Outros serviços de terceiros - Pessoa Física", entretanto foram liquidados R\$ 7.999,05. A quais serviços se refere a execução desta despesa?

A despesa em questão se refere à contratação de estagiários.

1.1 Quais foram os critérios para a contratação destes serviços?

Os critérios foram aqueles estabelecidos pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP, que centraliza os procedimentos para contratação deste tipo de mão-de-obra.

2. Discriminar o valor previsto e gasto com cada empresa na natureza de despesa "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica".



Fornecedor	Valor (R\$)
Talento Comunicação Visual Ltda. EPP	530,00
Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda.	90.704,20
Cemig Distribuição S.A.	277.000,00
Estrela Locações Eireli	3.188.519,95
Locadora de Veículos Apolo Ltda	316.014,71
Gráfica Iguaçu Ltda	194,28
Claro S/A	4.200,00
Total	3.877.163,14

3. A PBH está em dia com o pagamento da Indenização de Uniformes aos Guardas Municipais?

Sim. O pagamento é realizado conforme previsto na Lei 10.799, de 26 de janeiro de 2015.

4. No Relatório Analítico do 3o Quadrimestre de 2018 consta o crédito disponível de R\$ 1.700.694,00 para a natureza de despesa "Equipamentos e Material Permanente". Por que apenas 16%, ou seja, R\$ 272.962,50 foram liquidados?

No terceiro quadrimestre, executamos o valor de R\$ 1.592.470,00, referente às seguintes despesas:

R\$ 1.546.820,00 – Inbraterrestre Indústria e Comércio de Materiais de Segurança Ltda – Coletes a prova de balas;

R\$ 42750,00 - Elec Indústria e Comércio de Instrumentos de Medição – Etilômetros;

R\$ 2.900,00 - Universe Comércio e Tecnologia Digital – Câmera Fotográfica.

5. No Ofício SMSP/GP no 275/2018 não foram enviados os seguintes contratos:

* Confecção de Placas e Aquisição de Capas de Processo e Avaliação Psicológica para GMBH - Empresa Perspectiva
Enviar os contratos acima.

Contratos anexos.

Subação "Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito" (2803-2)

1. Qual é o Plano de Ação da Guarda Municipal na execução desta subação?

O Plano de Ação da Guarda Civil Municipal nesta ação acontece de forma conjunta com as demais instituições que atuam no trânsito de Belo Horizonte, por meio de planejamento semanal, elaborado na Unidade Integrada de Trânsito – UIT – que compreende a Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e BHTRANS. O objetivo é atuar na fiscalização e fluidez do trânsito da capital.



Subação "Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde" (2803-3)

1. Quais são as diretrizes que orientam a ação da GMBH nesta subação?

As diretrizes são as estabelecidas no Manual de Diretrizes da Rotina Operacional da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (D.R.O./GCM-BH), por meio da PORTARIA SMSM Nº 012/2018, publicada em 8 de Agosto de 2018. Segue abaixo as diretrizes inseridas na D.R.O, acerca da atuação do GCMBH na área da saúde:

- a) como medida de aprimoramento da relação profissional com os demais servidores, o GCM, ao assumir o serviço realizará contato pessoal com o responsável pela Unidade, desferindo um tratamento inicial de cortesia, cumprimentando a/o Gerente e demais funcionários;
- b) depois de angariar as informações úteis ao serviço para aquele dia, deverá fazer uma ronda por toda a área da unidade de saúde e suas respectivas dependências, anotando todos os aspectos que julgar interessantes ou úteis para o seu trabalho;
- c) fará rondas periódicas por toda a área que constitui a unidade de saúde, visando antecipar-se à possíveis ilícitos no local;
- d) elegerá uma posição de comandamento da área sob sua responsabilidade onde, ao término de suas rondas, buscará um ponto de para observar a movimentação das pessoas;
- e) em princípio, todo cidadão que procura uma unidade de saúde porta um problema de saúde e será tratada como tal, com urbanidade, solidariedade e muita paciência, de forma a despertar sua confiança nos serviços da unidade e no próprio Guarda;
- f) durante o serviço, o guarda deve se manter atento ao comportamento dos usuários, objetivando distinguir a conduta exaltada decorrente de um problema de saúde ou da ansiedade por um atendimento rápido, de um comportamento agressivo, intolerante e desrespeitoso;
- g) atentar-se para uma ação rápida nos casos em que esta agressividade ou exaltação se transformar em agressão física ou desacato a funcionários ou outra pessoa que ali se encontre, primeiro tentando acalmar o agressor, convidando-o para local mais tranquilo e reservado, depois, frustrado o seu propósito, adotando as medidas que forem necessárias, sem uso abusivo de força, para sua contenção;
- h) evitar estabelecer polêmicas/discussões com quem quer que seja no interior do estabelecimento, seja usuário, funcionário da unidade ou mesmo pessoa estranha ao meio. As situações que possam conduzir a um quadro dessa natureza devem ser levadas ao conhecimento da direção da unidade, ainda no início, para um gerenciamento isento da questão surgida;
- i) nos casos em que se exigir uma ação coercitiva, o GCM deve sempre se resguardar, arrolando no mínimo duas testemunhas idôneas e isentas do fato por ele presenciado ou da sua própria ação;



j) suspeitando/presenciando que alguém esteja portando arma branca ou de fogo, por medida de cautela, o GCM deverá comunicar o fato à direção da unidade e solicitar, imediatamente, o apoio à CECOG. O solicitante, no entanto, deverá se acautelar também para não dar alarme falso;

k) tratamento coercitivo (uso de força) será evitado a todo custo, priorizando-se o diálogo, a verbalização conforme estabelecida no Art. 284 do CPP, "Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso". O GCM constitui-se um produtor de segurança, um elemento de proteção e como tal deve procurar se integrar à direção da Unidade de Saúde e aos usuários, angariando para si, através de atitudes sempre ponderadas, a sua confiança, sua credibilidade e o seu respeito;

l) dando entrada na Unidade de Saúde, um paciente baleado/esfaqueado, ou vítima de outro tipo de agressão física, o GCM de serviço comunicará o fato de imediato à CECOG, informando-lhe o maior número de dados possíveis, esta por sua vez empenhará o seu apoio para a ocorrência. O GCM de serviço lavrará o BO/BI alusivo ao fato.

m) o GCM pode fazer muito mais pela Unidade de Saúde, do que o mero cumprimento da sua obrigação. Quando solicitado, será cooperativo e participativo. Visualizará a possibilidade de qualificar cada vez mais o seu desempenho, mas evitará tarefas rotineiras que possam comprometer a segurança do estabelecimento;

n) o diálogo e o bom senso serão priorizados. É muito importante desconsiderar, por completo, possíveis provocações por parte de usuários e funcionários.

2. Enviar o detalhamento dos próprios públicos de saúde atendidos da seguinte forma:

2.1 Com a presença de Guardas Municipais durante todo o horário de seu funcionamento;

CENTRO DE SAUDE ITAIPU / JATOBA
CENTRO DE SAUDE TUNEL DE IBIRITE
CENTRO DE SAUDE LINDEIA
CENTRO DE SAUDE VALE DO JATOBA
CENTRO DE SAUDE TIROL
CENTRO DE SAUDE SANTA CECILIA
CENTRO DE SAUDE INDEPENDENCIA
CENTRO DE SAUDE MANGUEIRAS
CENTRO DE SAUDE VILA PINHO
CENTRO DE SAUDE ELZA MARTINS DA CRUZ
CENTRO DE SAUDE PINDORAMA
CENTRO DE SAUDE CONFISCO
CENTRO DE SAUDE CAMARGOS
CENTRO DE SAUDE GLORIA



CENTRO DE SAUDE GLORIA (ANEXO)
CENTRO DE SAUDE DIAMANTE / TEIXEIRA DIAS
CENTRO DE SAUDE TREVO
CENTRO DE SAUDE BARREIRO
CENTRO DE SAUDE DANDARA
CENTRO DE SAUDE SERRANO
CENTRO DE SAUDE SANTA MARIA
CENTRO DE SAUDE CALIFORNIA
CENTRO DE SAUDE JARDIM FILADELFIA
CENTRO DE SAUDE URUCUIA
CENTRO DE SAUDE SANTA TEREZINHA
CENTRO DE SAUDE BARREIRO DE CIMA
CENTRO DE SAUDE VALDOMIRO LOBO
CENTRO DE SAUDE VILA IMPERIAL
CENTRO DE SAUDE LAGOA
CENTRO DE SAUDE BAIRRO DAS INDUSTRIAS
CENTRO DE SAUDE JOAO PINHEIRO
CENTRO DE SAUDE DOM BOSCO
CENTRO DE SAUDE MILIONARIOS
CENTRO DE SAUDE SAO JOSE (ANEXO)
CENTRO DE SAUDE SAO JOSE
CENTRO DE SAUDE CICERO IDELFONSO
CENTRO DE SAUDE CONJUNTO BETANIA
CENTRO DE SAUDE PADRE TIAGO
CENTRO DE SAUDE VILA CEMIG
CENTRO DE SAUDE JARDIM ALVORADA
CENTRO DE SAUDE BONSUCESSO
CENTRO DE SAUDE BETANIA
CENTRO DE SAUDE ITAMARATI
CENTRO DE SAUDE OURO PRETO
CENTRO DE SAUDE JARDIM LEBLON
CENTRO DE SAUDE COPACABANA
CENTRO DE SAUDE SALGADO FILHO
CENTRO DE SAUDE PROFESSOR AMILCAR VIANA MARTINS
CENTRO DE SAUDE MANTIQUEIRA
CENTRO DE SAUDE PADRE EUSTAQUIO
CENTRO DE SAUDE JARDIM MONTANHES
CENTRO DE SAUDE VISCONDE RIO BRANCO
CENTRO DE SAUDE DOM ORIONE
CENTRO DE SAUDE PALMEIRAS
CENTRO DE SAUDE SANTA MONICA
CENTRO DE SAUDE JARDIM DOS COMERCIARIOS



CENTRO DE SAUDE NOVA YORK (ANEXO)
CENTRO DE SAUDE SANTA AMELIA
CENTRO DE SAUDE NORALDINO DE LIMA
CENTRO DE SAUDE VENTOSA
CENTRO DE SAUDE HAVAI
CENTRO DE SAUDE CARLOS PRATES
CENTRO DE SAUDE NOVA YORK
CENTRO DE SAUDE JARDIM EUROPA
CENTRO DE SAUDE PILAR / OLHOS D'AGUA
CENTRO DE SAUDE SAO JORGE
CENTRO DE SAUDE ANDRADAS
CENTRO DE SAUDE SANTO ANTONIO
CENTRO DE SAUDE ERMELINDA
CENTRO DE SAUDE MINAS CAIXA
CENTRO DE SAUDE SANTOS ANJOS
CENTRO DE SAUDE OSWALDO CRUZ
CENTRO DE SAUDE PADRE JOAQUIM MAIA
CENTRO DE SAUDE CONJUNTO SANTA MARIA
CENTRO DE SAUDE SERRA VERDE
CENTRO DE SAUDE SAO TOMAS
CENTRO DE SAUDE SAO FRANCISCO
CENTRO DE SAUDE PEDREIRA PRADO LOPES
CENTRO DE SAUDE TIA AMANCIA
CENTRO DE SAUDE SANTA LUCIA
CENTRO DE SAUDE CAMPO ALEGRE
CENTRO DE SAUDE CACHOEIRINHA
CENTRO DE SAUDE SAO CRISTOVAO
CENTRO DE SAUDE JAQUELINE 2
CENTRO DE SAUDE MENINO JESUS
CENTRO DE SAUDE SANTA ROSA
CENTRO DE SAUDE SANTA RITA DE CASSIA
CENTRO DE SAUDE SAO BERNARDO (AMELIA ROCHA DE MELO)
CENTRO DE SAUDE ALCIDES LINS
CENTRO DE SAUDE JAQUELINE
CENTRO DE SAUDE ETELVINA CARNEIRO
CENTRO DE SAUDE FLORAMAR I
CENTRO DE SAUDE SANTA ROSA (ANEXO)
CENTRO DE SAUDE JARDIM GUANABARA
CENTRO DE SAUDE PRIMEIRO DE MAIO
CENTRO DE SAUDE JARDIM FELICIDADE
CENTRO DE SAUDE JARDIM FELICIDADE 2
CENTRO DE SAUDE SAO PAULO



CENTRO DE SAUDE GUARANI
CENTRO DE SAUDE CARLOS CHAGAS
CENTRO DE SAUDE TUPI
CENTRO DE SAUDE AARAO REIS
CENTRO DE SAUDE LEOPOLDO CRISOSTOMO DE CASTRO (VILAS REUNIDAS)
CENTRO DE SAUDE APARECIDA
CENTRO DE SAUDE DOM JOAQUIM
CENTRO DE SAUDE MARCO ANTONIO MENEZES
CENTRO DE SAUDE SAO MARCOS
CENTRO DE SAUDE NOSSA SENHORA DE FATIMA
CENTRO DE SAUDE SAO GABRIEL
CENTRO DE SAUDE CAFEZAL
CENTRO DE SAUDE MARIA GORETTI
CENTRO DE SAUDE NOVO AARAO REIS
CENTRO DE SAUDE PARAISO
CENTRO DE SAUDE SANTA INES
CENTRO DE SAUDE OLAVO ALBINO CORREIA
CENTRO DE SAUDE POMPEIA
CENTRO DE SAUDE SAO MIGUEL ARCANJO
CENTRO DE SAUDE SAO GERALDO
CENTRO DE SAUDE RIBEIRO DE ABREU
CENTRO DE SAUDE EFIGENIA MURTA DE FIGUEIREDO
CENTRO DE SAUDE SAO JOSE OPERARIO
CENTRO DE SAUDE GOIANIA
CENTRO DE SAUDE BOA VISTA
CENTRO DE SAUDE VERA CRUZ
CENTRO DE SAUDE NAZARE
CENTRO DE SAUDE MARIVANDA BALEEIRO
CENTRO DE SAUDE MARIANO DE ABREU
CENTRO DE SAUDE ALTO VERA CRUZ
CENTRO DE SAUDE TAQUARIL
CENTRO DE SAUDE VILA MARIA
CENTRO DE SAUDE GRANJA DE FREITAS
CENTRO DE SAUDE CONJUNTO PAULO VI
CENTRO DE SAUDE MARCELO PONTEL GOMES
CENTRO DE SAUDE NOVO HORIZONTE
CENTRO DE SAUDE CAPITAO EDUARDO
CENTRO DE SAUDE REGINA
CENTRO DE SAUDE MIRAMAR
CENTRO DE SAUDE DOM CABRAL
CENTRO DE SAUDE CEU AZUL
CENTRO DE SAUDE PIRATININGA



CENTRO DE SAUDE PARAUNA
CENTRO DE SAUDE BOM JESUS
CENTRO DE SAUDE GENTIL GOMES
CENTRO DE SAUDE PADRE FERNANDO DE MELO
CENTRO DE SAUDE CIDADE OZANAN
CENTRO DE SAUDE HORTO
CENTRO DE SAUDE PROVIDENCIA
CENTRO DE SAUDE N. S. CONCEICAO / PADRE TARCISIO
CENTRO DE SAUDE LAJEDO
CENTRO DE SAUDE MG VINTE (MONTE AZUL)
CENTRO DE SAUDE SANTA MONICA (ANEXO)
CENTRO DE SAUDE HELIOPOLIS
CENTRO DE SAUDE JOAO XXIII
CENTRO DE SAUDE CABANA
CENTRO DE SAUDE VISTA ALEGRE
CENTRO DE SAUDE VILA LEONINA
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BARREIRO
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS OESTE
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS VENDA NOVA
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NOROESTE II
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS NORDESTE
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS CENTRO SUL
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS LESTE
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS PAMPULHA

Informamos que nas Unidades de Pronto Atendimento, no período noturno, no horário de 18h00min as 06h00min, temos guardas fixos.

2.2 Por meio de patrulhamento diário;

Todas as unidades de saúde recebem o patrulhamento diário, seja por meio das motocicletas do Grupamento Patrulha SUS ou por viaturas regionais.

2.3. Somente mediante a solicitação da presença de Guarda Municipal.

Informamos que as unidades são atendidas com patrulhamento preventivo a pé e/ou motorizado nas Unidades de Saúde de Belo Horizonte, visando evitar que as ocorrências se instaurem antes que ocorra o acionamento.



Subação "Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação" (2803-4)

1. Quais são as diretrizes que orientam a ação da GMBH nesta subação?

As diretrizes são aquelas estabelecidas no Manual de Diretrizes da Rotina Operacional da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (D.R.O./GCM-BH), por meio da PORTARIA SMSP Nº 012/2018, publicada em 8 de Agosto de 2018. Segue abaixo algumas normativas inseridas na D.R.O, acerca da atuação do GCMBH na área da educação.

- a) após iniciar o serviço, e em momento oportuno, fazer contato com o representante escolar para buscar informações sobre a ambiência escolar que possam contribuir para seu turno de serviço;
- b) buscar informações sobre eventos programados no ambiente escolar que envolva grande número de pessoas ou público externo, a fim de possibilitar a preparação institucional para atendimento da demanda;
- c) realizar rondas periódicas e eleger seu ponto de observação do ambiente, buscando estar sempre acessível, conforme seu planejamento e tirocinio policial baseado na leitura do ambiente;
- d) prestar assessoria técnica na área de segurança, sempre que solicitado pelo gestor ou funcionários;
- e) observar a movimentação dos alunos durante o recreio e, caso perceba algum tipo de atividade que coloque em risco seus participantes, ou que dele possa decorrer situação de conflito, levar imediatamente ao conhecimento da Direção da Escola ou à Coordenação para adoções de medidas pedagógicas;
- f) agir da mesma forma ao constatar a presença de pessoa estranha no interior do estabelecimento escolar e cuidar para que afastamentos coercitivos de pessoas do ambiente escolar sejam determinado/acompanhado pela direção da escola, à exceção em flagrante delito em caso de cometimento de ato ilícito;
- g) nenhum aluno deve ser revistado no pátio da escola, em caso de fundada suspeita, sem antes informar a situação à direção que providenciará uma maneira de afastá-lo para lugar reservado, onde o procedimento citado poderá ser viabilizado, conforme for o caso;
- h) nas situações de flagrante delito, ou seja, quando o aluno ou outra pessoa qualquer for surpreendida praticando uma contravenção ou um crime de qualquer natureza (dano ao patrimônio, tráfico ou posse de droga, furto/arrombamento, invasão, ameaça, etc.), no interior do estabelecimento de ensino, deverá ser convidado a acompanhar o Guarda a local mais reservado para adoção das medidas subsequentes, convocando-se, tão logo seja possível, a direção, atentando para a conduta recomendada para os crimes violentos e grave ameaça, praticados contra pessoa por criança ou adolescente;
- i) na situação acima, caso o infrator se recuse a acompanhá-lo, mesmo depois de advertido da possibilidade, inclusive, de uma condução coercitiva para a Delegacia, o Guarda, solicitará um



terceiro que informe imediatamente o ocorrido à Direção escolar e, ato contínuo, adotará as medidas legais cabíveis, possibilitando a participação da direção em momento oportuno;

j) suspeitando/presenciando que alguém esteja portando arma branca ou de arma de fogo, por medida de cautela, o Guarda deverá comunicar o fato à direção da escola e solicitar, imediatamente, o apoio à CECOGÉ para as medidas decorrentes; k) evitar, sempre que possível, o uso de força contra aluno, servidores da escola ou visitantes inoportunos. O GM é um produtor de segurança, um elemento de proteção e como tal deve procurar se integrar à direção da escola e aos alunos, angariando para si, através de atitudes sempre ponderadas, a sua confiança, sua credibilidade e o seu respeito;

k) nos casos em que se exigir uma ação coercitiva, o guarda deve sempre se resguardar, arrolando no mínimo duas testemunhas idôneas e isentas do fato por ele presenciado ou da sua própria ação;

l) no caso do projeto Escola Aberta, o GCM procurará identificar e contatar, ainda no início do serviço, o Coordenador das atividades ali desenvolvidas, sintonizando suas intervenções com essa pessoa, de acordo com presentes orientações;

m) registrar o Boletim de Intervenção (BI) alusivos aos crimes e contravenções penais quando a ocorrência não finalizar na Delegacia da Polícia Civil;

2. Enviar o detalhamento dos próprios públicos de educação atendidos da seguinte forma:

Em resposta ao item 2, informamos os próprios públicos de educação atendidos pela GCMBH:

ESCOLA MUNICIPAL AURELIO BUARQUE DE HOLANDA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR MELLO CANCADO
ESCOLA MUNICIPAL HELENA ANTIPOFF
ESCOLA MUNICIPAL ELOY HERALDO LIMA
ESCOLA MUNICIPAL VINICIUS DE MORAES
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR HILTON ROCHA
ESCOLA MUNICIPAL AIRES DA MATA MACHADO
ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GONZAGA JUNIOR
ESCOLA MUNICIPAL EDITH PIMENTA DA VEIGA
ESCOLA MUNICIPAL JONAS BARCELLOS CORREA
ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIAO GUILHERME DE OLIVEIRA
ESCOLA MUNICIPAL PADRE FLAVIO GIAMMETTA
ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE ITAMAR FRANCO
ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GATTI
ESCOLA MUNICIPAL CIAC LUCAS MONTEIRO MACHADO
ESCOLA MUNICIPAL DA VILA PINHO
ESCOLA MUNICIPAL PADRE EDEIMAR MASSOTE



ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JOSE BRAZ
ESCOLA MUNICIPAL LUIGI TONIOLO
ESCOLA MUNICIPAL AUGUSTA MEDEIROS
ESCOLA MUNICIPAL UNIAO COMUNITARIA
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO ALEIXO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR MARIO WERNECK
ESCOLA MUNICIPAL DULCE MARIA HOMEM
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ISaura SANTOS
ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO OSWALDO PIERUCCETTI
ESCOLA MUNICIPAL ANA ALVES TEIXEIRA
ESCOLA MUNICIPAL POLO DE EDUCACAO INTEGRADA
ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALEIXO
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO MOURAO GUIMARAES
ESCOLA MUNICIPAL PADRE HENRIQUE BRANDAO
ESCOLA MUNICIPAL JOAO PINHEIRO
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO
ESCOLA MUNICIPAL JOAO DO PATROCINIO
ESCOLA MUNICIPAL MARIA SALES FERREIRA
ESCOLA MUNICIPAL MESTRE ATAIDE
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA DE PAULA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA EFIGENIA VIDIGAL
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO ESPECIAL FREI LEOPOLDO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CHRISTOVAM COLOMBO DOS SANTOS
ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO MILTON SALLES
ESCOLA MUNICIPAL OSWALDO CRUZ
ESCOLA MUNICIPAL DOM JAIME DE BARROS CAMARA
ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR ARTUR DE OLIVEIRA
ESCOLA MUNICIPAL HUGO WERNECK
ESCOLA MUNICIPAL ARTHUR GUIMARAES
ESCOLA MUNICIPAL MESTRE PARANHOS
ESCOLA MUNICIPAL CORNELIO VAZ DE MELO
ESCOLA MUNICIPAL MARCONI
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CLAUDIO BRANDAO
ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOIS
ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO AMPARO
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA GLORIA LOMMEZ
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ELEONORA PIERUCCETTI
ESCOLA MUNICIPAL BELO HORIZONTE
ESCOLA MUNICIPAL HONORINA DE BARROS
ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO
ESCOLA MUNICIPAL CAIO LIBANO SOARES
ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE JOAO PESSOA



ESCOLA MUNICIPAL AMERICO RENE GIANNETTI
ESCOLA MUNICIPAL HUGO PINHEIRO SOARES
ESCOLA MUNICIPAL ULYSSES GUIMARAES
ESCOLA MUNICIPAL RENASCENCA
ESCOLA MUNICIPAL BENJAMIM JACOB
ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR CARLOS LACERDA
ESCOLA MUNICIPAL PAULO MENDES CAMPOS
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO AZEVEDO
ESCOLA MUNICIPAL ANISIO TEIXEIRA
ESCOLA MUNICIPAL ELOS
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LOURENCO DE OLIVEIRA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA MODESTA CRAVO
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DAS NEVES
ESCOLA MUNICIPAL THEOMAR DE CASTRO ESPINDOLA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DOMICIANO VIEIRA
ESCOLA MUNICIPAL SENADOR LEVINDO COELHO
ESCOLA MUNICIPAL PADRE GUILHERME PETERS
ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUETA LISBOA
ESCOLA MUNICIPAL OSWALDO FRANCA JUNIOR
ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT
ESCOLA MUNICIPAL EMIDIO BERUTTO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR EDSON PISANI
ESCOLA MUNICIPAL SAO RAFAEL
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARILIA TANURE PEREIRA
ESCOLA MUNICIPAL JOSE DE CALASANZ
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR EDGAR DA MATTA MACHADO
ESCOLA MUNICIPAL LEVINDO LOPES
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNCAO DE MARCO
ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CONSUELITA CANDIDA
ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR JOAO RODRIGUES DE OLIVEIRA
ESCOLA MUNICIPAL MURILO RUBIAO
ESCOLA MUNICIPAL AGENOR ALVES DE CARVALHO
ESCOLA MUNICIPAL HONORINA RABELLO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE
ESCOLA MUNICIPAL WLADIMIR DE PAULA GOMES
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ACIDALIA LOTT
ESCOLA MUNICIPAL ISRAEL PINHEIRO
ESCOLA MUNICIPAL GEORGE RICARDO SALUM
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR MILTON LAGE
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ALCIDA TORRES
ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO SOUZA LIMA



ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HELENA ABDALLA
ESCOLA MUNICIPAL SOBRAL PINTO
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JULIO SOARES
ESCOLA MUNICIPAL FERNANDO DIAS COSTA
ESCOLA MUNICIPAL PERSIO PEREIRA PINTO
ESCOLA MUNICIPAL JARDIM VITORIA
ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR OZANAM COELHO
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO SALLES BARBOSA
ESCOLA MUNICIPAL CONEGO SEQUEIRA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JOAO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE REZENDE COSTA
ESCOLA MUNICIPAL DINORAH MAGALHAES FABRI
ESCOLA MUNICIPAL PEDRO NAVA
ESCOLA MUNICIPAL IMACO
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO BRESSANE DE AZEVEDO
ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO
ESCOLA MUNICIPAL VILA FAZENDINHA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA MAZARELLO
ESCOLA MUNICIPAL MAGALHAES DRUMOND
ESCOLA MUNICIPAL SOLAR RUBI
ESCOLA MUNICIPAL TENENTE MANOEL MAGALHAES PENIDO
ESCOLA MUNICIPAL SALGADO FILHO
ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO AMINTHAS DE BARROS
ESCOLA MUNICIPAL ANNE FRANK
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ALICE NACIF
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE MAGALHAES PINTO
ESCOLA MUNICIPAL MARIO MOURAO FILHO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ONDINA NOBRE
ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES
ESCOLA MUNICIPAL MARLENE PEREIRA RANCANTE
ESCOLA MUNICIPAL ADAUTO LUCIO CARDOSO
ESCOLA MUNICIPAL IGNACIO DE ANDRADE MELO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR MOACYR ANDRADE
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA ALVES
ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO RENATO AZEREDO
ESCOLA MUNICIPAL ZILDA ARNS
ESCOLA MUNICIPAL CORA CORALINA
ESCOLA MUNICIPAL CONEGO RAIMUNDO TRINDADE
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PEDRO GUERRA
ESCOLA MUNICIPAL CARMELITA CARVALHO GARCIA
ESCOLA MUNICIPAL JARDIM LEBLON
ESCOLA MUNICIPAL MILTON CAMPOS

G



ESCOLA MUNICIPAL ARMANDO ZILLER
ESCOLA MUNICIPAL ELISA BUZELIN
ESCOLA MUNICIPAL MOYSES KALIL
ESCOLA MUNICIPAL VICENTE GUIMARAES
ESCOLA MUNICIPAL JOSE MADUREIRA HORTA
ESCOLA MUNICIPAL DOM ORIONE
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR TABAJARA PEDROSO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO ESPECIAL DO BAIRRO VENDA NOVA
ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ANTONIO MENEZES
ESCOLA MUNICIPAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE
ESCOLA MUNICIPAL GERALDO TEIXEIRA DA COSTA
ESCOLA MUNICIPAL PADRE MARZANO MATIAS
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR AMILCAR MARTINS
ESCOLA MUNICIPAL GRACY VIANNA LAGE
ESCOLA MUNICIPAL ALESSANDRA SALUM CADAR
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSE XAVIER NOGUEIRA
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIA FERREIRA
ESCOLA MUNICIPAL DORA TOMICH LAENDER
ESCOLA MUNICIPAL LIDIA ANGELICA
ESCOLA MUNICIPAL MIRIAM BRANDAO
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO GOMES HORTA
ESCOLA MUNICIPAL JOSE MARIA ALKMIM
ESCOLA MUNICIPAL HENFIL
ESCOLA MUNICIPAL AURELIO PIRES
ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO PHIDEAS GUIMARAES
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MAGALHAES GOMES
ESCOLA MUNICIPAL MARIA SILVEIRA
ESCOLA MUNICIPAL JOSE MARIA DOS MARES GUIA
ESCOLA MUNICIPAL ACADEMICO VIVALDI MOREIRA
ESCOLA MUNICIPAL HILDA RABELLO MATTÁ
ESCOLA MUNICIPAL JOSEFINA SOUZA LIMA
ESCOLA MUNICIPAL JARDIM FELICIDADE
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DANIEL ALVARENGA
ESCOLA MUNICIPAL RUI DA COSTA VAL
ESCOLA MUNICIPAL HELIO PELLEGRINO
ESCOLA MUNICIPAL FLORESTAN FERNANDES
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO CAMPOS
ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIANA NOVAIS
ESCOLA MUNICIPAL SERGIO MIRANDA
ESCOLA MUNICIPAL SECRETARIO HUMBERTO ALMEIDA
ESCOLA MUNICIPAL DESEMBARGADOR LORETO RIBEIRO DE ABREU
ESCOLA MUNICIPAL JULIA PARAISO



ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DOS SANTOS
ESCOLA MUNICIPAL MINERVINA AUGUSTA
ESCOLA MUNICIPAL TRISTAO DA CUNHA
ESCOLA MUNICIPAL CONSUL ANTONIO CADAR
ESCOLA MUNICIPAL HERBERT JOSE DE SOUZA

2.1 Com a presença de Guardas Municipais durante todo o horário de seu funcionamento;

Os Educandários Públicos são atendidos por agentes da Guarda Civil Municipais na sua maioria no horário diurno e também noturno – atendendo a modalidade de ensino Educação para Jovens e Adultos (EJA) – de segunda a sexta-feira, no horário das aulas regulares.

2.2 Por meio de patrulhamento diário;

Todas as unidades de ensino recebem o devido apoio diário do Grupamento de Patrulhamento Escolar (GPE) composto por agentes que desempenham o patrulhamento preventivo a pé/fixo na unidade escolar e em viaturas motorizadas, por regionais.

2.3 Somente mediante a solicitação da presença de Guarda Municipal.

Informamos que a Guarda Civil de Belo Horizonte tem como objetivo, o patrulhamento preventivo nas Unidades de Ensino de Belo Horizonte, e no atendimento das chamadas emergenciais.

Subação "Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH" (2803-5)

1. Como foi estipulado o número de 700 Ordens de Serviço de caráter planejado?

A meta de 700 Ordens de serviço decorre especialmente das ações planejadas, bem como do atendimento e apoio aos diversos eventos que ocorrem nesta capital rotineiramente.

2. Enviar quadro detalhado das operações especiais por tipo (Operação Sentinela, Operação Viagem Segura, Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública, etc), com os respectivos quantitativos de ordens de serviço. Informar ainda quantas destas operações foram previamente planejadas e quantas se referem a ações emergenciais, por tipo de operação.

ORDENS DE SERVIÇO DEPARTAMENTO DE MISSÕES ESPECIAIS	
Tipo de Empenho	Qtd.
Apoio a Equipe de Fiscalização em Ação Fiscal	86
Apoio a combate atuação de Camelos	22
Apoio a Fiscalização em Demolição/Desocupação/ Notificação de Invasão	64
Patrulhamento Preventivo/Operações diversas	156



Eventos	52
Escolta	08
Jogos de Futebol	51
Evento de Carnaval	28
Arraial de Belo Horizonte	04
Blitz lei Seca/Blitz Coletivo	07
Operação Cerol	01
Operação Conjunta Policia Civil	01
Apoio a Equipe de Fiscalização em Ação Fiscal / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	15
Fiscalização de Comercio Ambulante / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	208
Patrulhamento Preventivo / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	18
Jogos de Futebol / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	45
Eventos / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	08
Eventos de Carnaval / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	07
Arraial de Belo / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	04
Blitz Transporte Coletivo / Grupamento de Fiscalização da Ordem Pública	01
Eventos de Carnaval / Canil GCMBH	06
Eventos / Canil GCMBH	06
Patrulhamento Preventivo / Canil GCMBH	06
Apoio a Equipe de Fiscalização em Ação Fiscal	21
Apoio a Equipe de Fiscalização em Ação Fiscal	13
Jogos de Futebol	03
Patrulhamento Preventivo	03
Apoio a Equipe de Fiscalização em Ação Fiscal / Operação Sentinela	02
Jogos de Futebol / Operação Sentinela	03
Eventos / Operação Sentinela	07
Eventos de Carnaval / Operação Sentinela	08
Arraial de Belo / Operação Sentinela	02
Apoio a Equipe de Fiscalização em Ação Fiscal / Grupamento de Transporte Coletivo	02
Jogos de Futebol / Grupamento de Transporte Coletivo	12
Eventos / Grupamento de Transporte Coletivo	06
Eventos de Carnaval / Grupamento de Transporte Coletivo	10
Arraial de Belo / Grupamento de Transporte Coletivo	04
Patrulhamento Preventivo / Grupamento de Transporte Coletivo	03
TOTAL	903



Subação "Equipamentos de Proteção Individual" (2803-6)

1. Encaminhar a lista dos equipamentos adquiridos.

Em resposta ao item 1, informamos o que se segue:

940 painéis balísticos;
2.820 capas modulares;
10 armas de fogo calibre 12;
200 munições;
102 unidades de Sparks;
44 coldres de Sparks;
44 porta cartuchos de Sparks;
1.139 dardos de Sparks;
340 Unidades de Bastões;
100 Capacetes Antitumuto;
337 capacetes;
50 kits de cotoveleira e joelheira;
150 capas de chuva de motociclista;
06 bicicletas;
12 Rádios HT;
25 Unidades de Espagidor de Uso Coletivo;
05 Unidades de Etilômetro;
50 Unidades de Escudos;
12 Roupas Antitumuto.

2. Qual é o percentual de guardas municipais que se encontram atualmente com seu equipamento completo (considerando as variações conforme as funções exercidas por cada um)?

Atualmente adotamos a modalidade de revezamento de equipamentos visando possibilitar que os agentes tenham condições de se equipar para atuar na rotina operacional, até que os processos de aquisições de equipamentos se concluam. Neste sentido, mantemos as equipes em condições para atuar na rotina operacional.

3. Qual é a atual defasagem da GMBH em cada item de proteção (ex: capacetes, joelheiras, cotoveleiras, coletes balísticos, etc) em relação ao quantitativo adequado?

Informamos que atualmente são 130 motociclistas e os equipamentos (capacetes, luvas, cotoveleiras, joelheiras, capas de chuva) equivalentes já foram adquiridos estão em fase de recebimento.

- a) Capacetes de proteção individual: Temos 550, faltam 1324. (foram retirados da conta 130 motociclistas que já estão equipados com esse equipamento)
- b) Placas balísticas: Temos 1855, faltam 149.
- c) Armas de fogo: Temos 360, faltam 1519.



- d) Munições:** Temos 12350, faltam 45.570 (emprego de 30 unidades por arma)
- e) Armas de Eletrochoque:** Temos 270, faltam 710 (previsão de lançamento no turno de serviço diário)
- f) Dardos:** Temos 1062, faltam 1103 (previsão de dois por equipamento não letal no serviço diário)
- g) Radio HT:** Temos 730, Faltam 250 (previsão de dois por equipamento não letal no serviço diário)
- h) Bastões:** Temos 394, faltam 585 (previsão de dois por equipamento não letal no serviço diário).
- i) Roupas antitumulto:** Temos 12, faltam 43 (para emprego operacional).
- j) Granadas:** Temos 75 unidades, faltam 600 unidades (para treinamento).
- k) Espagador de Uso Individual:** Temos 0, falta 2004 unidades (emprego individual)

Subação "Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH" (2803-7)

1. No Ofício SMSP/GP no 275/18, foi informado pela PBH que a taxa de anuidade junto à UEB garante a efetivação do seguro de vida e acidente e é prerrogativa para desenvolver ações e atividades. Informou ainda que essa despesa não foi executada, tendo em vista a desatualização do cadastro da UEB junto ao sistema da Prefeitura. Assim, questiona-se:

1.1 Se a taxa de anuidade é prerrogativa para o desenvolvimento das atividades, como foi possível atender 456 crianças, conforme indicado na meta física?

Informamos que como o processo somente foi finalizado no mês de julho e não havia previsão para o pagamento ser concluído pela Prefeitura, os coordenadores dos Grupos Escoteiros, percebendo o prejuízo desta situação à continuidade das ações do projeto, reuniram-se com pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes e se mobilizaram para, excepcionalmente, efetivarem o pagamento dos participantes junto à UEB, liberando-os, assim, ao desenvolvimento das atividades

1.2 As atividades de escotismo estão sendo executadas mesmo sem o seguro de vida e acidentes?

Informamos que todas as crianças e adolescentes inseridas no Projeto estão quites com o registro/anuidade e, por consequência, com o seguro de vida e acidente vigente, aptas a participarem das atividades e ações propostas.

Subação "Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte" (2803-8)

1. Os guardas municipais destacados para essas atividades recebem algum tipo de capacitação específica?



Informamos que os profissionais trazem em sua bagagem uma vasta experiência dentro do ambiente escolar, com perfil pedagógico e capaz de levar o conhecimento adquirido nas experiências rotineiras do trabalho operacional da GCMBH agregado à capacitação do curso de formação de Guarda Municipal, formações acadêmicas em Graduação, Gestão e Capacitações disponibilizadas pela Instituição através do Departamento Técnico Operacional e da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

A Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) disponibiliza em um ambiente virtual de aprendizagem uma vasta lista de cursos, proporcionando com que os profissionais se qualifiquem e se atualizem. Outras formas de qualificações são as parcerias com outras secretarias e instituições (Secretaria Municipal De Educação, SMED e Ministério Público de Minas Gerais, MPMG) que tem disponibilizado frequentemente capacitações para os profissionais envolvidos no ambiente escolar.

Programa Prevenção Social à Criminalidade (242) Ação 2881 - Ações de Prevenção Social à Criminalidade

Subação "Prevenção à Violência nas Escolas" (2881-1)

1. O planejamento e a execução das atividades de prevenção social à criminalidade e à violência estão sendo feitas em articulação com a política de assistência social? Considerando os objetivos propostos e a forma de atuação, conforme se observa no Chamamento Público SMSP no 2/18, essa estratégia de atuação tem grande correlação com os serviços da assistência social, e devem estar alinhados para atuar em sinergia e apoio mútuo.

A política de prevenção social a criminalidade é por natureza uma ação intersetorial com base territorial. Esta política tem por objetivo realizar diagnósticos participativos, a partir de fatores de risco e proteção no âmbito das violências e criminalidades destas regiões, para construção de planos de ação junto à comunidade e gestores públicos das principais pastas das políticas públicas existentes nos territórios prioritários, culminando em esforços para mitigação ou redução dessas violências.

Com essa intenção, reforçamos que há articulações conjuntas com as demais pastas e também participações estratégias dessas secretarias nas atividades que lhes são de responsabilidade, bem como o I Seminário Comunitário de Prevenção à Criminalidade realizado na EM Doutor Júlio, no qual estiveram presentes representantes de cada uma delas e, ainda, o Evento "mães do alto", que foi construído conjuntamente com a assistência social via diretoria de mulheres;

Assim, as ações previstas no Chamamento Público SMSP nº 2/18 deixam demarcadas o caráter intersetorial e integrador das ações previstas, envolvendo as políticas de cultura, educação, esportes, saúde, urbana e também de assistência. Essa construção perpassa um diálogo permanente com o objetivo de constituir a ambiência necessária para a sua efetivação.



2. Além da iniciativa de estabelecimento de parceria com entidades da sociedade civil para execução de atividades de prevenção à violência e à criminalidade, a SMSP tem desenvolvido estratégias de atuação comunitária diretamente pela GMBH em áreas de alta vulnerabilidade social, por exemplo com a realização periódica de reuniões com moradores para ouvir sugestões e relatos de acontecimentos locais, com vistas a aproximar o efetivo da GMBH destacado para cada região à comunidade local, numa perspectiva de segurança cidadã, nos termos do inciso IX do art. 5º da Lei Federal no 13.022/14?

A GCMBH participa de reuniões frequentes no CONSEP (Conselho comunitário de Segurança Pública) que tem o conceito de Polícia Comunitária como filosofia de resolução de problemas e aproximação da Comunidade.

Esse conceito trás para os órgãos de segurança toda a problemática vivenciada pela comunidade local, debatendo assuntos e propondo ações que visam ampliar e fortalecer a segurança pública, consequentemente contribuindo para redução dos índices de criminalidade.

A GCMBH também participa de eventos no Conselho Municipal de Saúde, que tem por objetivo avançar em melhorias para a população que utiliza o serviço público de saúde em BH.

Essas frentes de trabalho ouvem da população os questionamentos e trabalham em conjunto com os demais órgãos para a melhoria do sistema e redução dos índices de ocorrência.

Dentro de nossas atribuições, como forma de integração com a sociedade, realizamos várias atividades com o Grupamento de Escotismo, Patrulha Escolar, Guardiões do Riso e Banda de Música.

Em todas as frentes de trabalho a prevenção e a aproximação com a sociedade são as formas que buscamos para resolver os problemas que são encontrados.

Realizamos tocas musicais em diversas áreas públicas da capital; palestras em escolas para alunos, pais e profissionais da educação; visitas em hospitais e asilos e atividades dentro do grupo de escoteiros que desenvolvem e afluam o espírito de união e camaradagem entre as pessoas e os grupos.

2.1 Em caso positivo, qual tem sido o resultado dessas experiências?

Em 2018 foram realizadas 150 tocas musicais pela Banda de Música, 113 ações pela Patrulha Escolar, 229 ações pelos Guardiões do Riso e 345 ações do Escotismo. Todas essas ações refletem no envolvimento com a sociedade com a GCMBH.

3. Enviar cópia do Pacto GISP pela segurança nas escolas, o qual, segundo informado pela SMSP no Ofício SMSP/GP no 275/18, foi assinado no último mês de junho.

Documento anexo.



4. Os territórios a que se refere a meta física equivalem às regionais do município ou aos Territórios de Gestão Compartilhada (TGC)?

Em resposta ao item 4, informamos que se referem-se aos Territórios de Gestão Compartilhada

Subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil" (2881-2)

1. Considerando que a subação "Prevenção à Violência nas Escolas" está sendo renomeada na revisão do PPAG para "Prevenção à Violência nos Territórios", e considerando que ela terá como foco a prevenção à violência juvenil, de modo a reduzir o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, conforme se verifica no Chamamento Público SMSP nº 2/18, ainda se justifica a existência da subação "Prevenção à Criminalidade Juvenil"?

Informamos que a nomenclatura da subação "Prevenção à Violência nas Escolas" delimita as ações a serem desenvolvidas em um espaço, a escola, e a uma parcela do público juvenil frequentador da escola pública municipal. As ações previstas no Chamamento Público SMSP nº 2/18 estão circunscritas e abrangem o território e os seus vários públicos, equipamentos e serviços, alcançando todo um público do território, como jovens, crianças, mulheres, mães. Assim a alteração na nomenclatura possibilita tratar a violência como um fenômeno no seu aspecto territorial na sua estreita interface com o público. Esclarecemos que o edital em questão aborda jovens e mulheres e que nessa subação estão sendo estruturadas as interfaces com outros públicos e políticas públicas. Enfatizamos, portanto, que a principal aposta de entrada da política de prevenção nos territórios se dá pelas instituições escolares, definidas e acompanhadas conjuntamente por critérios de atenção entre SMED e SMSP

1.1 Caso sim, quais são as razões para a separação entre essas subações?

Resposta: Não se aplica

2. Enviar cópia do documento que contém o diagnóstico da violência contra jovens em situação de risco, apresentado durante o II Seminário Municipal de Prevenção ao Crime e à Violência.

Documento anexo.

3. Enviar cópia da Carta de Intenções assinada pela PBH junto ao Instituto Igarapé (campanha Instinto de Vida) sobre redução de letalidade juvenil.

Documento anexo.

Subação Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas (2881-3)

1. Em que estágio se encontra a implantação do Projeto de Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas?



Em 2018 com vista à implantação das Práticas Restaurativas como uma diretriz de trabalho da prevenção a violência foi efetivada em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais a capacitação de 27 profissionais da segurança, sendo um analista de políticas públicas e 26 Guardas Municipais na metodologia da Justiça Restaurativa. Desse quantitativo um grupo de 6 Guardas municipais estão em processo de formação mais aprofundada nessa metodologia para a composição do Grupo de gerenciamento de crise. Uma visita à cidade de Caxias do Sul está planejada para este mês de abril para conhecimento e troca de experiências entre as duas cidades. Considerando a parceria com o Ministério Público de Minas Gerais serão capacitados mais 35 Guardas na metodologia da JR em 2019.

2. Onde foi implantado o Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da SMSP constituído no dia 10/04/2018 conforme informado no Ofício SMSP/GP no 275/2018 página 14?

Em resposta informamos, que o Núcleo de Mediação e Promoção dos Direitos da SMSP foi criado no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança e funciona na sede da Secretaria.

Atenciosamente,

Genilson Ribeiro Zefefino

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP



162R

- P B H -
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REGISTRADO
Livro nº: 179
Folha nº: 107 Data: 05/05/16
Ass.: *[assinatura]* PM: 812611

Primeiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda.- EPP.

Processo: 01-061.458-15-30

IJ: 01.2015.2100.0004.01.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Hélio dos Santos Júnior, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado Contratante e a empresa Grupo Protect Ltda.-EPP, estabelecida Rua General Andrade Neves, 622, Grajaú, CEP: 30431-128, Belo Horizonte – MG, CNPJ: 42.818.864/0001-65, representada por Antônio Carlos Costa Júnior, RG: MG 3.614.443 SSP/MG, CPF: 589.007.646/91, neste ato denominada Contratada, celebram o presente termo aditivo, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/051, processo administrativo 01.061.458.15.30, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente termo aditivo a redução em 24,9930% (vinte e quatro inteiros e nove mil, novecentos e trinta décimos de milésimo por cento) no valor global do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

- 2.1 O valor global do contrato passa de R\$ R\$7.327.406,00 (sete milhões, trezentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais), para R\$5.496.065,00 (Cinco milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e sessenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

O presente aditivo passará a vigorar a partir de 1º de março de 2016.



CLÁUSULA QUARTA: DA CONVALIDAÇÃO

Ficam convalidados todos os atos praticados a partir de 1º de março de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

O valor da garantia para este aditivo é de R\$274.803, 25 (duzentos e setenta e quatro mil oitocentos e três reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 18 de abril de 2016.

Hélio dos Santos Júnior

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial

Roberto Rezende - BM: 75523-4
Corregedor da Guarda Municipal
de Belo Horizonte

Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

Camilo Cândido de Almeida Junior - BM: 102.552-2
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMATEB/SMF

Rúsel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

Ana Flávia S. Patrus de Souza - BM: 113.200-6
Procurador Geral Adjunto Administrativo Consultivo
OAB/MG 98.009

Representante da Empresa

Testemunhas:

1)

2)

mês de referência	quantitativo previsto conforme contrato	previsto conforme reteste (proporção de 30% dos testes)	quantitativo do treinamento e teste p/mês (redução a partir do 3º agrupamento)	quantitativo do reteste p/mês (redução a partir do 3º agrupamento) 30%	valor do treinamento total do teste p/GM	valor total dos reteste P/GM (se pelo menos um GM realizar todos os retestes)	valor total conforme contrato total por mês	valor reteste conforme contrato total por mês	valor total conforme redução a partir do 3º agrupamento do total por mês	valor reteste após redução a partir do 3º agrupamento do total por mês	valor estimado mensalmente
1 jan/16	60	18	60	18	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 193.560,00	R\$ 13.230,00	R\$ 193.560,00	R\$ 13.230,00	R\$ 206.790,00
2 fev/16	120	36	120	36	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 387.120,00	R\$ 26.460,00	R\$ 387.120,00	R\$ 26.460,00	R\$ 413.580,00
3 mar/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
4 abr/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
5 mai/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
6 jun/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
7 jul/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
8 ago/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
9 set/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
10 out/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
11 nov/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
12 dez/16	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
13 jan/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
14 fev/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
15 mar/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
16 abr/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
17 mai/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
18 jun/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
19 jul/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
20 ago/17	90	27	64	19	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 206.464,00	R\$ 13.965,00	R\$ 220.429,00
21 set/17	90	27	65	20	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 209.690,00	R\$ 14.700,00	R\$ 224.390,00
22 out/17	90	27	66	20	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 212.916,00	R\$ 14.700,00	R\$ 227.616,00
23 nov/17	90	27	66	20	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 290.340,00	R\$ 19.845,00	R\$ 212.916,00	R\$ 14.700,00	R\$ 227.616,00
24 dez/17	56	17	66	20	R\$ 3.226,00	R\$ 735,00	R\$ 180.656,00	R\$ 12.495,00	R\$ 212.916,00	R\$ 14.700,00	R\$ 227.616,00
Total=	2126	638	1595	477			R\$ 6.858.476,00	R\$ 468.930,00	R\$ 5.145.470,00	R\$ 350.595,00	
	quantidade previsto em contrato		quantidade reduzida			TOTAL=	R\$ 7.327.406,00		R\$ 5.496.065,00		

redução de 75,0070%
24,9930%



763
R



764 R

TERMO DE CONVALIDAÇÃO

Ref.: 1º Termo Aditivo

Empresa: Grupo Protect Ltda.-EPP

Processo: 01-061.458-15-30

- P B H -	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
REGISTRADO	
Livro nº:	179
Folha nº:	107
Data:	05/05/16
Ass:	Amorim
Ass:	Y12644

Em conformidade com a Súmula 026 da Controladoria Geral do Município de Belo Horizonte, concomitante com o artigo 55 da Lei Federal 8.666/93, ficam convalidados todos os atos praticados desde o dia 1º de março de 2016, referente à redução em 24,9930% (vinte e quatro inteiros, nove mil, novecentos e trinta décimos de milésimos por cento) do valor global do contrato firmado entre o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda.-EPP cujo objeto é treinamento em uso e manuseio de arma de fogo pelos guardas municipais de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2016.


Hélio dos Santos Júnior

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial

Roberto Rezende - BM: 75523-4
Corregedor da Guarda Municipal
de Belo Horizonte



822R

- P B H -

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

Livro nº 184

Fls.: 22 08/09/2016

Uênica BM 84740-6

Segundo Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda.- EPP.

Processo: 01-061.458-15-30

IJ: 01.2015.2100.0004.02.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Hélio dos Santos Júnior, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado Contratante e a empresa Grupo Protect Ltda.-EPP, estabelecida Rua General Andrade Neves, 622, Grajaú, CEP: 30431-128, Belo Horizonte – MG, CNPJ: 42.818.864/0001-65, representada por Antônio Carlos Costa Júnior, RG: MG 3.614.443 SSP/MG, CPF: 589.007.646/91, neste ato denominada Contratada, celebram o presente termo aditivo, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/051, processo administrativo 01.061.458.15.30, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 Redução do valor global do contrato em 43,8414% (quarenta e três inteiros e oito mil, quatrocentos e quatorze décimos de milésimos por cento);
- 1.2 Alteração do item 7.7 da cláusula sétima do contrato;
- 1.3 Alteração dos itens 6 e 7 do Anexo I do contrato original;
- 1.4 Retificação do percentual de redução e da “Memória de Cálculo” anexa ao Primeiro Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor global do contrato passará a ser de R\$4.114.970,23 (quatro milhões, cento e quatorze mil, novecentos e setenta reais e vinte e três centavos).



CLÁUSULA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO ITEM 7.7 DA CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTRATO

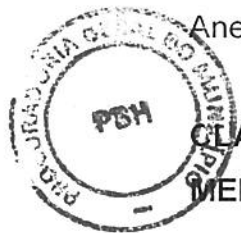
Fica alterado o item 7.7 da Cláusula Sétima do Contrato, nos seguintes termos:

7.7 Apresentar relação de instrutores credenciados junto à Polícia Federal para aplicação de teste de capacidade técnica para uso e porte de arma de fogo revólver calibre .38 e pistola .380.

7.7.1 Apresentar currículo e relação dos instrutores responsáveis pelo curso de treinamento, devendo estes possuírem comprovada capacidade técnica, teórica e prática para tal fim.

CLÁUSULA QUARTA: DA ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO CONTRATO

Ficam alterados os itens 6. PLANO DE TREINAMENTO e 7. CRONOGRAMA, do Anexo I do contrato original, de acordo com os Anexos I e II deste aditivo.



CLÁUSULA QUINTA: DA RETIFICAÇÃO DO PERCENTUAL DE REDUÇÃO E DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DO PRIMEIRO ADITIVO

Fica retificado o percentual de redução do Primeiro Termo Aditivo de 24,9930% (vinte e quatro inteiros e nove mil, novecentos e trinta décimos de milésimos por cento) para 24,9765 (vinte e quatro inteiros e nove mil, setecentos e sessenta e cinco décimos de milésimos por cento), que foi calculado com incorreção.

Consequentemente, a memória de cálculo anexa ao Primeiro Termo Aditivo, fica retificada, conforme ANEXO III deste aditivo.

CLÁUSULA SEXTA: DOS SERVIDORES DA GUARDA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - GMBH RESPONSÁVEIS PELO CURSO DE TREINAMENTO TEÓRICO DE TIRO

Face à reformulação do plano de Curso de Manejo e Emprego de arma de fogo, objeto do presente termo aditivo, o conteúdo de responsabilidade da GMBH deverá ser ministrado por servidores da Guarda Municipal de Belo Horizonte com comprovada capacidade técnica, teórica e prática para tal fim.



823
R

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO E DA CONVALIDAÇÃO

O presente aditivo passará a vigorar a partir de 20 de junho de 2016, convalidando todos os atos praticados a partir da referida data até a data de assinatura do presente aditivo.

CLÁUSULA OITAVA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

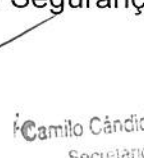
E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2016.


Hélio dos Santos Júnior

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial



Pedro Meneguetti
Secretário Municipal de Finanças


Camilo Cândido de Araujo Junior - BM 105.553-2
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMATES/SMF




Rúsel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município


Rúsel Beltrame Rocha
BM 113.200-8 - OAB/MG 98.000
Procurador Geral Adjunto Administrativo
Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte


Representante da Empresa

Testemunhas:

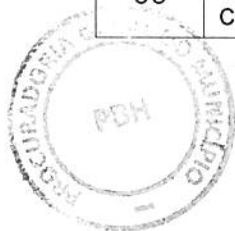
1) 2)



ANEXO I

Curso Prático e Teórico no Uso e Manuseio de Armas de Fogo A cargo da contratada

Item	Descrição	Duração/horas ou quantidade por instruendo
01	Treinamento prático em arma de fogo – revólver calibre .38	39 h/a
02	Treinamento prático em arma de fogo – pistola .380	65 h/a
03	Cartuchos com munição recarregável para revólver calibre .38	320 tiros
04	Cartuchos com munição recarregável para pistola calibre .380	280 tiros
05	Aplicação/Reaplicação Prova avaliativa teórica, nos moldes da Cartilha de Armamento e Tiro da Polícia Federal	01
06	Teste/Reteste avaliativo para revólver calibre .38, alvo humanóide com 20 tiros	01
07	Teste/Reteste avaliativo para revólver calibre .38, alvo quatro cores, com 24 tiros	01
08	Teste/Reteste avaliativo para pistola calibre .380, alvo humanoide, com 20 tiros	01
09	Teste/Reteste avaliativo para pistola calibre .380, alvo quatro cores, com 24 tiros	01



Curso Teórico no Uso e Manuseio de Armas de Fogo A cargo da GMBH

Item	Descrição	Duração/horas ou quantidade por instruendo
01	Treinamento em uso progressivo da força	16 h/a
02	Curso teórico em arma de fogo – revólver calibre .38	21h/a
03	Curso teórico em arma de fogo – pistola.380	35 h/a

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



624

ANEXO II

Cronograma – 2016

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
1º Grupamento	X										
2º Grupamento		X									
3º Grupamento			X								
4º Grupamento				X							
5º Grupamento					X						
6º Grupamento						X					
7º Grupamento							X				
8º Grupamento								X			
9º Grupamento									X		
10º Grupamento										X	
11º Grupamento											X

Cronograma – 2017

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
12º Grupamento	X									
13º Grupamento		X								
14º Grupamento			X							
15º Grupamento				X						
16º Grupamento					X					
17º Grupamento						X				
18º Grupamento							X			
19º Grupamento								X		
20º Grupamento									X	
21º Grupamento										X



825
R

ANEXO III



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

MEMÓRIA CÁLCULO PARA REDUÇÃO DO CONTRATO PARA
CELEBRAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO E RETIFICAÇÃO DO 1º
TERMO ADITIVO

MEMÓRIA DE CÁLCULO VALORES PAGO JAN A ABRIL/2016					
TURMAS		QUANT.	VALOR PAGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	jan/16	60	R\$ 1.412.026,76	R\$ 3.446,57	R\$ 206.794,20
2	fev/16	120		R\$ 3.446,57	R\$ 413.588,40
3	mar/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
4	abr/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
TOTAL		308			

R\$ 7.327.406,00

2126

valor unitario

R\$ 3.446,57

MEMÓRIA DE CÁLCULO MAIO A DEZ / 2016						
TURMAS			VALOR DISPONÍVEL DE MAI A DEZ/2016	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	
5	mai/16	64	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48	SALDO
6	jun/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 779.419,52
7	jul/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 649.516,80
8	ago/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 519.614,08
9	set/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 389.711,36
10	out/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 259.808,64
11	nov/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 129.905,92
	dez/16	0		R\$ -	R\$ -	R\$ 3,20
TOTAL		448				

MEMÓRIA DE CÁLCULO JANEIRO A DEZEMBRO / 2017					
TURMAS			VALOR A SER PAGO EM 2017		
12	jan/17	84	R\$ 1.702.943,47	R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
13	fev/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
14	mar/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
15	abr/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
16	mai/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
17	jun/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
18	jul/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
19	ago/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
20	set/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
21	out/17	83		R\$ 2.029,73	R\$ 168.467,59
TOTAL		839			

	QUANT	VALOR
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	1595	R\$ 4.114.967,03

PERCENTUAL DE REDUÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO		
	VALOR	PERCENTUAL
VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL	R\$ 7.327.406,00	100,0000%
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	R\$ 4.114.967,03	56,1586%
REDUÇÃO		43,8414%

PERCENTUAL DE REDUÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO (RETIFICAÇÃO)		
	VALOR	PERCENTUAL
VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL	R\$ 7.327.406,00	100,0000%
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	R\$ 5.497.277,78	75,0235%
REDUÇÃO		24,9765%

OBS.: Redução de 2126 instruendos para 1595, com valor unitário de R\$3.446,57

20/4

[Handwritten signature]



826R

TERMO DE CONVALIDAÇÃO

Ref.: 2º Termo Aditivo

Empresa: Grupo Protect Ltda.-EPP

Processo: 01-061.458-15-30

- P B H -

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

Pro nº 184

Fls.: 22 08/09/2016

Vênica SM 84740-6

Em conformidade com a Súmula 026 da Controladoria Geral do Município de Belo Horizonte, concomitante com o artigo 55 da Lei Federal 8.666/93, ficam convalidados todos os atos praticados no período compreendido entre o dia 20 de junho de 2016 e a data de assinatura do Segundo Termo Aditivo a ser firmado entre o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda. – EPP, que tem por objeto a redução do valor global do contrato em 43,8414% (quarenta e três inteiros e oito mil, quatrocentos e quatorze décimos de milésimos por cento); alteração do item 7.7 da cláusula sétima do contrato; alteração dos itens 6 e 7 do Anexo I do contrato original; retificação do percentual de redução e da “Memória de Cálculo” anexa ao Primeiro Termo Aditivo.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2016.

Hélio dos Santos Júnior

Hélio dos Santos Júnior

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial



862

- P B H -

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

Livro nº 188

Folha: 124 19/01/2017

Assinatura BM 84940-6

Terceiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda.- EPP.

Processo: 01-061.458-15-30

IJ: 01.2015.2100.0004.03.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Alexandre Salles Cordeiro, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado Contratante e a empresa Grupo Protect Ltda.-EPP, estabelecida Rua General Andrade Neves, 622, Grajaú, CEP: 30431-128, Belo Horizonte – MG, CNPJ: 42.818.864/0001-65, representada por Antônio Carlos Costa Júnior, RG: MG 3.614.443 SSP/MG, CPF: 589.007.646/91, neste ato denominada Contratada, celebram o presente termo aditivo, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/051, processo administrativo 01.061.458.15.30, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1 Retificação do Anexo III do Segundo Termo Aditivo.
- 1.2 Retificação do percentual de redução do contrato;
- 1.3 Retificação do valor global do contrato;
- 1.4 Alteração do Anexo I do Segundo Termo Aditivo;

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RETIFICAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DO SEGUNDO ADITIVO

Fica retificado o ANEXO III do Segundo Termo Aditivo, conforme ANEXO II deste aditivo, da seguinte forma:



Onde se lê:

MEMÓRIA DE CÁLCULO VALORES PAGO JAN A ABRIL/2016					
TURMAS		QUANT.	VALOR PAGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	jan/16	60	R\$ 1.412.026,76	R\$ 3.446,57	R\$ 206.794,20
2	fev/16	120		R\$ 3.446,57	R\$ 413.588,40
3	mar/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
4	abr/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
TOTAL		308			

Leia-se:

MEMÓRIA DE CÁLCULO VALORES PAGO JAN A ABRIL/2016					
TURMAS		QUANT.	VALOR PAGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	jan/16	60	R\$ 1.037.417,57	R\$ 3.446,57	R\$ 206.794,20
2	fev/16	113		R\$ 3.446,57	R\$ 389.462,41
3	mar/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
4	abr/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
TOTAL		301			

CLÁUSULA TERCEIRA: DA REDUÇÃO PERCENTUAL

Fica retificado o percentual de redução do contrato constante no Segundo Termo Aditivo, para 48,76% (quarenta e oito inteiros e setenta e seis centésimos percentuais).

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO

Fica retificado o valor global do contrato constante no Segundo Termo Aditivo, para R\$3.754.565,95 (três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA QUINTA: ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Fica alterado o Anexo I do Segundo Termo Aditivo, nos itens 03 e 04, bem como incluído o item 10, conforme Anexo I deste termo, da seguinte forma:

Onde se lê:

03	Cartuchos com munição recarregável para revólver calibre .38	320 tiros
04	Cartuchos com munição recarregável para pistola calibre .380	280 tiros



Leia-se:

03	Disparo com munição recarregável para revólver calibre .38	200 tiros
04	Disparo com munição recarregável para pistola calibre .380	280 tiros

Inclusão do item 10:

10	Disparo em simulador virtual	120 tiros
----	------------------------------	-----------

CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:


Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2016.


Alexandre Salles Cordeiro

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial


Pedro Meneguetti

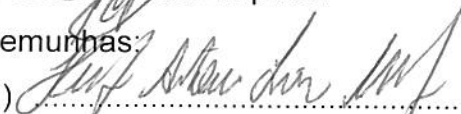
Secretário Municipal de Finanças



Rúsvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

Representante da Empresa

Testemunhas:

1)  2)


Camilo Cândido de Amorim Junior - BM 100.100
Secretário Municipal Adjunto de Segurança
SMAT/SMT





ANEXO I

Curso Prático e Teórico no Uso e Manuseio de Armas de Fogo A cargo da contratada

Item	Descrição	Duração/horas ou quantidade por instruendo
01	Treinamento prático em arma de fogo – revólver calibre .38	39 h/a
02	Treinamento prático em arma de fogo – pistola .380	65 h/a
03	Disparo com munição recarregável para revólver calibre .38	200 tiros
04	Disparo com munição recarregável para pistola calibre .380	280 tiros
05	Aplicação/Reaplicação Prova avaliativa teórica, nos moldes da Cartilha de Armamento e Tiro da Polícia Federal	01
06	Teste/Reteste avaliativo para revólver calibre .38, alvo humanoide com 20 tiros	01
07	Teste/Reteste avaliativo para revólver calibre .38, alvo quatro cores, com 24 tiros	01
08	Teste/Reteste avaliativo para pistola calibre .380, alvo humanoide, com 20 tiros	01
09	Teste/Resteste avaliativo para pistola calibre .380, alvo quatro cores, com 24 tiros	01
10	Disparo em simulador virtual	120 tiros

Curso Teórico no Uso e Manuseio de Armas de Fogo A cargo da GMBH

Item	Descrição	Duração/horas ou quantidade por instruendo
01	Treinamento em uso progressivo da força	16 h/a
02	Curso teórico em arma de fogo – revólver calibre .38	21h/a
03	Curso teórico em arma de fogo – pistola.380	35 h/a



864
2

ANEXO II



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

MEMÓRIA CÁLCULO PARA RETIFICAÇÃO DA REDUÇÃO DO
2º TERMO ADITIVO

MEMÓRIA DE CÁLCULO VALORES PAGO JAN A ABRIL/2016					
TURMAS		QUANT.	VALOR PAGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	jan/16	60	R\$ 1.037.417,57	R\$ 3.446,57	R\$ 206.794,20
2	fev/16	113		R\$ 3.446,57	R\$ 389.462,41
3	mar/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
4	abr/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
TOTAL		301			

R\$ 7.327.406,00
2126

valor unitario

R\$ 3.446,57

MEMÓRIA DE CÁLCULO MAIO A DEZ / 2016						
TURMAS			VALOR DISPONÍVEL DE MAI A DEZ/2016	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	
5	mai/16	64	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48	SALDO
6	jun/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 779.419,52
7	jul/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 649.516,80
8	ago/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 519.614,08
9	set/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 389.711,36
10	out/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 259.808,64
11	nov/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 129.905,92
	dez/16	0		R\$ -	R\$ -	R\$ 3,20
TOTAL		448				

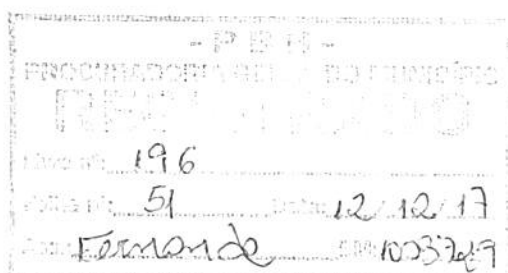
MEMÓRIA DE CÁLCULO JANEIRO A DEZEMBRO / 2017					
TURMAS			VALOR A SER PAGO EM 2017		
12	jan/17	84	R\$ 1.717.151,58	R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
13	fev/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
14	mar/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
15	abr/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
16	mai/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
17	jun/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
18	jul/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
19	ago/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
20	set/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
21	out/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
TOTAL		846			



	QUANT	VALOR
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	1595	R\$ 3.754.565,95

PERCENTUAL DE REDUÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO (RETIFICAÇÃO)		
	VALOR	PERCENTUAL
VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL	R\$ 7.327.406,00	100,0000%
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	R\$ 3.754.565,95	51,2400%
	REDUÇÃO	48,7600%

[Handwritten signatures]



Quarto Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda.- EPP.

Processo: 01-061.458-15-30

IJ: 01.2015.2100.0004.04.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino, denominado **CONTRATANTE** e a empresa Grupo Protect Ltda.-EPP, estabelecida na Rua General Andrade Neves, 622, Grajaú, CEP: 30431-128, Belo Horizonte – MG, CNPJ: 42.818.864/0001-65, representada por Antônio Carlos Costa Júnior, RG: MG 3.614.443 SSP/MG, CPF: 589.007.646/91, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente termo aditivo, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/051, processo administrativo 01.061.458.15.30, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a prorrogação da vigência do contrato; a alteração no Anexo II do 2º Termo aditivo – “CRONOGRAMA – 2017” e inclusão do “Cronograma 2018”; e a alteração no Anexo II do 3º Termo Aditivo – (Memória de cálculo para retificação da redução do 2º Termo aditivo).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado por mais 96 (noventa e seis) dias, pelo período de 25/11/2017 a 28/02/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO NO ANEXO II DO 2º TERMO ADITIVO – “CRONOGRAMA – 2017” E INCLUSÃO DO “CRONOGRAMA 2018”

Fica alterado o “CRONOGRAMA-2017” constante no Anexo II do 2º Termo Aditivo, conforme o Anexo I deste Termo.

200
16/03/18
Nome: *laure 41668*

Quinto Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda.- EPP.

Processo: 01-061.458-15-30

IJ: 01.2015.2100.0004.05.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino, denominado **CONTRATANTE** e a empresa Grupo Protect Ltda.-EPP, estabelecida na Rua General Andrade Neves, 622, Grajaú, CEP: 30431-128, Belo Horizonte – MG, CNPJ: 42.818.864/0001-65, representada por Antônio Carlos Costa Júnior, RG: MG 3.614.443 SSP/MG, CPF: 589.007.646/91, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente termo aditivo, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/051, processo administrativo 01.061.458.15.30, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a prorrogação do prazo de vigência, acréscimo do quantitativo contratual e alteração no Anexo I do 4º Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, pelo período de 01/03/2018 a 28/02/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACRÉSCIMO DO VALOR CONTRATUAL

Fica acrescido o valor de R\$943.824,45 (novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), devido ao acréscimo do quantitativo de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) prestações de serviços referente a treinamento, capacitação e avaliação, com valor unitário de R\$2.029,73 (dois mil vinte e nove reais e setenta e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do contrato passa de R\$3.754.565,95 (três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) para R\$4.698.390,40 (quatro milhões, seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e noventa reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DO PERCENTUAL DE REDUÇÃO

Devido ao acréscimo no valor contratual, a redução percentual passará de 48,76% (quarenta e oito inteiros e setenta e seis centésimos por cento) para 35,8792% (trinta e cinco inteiros, oito mil setecentos e noventa e dois décimos de milésimos por cento).

CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA CONTRATUAL

O presente aditivo será garantido por meio de Carta Fiança no valor de R\$234.919,52 (Duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), a qual deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura deste aditivo.

CLÁUSULA SETIMA: DOS ANEXOS

Ficam alterado as tabelas do anexo I - "Cronograma" e o anexo II - "Memória de Cálculo", constantes no 4º Termo aditivo, conforme anexo I - "Cronograma" e anexo II - "Memória Cálculo", deste termo.

CLÁUSULA OITAVA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 27 de fevereiro 2018


Genilson Ribeiro Zeferino
Secretário Municipal de Segurança e Prevenção

Lidiane Ferraz de Brito Drumond - BM: 93.423-6
Chefe de Gabinete
Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção
GAB-SP/SMSP


Representante da Empresa

Testemunhas:

1) 2)





Anexo I
CRONOGRAMA 2016

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
01º Grupamento	X										
02º Grupamento		X									
03º Grupamento			X								
04º Grupamento				X							
05º Grupamento					X						
06º Grupamento						X					
07º Grupamento							X				
08º Grupamento								X			
09º Grupamento									X		
10º Grupamento										X	
11º Grupamento											X

CRONOGRAMA 2017

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
12º Grupamento	X										
13º Grupamento		X									
14º Grupamento			X								
15º Grupamento						X					
16º Grupamento							X				
17º Grupamento								X			
18º Grupamento									X		
19º Grupamento										X	
20º Grupamento											X

CRONOGRAMA 2018

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
21º Grupamento	X											
22º Grupamento					X							
23º Grupamento						X						
24º Grupamento							X					
25º Grupamento								X				
26º Grupamento									X			
27º Grupamento										X		
28º Grupamento											X	
29º Grupamento												X

Anexo II
MEMÓRIA CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO VALORES PAGO JAN A ABRIL/2016					
TURMAS		QUANT.	VALOR PAGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	jan/16	60	R\$ 1.037.417,57	R\$ 3.446,57	R\$ 206.794,20
2	fev/16	113		R\$ 3.446,57	R\$ 389.462,41
3	mar/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
4	abr/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48

TOTAL 301

R\$ 7.327.406,00
2126

valor unitario

R\$ 3.446,57

MEMÓRIA DE CÁLCULO MAIO A DEZ / 2016					
TURMAS			VALOR DISPONÍVEL DE MAI A DEZ/2016	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
5	mai/16	64	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
6	jun/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72
7	jul/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72
8	ago/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72
9	set/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72
10	out/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72
11	nov/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72
	dez/16	0		R\$	R\$ 3,20

TOTAL 448

MEMÓRIA DE CÁLCULO JANEIRO A DEZEMBRO / 2017					
TURMAS			VALORES PAGO EM 2017		
12	jan/17	84	R\$ 1.717.151,58	R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
13	fev/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
14	mar/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
15	jun/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
16	jul/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
17	ago/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
18	set/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
19	out/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
20	nov/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
21	dez/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05

TOTAL 846

MEMÓRIA DE CÁLCULO VALORES PAGO A ABRIL/2018					
TURMAS		QUANT.	VALOR À PAGAR EM 2018/2019	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
21	jan/18	85	R\$ 943.824,45	R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
22	mai/18	58		R\$ 2.029,73	R\$ 117.724,34
23	jun/18	58		R\$ 2.029,73	R\$ 117.724,34
24	jul/18	58		R\$ 2.029,73	R\$ 117.724,34
25	ago/18	57		R\$ 2.029,73	R\$ 115.694,61
26	set/18	58		R\$ 2.029,73	R\$ 117.724,34
27	out/18	58		R\$ 2.029,73	R\$ 117.724,34
28	nov/18	59		R\$ 2.029,73	R\$ 119.754,07
29	dez/18	59		R\$ 2.029,73	R\$ 119.754,07
	jan/19	59		R\$ 2.029,73	R\$ 119.754,07

TOTAL 465

	QUANT	VALOR
CUSTO TOTAL APÓS	2060	R\$ 4.698.390,40

PERCENTUAL DE REDUÇÃO DO 5º TERMO ADITIVO (RETIFICAÇÃO)		
	VALOR	PERCENTUAL
VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL	R\$ 7.327.406,00	100,0000%
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	R\$ 4.698.390,40	64,1208%
	REDUÇÃO	35,8792%



**CLÁUSULA QUARTA: DA ALTERAÇÃO NO ANEXO II DO 3º TERMO ADITIVO –
“MEMÓRIA CÁLCULO PARA RETIFICAÇÃO DA REDUÇÃO NO 2º TERMO
ADITIVO”**

Fica alterada a tabela “MEMORIA CÁLCULO PARA RETIFICAÇÃO DA REDUÇÃO NO 2º TERMO ADITIVO” constante do Anexo II do 3º Termo Aditivo, conforme o Anexo II deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 23 de novembro 2017



Genilson Ribeiro Zeferino

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção



Representante da Empresa

Testemunhas:

1) _____

CPF 560 063 306,87

2) _____

046 8 3230601



1094
my

Anexo I

CRONOGRAMA 2016

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
01º Grupamento	X										
02º Grupamento		X									
03º Grupamento			X								
04º Grupamento				X							
05º Grupamento					X						
06º Grupamento						X					
07º Grupamento							X				
08º Grupamento								X			
09º Grupamento									X		
10º Grupamento										X	
11º Grupamento											X

CRONOGRAMA 2017

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
12º Grupamento	X										
13º Grupamento		X									
14º Grupamento			X								
15º Grupamento						X					
16º Grupamento							X				
17º Grupamento								X			
18º Grupamento									X		
19º Grupamento										X	
20º Grupamento											X

CRONOGRAMA 2018

Mês / Grupamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
21º Grupamento	X									

1095
m

ANEXO II



MEMÓRIA CÁLCULO PARA RETIFICAÇÃO DA REDUÇÃO
DO 2º TERMO ADITIVO

MEMÓRIA DE CÁLCULO VALORES PAGO JAN A ABRIL/2016					
TURMAS		QUANT.	VALOR PAGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	jan/16	60	R\$ 1.037.417,57	R\$ 3.446,57	R\$ 206.794,20
2	fev/16	113		R\$ 3.446,57	R\$ 389.462,41
3	mar/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48
4	abr/16	64		R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48

TOTAL 301

R\$ 7.327.406,00
2126

valor unitario

R\$ 3.446,57

MEMÓRIA DE CÁLCULO MAIO A DEZ / 2016						
TURMAS			VALOR DISPONÍVEL DE MAI A DEZ/2016	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	
5	mai/16	64	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.446,57	R\$ 220.580,48	SALDO
6	jun/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 779.419,52
7	jul/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 649.516,80
8	ago/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 519.614,08
9	set/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 389.711,36
10	out/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 259.808,64
11	nov/16	64		R\$ 2.029,73	R\$ 129.902,72	R\$ 129.905,92
	dez/16	0		R\$ -	R\$ -	R\$ 3,20

TOTAL 448

MEMÓRIA DE CÁLCULO JANEIRO A DEZEMBRO / 2017					
TURMAS			VALOR A SER PAGO EM 2017		
12	jan/17	84	R\$ 1.544.624,53	R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
13	fev/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
14	mar/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
15	jun/17	84		R\$ 2.029,73	R\$ 170.497,32
16	jul/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
17	ago/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
18	set/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
19	out/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05
20	nov/17	85		R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05

TOTAL 761

MEMÓRIA DE CÁLCULO JANEIRO a FEVEREIRO / 2018					
TURMAS			VALOR A SER PAGO EM 2018		
21	jan/18	85	R\$ 172.527,05	R\$ 2.029,73	R\$ 172.527,05

TOTAL 85

	QUANT	VALOR
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	1595	R\$ 3.754.565,95

PERCENTUAL DE REDUÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO (RETIFICAÇÃO)		
	VALOR	PERCENTUAL
VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL	R\$ 7.327.406,00	100,0000%
CUSTO TOTAL APÓS REDUÇÃO	R\$ 3.754.565,95	51,2400%
	REDUÇÃO	48,7600%



605
Gmm

CONTRATO

PBH
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REGISTRADO
Livro nº: 114 Folha nº: 26
Data: 10-12-15 Nome: (HUGO G. B. L. F.)

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Grupo Protect Ltda.- EPP.

Processo: 01-061.458-15-30

IJ: 01.2015.2100.0004.00.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Hélio dos Santos Júnior, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado Contratante e a empresa Grupo Protect Ltda.-EPP, estabelecida Rua General Andrade Neves, 622, Grajau, CEP: 30431-128, Belo Horizonte – MG, CNPJ: 42.818.864/0001-65, representada por Antônio Carlos Costa Júnior, RG: MG 3.614.443 SSP/MG, CPF: 589.007.646/91, neste ato denominada Contratada, celebram o presente contrato, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/051, processo administrativo 01.061458.15.30, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço referente a treinamento, capacitação e avaliação, abrangendo conteúdos teóricos e práticos de manuseio de arma de fogo (revólver calibre 38 e pistola calibre 380) e uso progressivo da força, para guardas municipais de Belo Horizonte, com fornecimento de material didático e infraestrutura, conforme anexo deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

2100.0010.06.181.109.2.791.0002.33.90.39.54.0300

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O presente contrato tem o valor de R\$ 7.327.406,00 (sete milhões, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e seis reais).

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.



CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

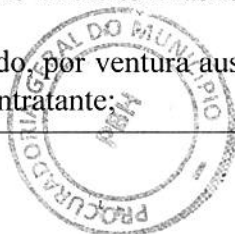
- 5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/IGP-M.
- 5.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA: DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

- 6.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- 6.2. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 6.3. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 6.4. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme as especificações exigidas no instrumento convocatório e Anexo I deste contrato.
- 7.2. Cumprir rigorosamente os prazos para cada uma das etapas exigidas.
- 7.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 7.5. Manter preposto na região metropolitana de Belo Horizonte, com poderes para representá-la na solução de todos os problemas e encaminhamentos necessários.
- 7.6. Apresentar Autorização do Exército Brasileiro para aquisição prévia de munição, para serem adquiridas, conforme a necessidade do treinamento;
- 7.7. Apresentar relação de instrutores credenciados junto à Polícia Federal para realização de treinamento e aplicação de teste de capacidade técnica para uso e porte de arma de fogo revólver calibre .38 e pistola calibre .380;
- 7.8. Apresentar documentação de armamento legal devidamente registrada em órgão competente;
- 7.9. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual para cada instruendo, em perfeitas condições de uso – óculos de proteção, protetor auricular.
- 7.10. Disponibilizar estande de tiro em conformidade com as especificações técnicas exigidas pela Polícia Federal e/ou homologado pelo Exército Brasileiro.
- 7.11. Disponibilizar vaga para o instruendo, por ventura ausente na respectiva turma de treinamento, na turma subsequente, a critério do Contratante;





606
Lem
20/07/2017

- 7.12. Dispor de infraestrutura para realizar o curso teórico, treinamento e avaliações, com iluminação, ventilação e condições de saúde e segurança adequadas, para o número de instruídos previsto.
- 7.13. Disponibilizar cartilha e material didático sobre os conteúdos a serem ministrados no curso de treinamento.
- 7.14. Emitir certificado de conclusão de curso e laudo de capacitação técnica do instruído apto nos requisitos para o porte institucional de arma de fogo, conforme disposição legal.
- 7.15. Arcar com as despesas de transportes dos instruídos, em caso de treinamento fora do Município de Belo Horizonte.
- 7.16. Manter sigilo sobre todas as informações relativas ao treinamento, relatando-as exclusivamente ao Contratante.
- 7.17. Contribuir e disponibilizar ao Contratante, condições para a eficaz fiscalização, monitoramento e avaliação técnica do treinamento.
- 7.18. Acatar e implementar as sugestões e determinações do Contratante no sentido de adequar e/ou corrigir irregularidades ou lacunas porventura existentes no decorrer do treinamento.
- 7.19. Sanar, no prazo fixado, todos os serviços prestados fora das exigências ou quaisquer outras irregularidades.
- 7.20. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 7.21. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 7.22. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 7.23. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 7 do edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.24. Manter, durante toda a execução do contrato, os documentos apresentados, atualizados para o registro no SUCAF.
- 7.25. Atender, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho.
- 7.26. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar o serviço contratado por servidor da Gerência de Atividades Culturais e Educação Continuada da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial.





- 8.2. Prestar todas as informações necessárias à Contratada para a execução dos serviços contratados.
- 8.3. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente a prestação do serviço.
- 8.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 8.5. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no item 7 do edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O faturamento será feito por conclusão do treinamento de cada grupamento, devendo a(s) Nota(s) Fiscal(is) ser(em) apresentadas à Gerência de Atividades Culturais e Educação Continuada (GEC) da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial até o dia 10 do mês subsequente ao da conclusão do serviço para atestamento.
- 9.2. O pagamento será efetuado pela Gerência Administrativo-Financeira – GEAF-SEG da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do adimplemento, relativo ao treinamento do(s) grupamento(s) efetivamente concluído(s).
- 9.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução.
 - 9.3.1. Juntamente com a documentação fiscal deverá ser apresentada a comprovação de frequência dos alunos.
- 9.4. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.
- 9.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - 10.1.1. advertência.
 - 10.1.2. multas nos seguintes percentuais:
 - a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
 - b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;



607
Cecy

- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
- e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo gerente de 1º nível competente.

10.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

10.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal competente.

10.4. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

10.5. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

10.5.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

10.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO/RESCISÃO

11.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

11.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses da Contratada:

11.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;

11.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

11.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;



- 11.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
 - 11.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
 - 11.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
 - 11.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensão e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
 - 11.2.8. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
- 11.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
 - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - judicial, nos termos da legislação.

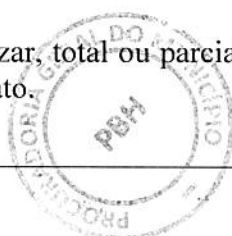
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA

- 13.1. O presente contrato será garantido por meio de seguro-garantia, no valor de R\$ 366.370,30 (trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta reais e trinta centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.
- 13.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 13.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 8º, inciso I, Circular SUSEP nº 477/13.
- 13.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.
- 13.5. O Município de Belo Horizonte poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.

Ced



Handwritten signature



608
608/2015

13.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

13.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

14.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município "DOM" correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS ANEXOS

Vincula-se ao presente contrato a proposta da Contratada, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e é anexo ao presente instrumento e dele faz parte integrante o Anexo I – Descrição do serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2015.

Hélio dos Santos Júnior
Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial

Marcelo Piancastelli de Siqueira
Secretário Municipal de Finanças

Hércules Guerra - BM 35.250-4
Procurador Geral Adjunto do
Município de Belo Horizonte

Rúsel Beltrame Rocha
Procurador Geral do Município

Representante da Empresa

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Treinamento em Arma de Fogo e em uso progressivo da força para o Efetivo da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Prestação de serviço de treinamento, capacitação e avaliação de 2.126 (dois mil cento e vinte seis) guardas municipais de Belo Horizonte em técnicas de tiro e uso progressivo da força, abrangendo conteúdos teóricos e práticos, de manuseio de arma de fogo (revólver calibre 38 e pistola calibre 380) e uso progressivo da força, em conformidade com a Lei nº 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento, com o Decreto nº 5.123/2004, que regulamentou a Lei nº 10.826/03 e a grade curricular da SENASP/MJ.

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL

- a) Capacitar 2.126 (dois mil cento e vinte seis) guardas municipais em técnicas de uso e manuseio de armas de fogo de tamanho curto (Pistola e Revólver) e uso progressivo da força.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Qualificar os guardas municipais sobre o conhecimento teórico e prático de armas de fogo e suas munições;
- b) Capacitar o efetivo da Guarda Municipal de Belo Horizonte no conhecimento e técnicas de segurança uso e manuseio de armas de fogo;
- c) Levar ao conhecimento do guarda municipal instrumentos cognitivos para identificar as armas segundo sua classificação, seu tamanho, seu funcionamento, sua forma de carregamento e acionamento;
- d) Propiciar ao guarda municipal o domínio da técnica de montagem e carregamento de armas de fogo;
- e) Propiciar ao guarda municipal o conhecimento dos mecanismos internos e o funcionamento da arma de fogo;
- f) Desenvolver no guarda municipal a habilidade de tiro eficiente;
- g) Treinar o guarda municipal na visada, no saque do coldre e o consequente disparo de armas letais;
- h) Levar ao guarda municipal a consciência do uso legal e adequado de armas letais;
- i) Propiciar aos guardas municipais profissionalismo para intervir e decidir sobre o uso ou não de arma de fogo em circunstância de quebra da normalidade pública;



609
609

- j) Qualificar os guardas municipais para o exercício consciente de ações de segurança com o uso de armas de fogo;
- k) Buscar maior eficiência do desempenho dos guardas municipais na proteção e preservação da vida dos cidadãos e na proteção do patrimônio e dos bens públicos;
- l) Propiciar ao guarda municipal atuar preventivamente para inibir, pela presença ostensiva e armada, infrações penais ou administrativas que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
- m) Capacitar o guarda municipal a utilizar arma de fogo sob diferentes posições de tiro;
- n) Capacitar o guarda municipal para a adequada posição e o acionamento eficiente e seguro da arma de fogo;
- o) Treinar o guarda municipal no acionamento em seco da arma de fogo;
- p) Capacitar o guarda municipal para resolver incidentes de tiro (pane e solução);
- q) Preparar o guarda municipal para, em situações de inevitáveis riscos à sua segurança ou de terceiros, fazer uso de arma letal com a devida adequação da força.

4. JUSTIFICATIVA

Desde 2003 o Município de Belo Horizonte possui seus órgãos de segurança pública, constituídos pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, com a função de coordenação e planejamento, e pela Guarda Municipal de Belo Horizonte, braço operacional das ações municipais de segurança pública.

Inicialmente, com pouco mais de três centenas de servidores recrutados entre reservistas das Formas Armadas, o efetivo foi sendo gradativamente ampliado ao longo da última década, de modo que hoje a instituição municipal de segurança conta com 2.126 (dois mil cento vinte e seis) servidores.

Face às características peculiares da área de segurança, a qual lida com o bem maior dos cidadãos, que é a vida, desde o início a GMBH foi dirigida e preparada para atuar de forma responsável e eficiente na área da segurança pública.

Com o advento da Lei nº 13.022/2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais – que regulamentou o § 8º do art. 144 da CF/1988, consolidou-se a incumbência das guardas municipais na proteção de bens, serviços e instalações municipais, como também a competência para atuar em logradouros públicos, no trânsito, na proteção do meio ambiente, no reordenamento dos espaços públicos e na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, com a previsão ainda de colaborar com os órgãos estaduais de segurança na preservação da normalidade pública, entre outras atribuições.

Destaque-se também que o Estatuto Geral das Guardas Municipais definiu a atuação preventiva e ostensiva das instituições municipais de segurança pelo uso de uniforme e do porte de arma de fogo, com competência para atuar exclusivamente no espaço público municipal.

Sob tal paradigma, com o fim de propiciar à GMBH condições de trabalho e competência para uma atuação eficiente e segura, o governo municipal decidiu por armar o órgão municipal de segurança. Para tal urge a necessária observância de dispositivos legais já aludidos anteriormente. Estes prescrevem o treinamento técnico em tiro e em uso progressivo da força pelos guardas municipais, requisitos *sine qua non* para que eles possam adquirir autorização para o porte institucional de arma de fogo.



[Handwritten signature]



Assim, a concessão do porte de arma de fogo para os guardas municipais só será concedida desde que comprovada a realização de treinamento técnico de, no mínimo, 60 (sessenta) horas para armas de repetição (revólver) e 100 (cem) horas para arma semiautomática (pistola), sendo que desta carga horária deverá ser contemplado 65% (sessenta e cinco por cento) de conteúdo prático. Para obter a concessão do porte institucional de arma de fogo o guarda municipal deverá ter um desempenho de 60% (sessenta por cento) de acertos do total da pontuação possível.

Outros requisitos legais já se encontram atendidos pela Guarda Municipal de Belo Horizonte, no tocante à presença de corregedoria própria e autônoma, bem como de uma ouvidoria específica.

O fim maior do treinamento em uso progressivo da força e no domínio da técnica de tiro é o município poder contar com uma instituição de segurança melhor preparada no exercício de suas atribuições, de forma a responder rápida e eficientemente aos desafios de uma segurança pública cidadã, eficiente e eficaz na proteção de servidores, de usuários dos serviços públicos, na preservação do patrimônio histórico e ambiental e da manutenção da ordem pública.

5. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O serviço deverá ser prestado, obrigatoriamente, no Município ou na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em instalações disponibilizadas pela Contratada.

5.2. O local será vistoriado pelo Contratante para verificação do cumprimento das exigências previstas na legislação correlata.

5. PROGRAMA DE TREINAMENTO

O programa de treinamento em arma de fogo pelas guardas municipais está regulado na Lei nº 10.826/03, no Decreto nº 5.123/2004, na Cartilha de Armamento e Tiro da Polícia Federal, na Instrução Normativa nº 23/2005-DG/DPF e na Matriz Curricular Nacional para Guardas Municipais. Em resumo, tem-se a seguinte determinação:

5.1. Treinamento em Armas: Pistola e Revolver, em conformidade com Decreto nº 5.123/04 Cartilha de Armamento e Tiro da Polícia Federal:

- a) Arma semiautomática: Pistola: Total de 100 h/a, sendo 65% de conteúdo prático.
- b) Arma de repetição: Revólver: Total de 60 h/a, sendo 65% de conteúdo prático.

5.2. CONTEÚDO MÍNIMO E PROGRAMAS DA PARTE TEÓRICA:

5.2.1. Conforme definições sobre os currículos, programas e disciplinas definidas em normas legais, sem prejuízo às adaptações que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial julgar necessárias, deve-se focar o seguinte:

- a) Normas de segurança;
- b) Nomenclatura e funcionamento de peças constitutivas das armas de fogo;
- c) Conduta no estande de treinamento de tiro;
- d) Legislação vigente sobre armas de fogo no Brasil – em especial, Lei nº 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04;



610
Gmm

- e) Noções básicas de balística (poder de parada e munição transfixiante);
- f) Municiar, desmuniciar o carregador e carregar e alimentar a arma;
- g) Limpeza e conservação da arma;
- h) Fundamentos do tiro (base, empunhadura, visada, respiração e acionamento da tecla do gatilho);
- i) Posição de tiro (de pé, ajoelhado, deitado, barricada à esquerda e barricada à direita);
- j) Incidentes de tiro (pane e solução);
- k) Treinamento em seco com dois olhos abertos;
- l) Teoria e prática de saque e coldreamento da arma;
- m) Visada e empunhadura: com os dois olhos abertos, empunhadura de mão dupla;
- n) Outros dispositivos legais e conhecimentos que se fizerem necessários no treinamento em armas de fogo.

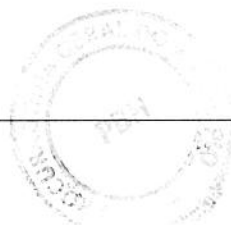
5.3. CONTEÚDO MÍNIMO E PROGRAMAS DA PARTE PRÁTICA:

- a) Quantidade total de tiros: 600 tiros por instruendos, sendo 280 para pistola e 320 para revólver;
- b) Exercícios de tiro para alvos humanóide e alvo quatro cores;
- c) Tiro rápido;
- d) Mão forte e fraca;
- e) Técnicas de tiro;
- f) Tiro de combate;
- g) Tiro de defesa;
- h) Tiro de precisão.

5.4. COMPROVANTE DE CAPACIDADE TÉCNICA (Avaliação do domínio técnico das armas de fogo), conforme normativas legais:

- a) **Avaliação 1: alvo humanóide (20 tiros):** Procedimentos a serem observados na avaliação segundo regras constantes no Decreto 5.123/2004 e na Cartilha de Armamento e Tiro da Polícia Federal. Aprovação do instruendo que obtiver, no mínimo, 60% dos pontos possíveis. O mesmo critério de desempenho válido para a prova teórica.
- b) **Avaliação 2: Alvo de quatro cores (24 tiros):** Procedimentos a serem observados na avaliação segundo normativa do Decreto 5.123/2004 e na Cartilha de Armamento e Tiro da Polícia Federal. Aprovação ao instruendo que obtiver, no mínimo, 60% dos pontos possíveis. O mesmo critério de desempenho válido para a prova teórica.

gmm





6. PLANO DO TREINAMENTO.

6.1. Curso Prático e Teórico no Uso e Manuseio de Armas de Fogo

Item	Descrição	Duração/horas ou quantidade por instruído
01	Treinamento em uso progressivo da força, com carga horária de 16 h/a.	16 h/a
02	Curso teórico em arma de fogo - Revólver calibre 38, com carga horária de 21 h/a.	21 h/a
03	Treinamento prático em arma de fogo - Revólver calibre 38, com carga horária de 39 h/a.	39 h/a
04	Curso teórico em arma de fogo - Pistola .380, com carga horária de 35 h/a	35 h/a
05	Treinamento prático em arma de fogo - Pistola .380, com carga horária de 65h/a	65 h/a
06	Cartuchos com munição recarregável para Revólver calibre .38, com 320 tiros.	320 tiros
07	Cartuchos com munição recarregável para Pistola calibre .380, com 280 tiros.	280 tiros
08	Prova avaliativa teórica, nos moldes da Cartilha de Armamento e Tiro da PF.	1 avaliação
09*	Reaplicação da prova teórica.	1 reaplicação
10	Teste avaliativo para Revólver calibre .38, alvo humanoide, com 20 tiros.	1 teste
11*	Reteste avaliativo para Revólver calibre .38, alvo humanoide, com 20 tiros.	1 reteste
12	Teste avaliativo para Revólver calibre .38, alvo quatro cores, com 24 tiros.	1 teste
13*	Reteste avaliativo para Revólver calibre .38, alvo, quatro cores, com 24 tiros.	1 reteste
14	Teste avaliativo para Pistola calibre .380, alvo humanoide com 20 tiros.	1 teste
15*	Reteste avaliativo para Pistola calibre .380, alvo humanoide, com 20 tiros.	1 reteste
16	Teste avaliativo para Pistola calibre .380, alvo quatro cores, com 24 tiros.	1 teste
17*	Reteste avaliativo para Pistola calibre .380, alvo com quatro cores, com 24 tiros.	1 reteste

* Será feito somente quando houver reprovação do instruído; para reaplicação do teste/avaliação, considerou-se 30% do quantitativo de instruídos.





6/11
6/11/2017

7. CRONOGRAMA

O serviço deve ser iniciado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho.

Cronograma - 2016

Mês / Grupamento	Jan/ 2016	Fev/ 2016	Mar/ 2016	Abr/ 2016	Mai/ 2016	Jun/ 2016	Jul/ 2016	Ago/ 2016	Set/ 2016	Out/ 016	Nov/ 2016	Dez/ 2016
Formação 1º Grupamento	X											
Formação 2º Grupamento		X										
Formação 3º Grupamento			X									
Formação 4º Grupamento				X								
Formação 5º Grupamento					X							
Formação 6º Grupamento						X						
Formação 7º Grupamento							X					
Formação 8º Grupamento								X				
Formação 9º Grupamento									X			
Formação 10º Grupamento										X		
Formação 11º Grupamento											X	
Formação 12º Grupamento												X

2017





Cronograma - continuação (2017)

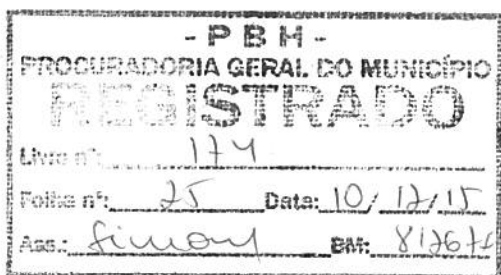
Mês / Grupamento	Jan/ 2017	Fev/ 2017	Mar/ 2017	Abr/ 2017	Mai/ 2017	Jun/ 2017	Jul/ 2017	Ago/ 2017	Set/ 2017	Out/ 2017	Nov/ 2017	Dez/ 2017
Formação 13º Grupamento	X											
Formação 14º Grupamento		X										
Formação 15º Grupamento			X									
Formação 16º Grupamento				X								
Formação 17º Grupamento					X							
Formação 18º Grupamento						X						
Formação 19º Grupamento							X					
Formação 20º Grupamento								X				
Formação 21º Grupamento									X			
Formação 22º Grupamento										X		
Formação 23º Grupamento											X	
Formação 24º Grupamento												X

Obs.: 1) Cada grupamento é composto, no máximo, por duas (duas) turmas de 45 (quarenta e cinco) instruendos, totalizando 90 (noventa) instruendos/mês, podendo ocorrer adequações no quantitativo/mês, conforme o desempenho pedagógico do instruendo – se aprovado ou reprovado – e reduções no quantitativo total do efetivo da GMBH.

2) Ao final do período de treinamento, previsto para Dezembro/2017, todo o efetivo da GMBH deverá ter realizado o treinamento para o porte de arma de fogo.

[Handwritten signature]





CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda.

Processo: 01-060.769-15-54

IJ: 01.2015.2100.0003.00.00

O **Município de Belo Horizonte**, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Hélio dos Santos Júnior, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado Contratante e a empresa **Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda.**, estabelecida à Av dos Andradas, 2.287 – Sala 107, Bairro Santa Efigênia, CEP: 30285-000, Belo Horizonte/MG, CNPJ: 02.921.115/0001-44, representada por Felipe Campos Coimbra de Miranda, neste ato denominada Contratada, celebram o presente contrato, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/050, processo administrativo 01.060.769.15.54, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de avaliação psicológica para guardas municipais visando concessão de registro e/ou posse de arma de fogo, conforme anexo deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

2100.0010.06.181.109.2.803.0001.339039.99.0300

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

O presente contrato tem o valor de R\$ 181.836,25 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contada a partir da data de sua assinatura.

Cet

Reh

H



CLÁUSULA QUINTA: DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

- 5.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- 5.2. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- 5.3. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- 5.4. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as especificações exigidas no Edital e no Anexo I deste contrato.
- 6.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 6.3. Sanar, no prazo fixado, todos os serviços prestados fora das exigências e providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante.
- 6.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 6.5. Atender, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a convocação para retirada da(º) Nota(s) de Empenho.
- 6.6. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 6.7. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 7 do edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.8. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.
- 6.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a



251
X

seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

- 6.10. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Acompanhar e fiscalizar o serviço contratado, por meio da Gerência de Saúde e Trabalho – GESA da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial.
- 7.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no item 7 do edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.3. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução dos serviços contratados.
- 7.4. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.
- 7.5. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O faturamento será mensal, compreendendo o período entre o 1º (primeiro) e o último dia do mês anterior, devendo as notas fiscais serem apresentadas à Gerência de Saúde e Trabalho – GESA, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação do serviço para atestamento.
- 8.2. O pagamento será efetuado pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do adimplemento.
- 8.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução.
- 8.4. A Contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.
- 8.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.



CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Handwritten signatures and initials: "ct", "deh", and "A"



9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

9.1.1. advertência.

9.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou de obrigações assumidas.
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
- d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
- e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

9.1.3. impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.2. As penalidades de advertência e multa será(ão) aplicada(s) pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, mediante proposta do fiscal do contrato.

9.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

9.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal competente.



297
f

9.4. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.4.1. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

9.5. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

9.5.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

9.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO/RESCISÃO

10.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

10.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses da Contratada:

10.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;

10.2.2. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

10.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;

10.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;

10.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;

10.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;



CT 12 CT 22



10.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

10.2.8. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

10.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA

12.1. O presente contrato será garantido por meio de caução em dinheiro, no valor de R\$9.091,81(nove mil e noventa e um reais e oitenta e um centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.

12.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

12.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 8º, inciso I, Circular SUSEP nº 477/13.

12.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

12.5. O Município de Belo Horizonte poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste contrato.



293
2

12.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a Contratada a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

12.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

13.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município "DOM" correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS ANEXOS

Vincula-se ao presente contrato a proposta da Contratada, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

1. Anexo I – Descrição do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Cat

de





Belo Horizonte, 25 de novembro de 2015.

Hélio dos Santos Júnior

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial

Camilo Cândido de Araújo Júnior - BM 105.553-2

Secretário Municipal Adjunto do Tesouro

SMATES/SMF

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Secretário Municipal de Finanças

Hércules Guerra - BM 35.250-4

Procurador Geral Adjunto do
Município de Belo Horizonte

Rúsvell Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

Representante da Empresa



294
h

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1 - OBJETO

Prestação de serviço de avaliação psicológica para guardas municipais visando concessão de registro e/ou posse de arma de fogo, por meio de empresa na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho e/ou Recursos Humanos com no mínimo, 20 (vinte) profissionais Psicólogos, do quadro efetivo ou contratados, inscritos no Conselho Regional de Psicologia (CRP) e credenciados junto ao Ministério da Justiça (MJ)/ Departamento de Polícia Federal (DPF), para realizar a Avaliação Psicológica para concessão de registro e/ ou posse de arma de fogo de 2.125 (dois mil cento e vinte e cinco) guardas municipais, da Guarda Municipal de Belo Horizonte (GMBH).

2 - COORDENAÇÃO

A coordenação ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial-SMSEG, Gerência de Saúde e Trabalho- GESA, tendo como responsável técnico um psicólogo, designado por Portaria e lotado na SMSEG/ GESA.

3 - METODOLOGIA

3.1- Identificação dos profissionais.

A Empresa contratada deverá entregar uma relação com os nomes dos psicólogos que irão realizar a avaliação e do psicólogo responsável técnico dessa, com os respectivos registros profissionais, para o psicólogo responsável técnico da SMSEG/GESA, na primeira reunião prevista do processo. Somente os profissionais psicólogos listados, do quadro efetivo da CONTRATADA ou contratados por ela, inscritos no CRP e credenciados pelo DPF poderão realizar a Avaliação Psicológica, o Reteste e as Entrevistas de Devolução.

3.2 – Encaminhamento.

Os guardas municipais serão encaminhados pela equipe de coordenação da SMSEG/ GMBH para o(s) local(is) de exame, de acordo com critérios definidos internamente, com observância no disposto no Art. 11, parágrafos 6º e 7º, do Decreto Municipal nº 14.106, de 01/09/2010.

Serão encaminhados de 15 (quinze) a 20 (vinte) guardas municipais por dia para avaliação psicológica, sendo considerados somente os dias úteis e o horário compreendido entre as 7h00 e as 18h00 para a marcação e realização das avaliações, de acordo com a disponibilidade da Contratada.

Somente os guardas municipais considerados aptos na avaliação psicológica serão encaminhados, para o Treinamento e Avaliação de tiro.

3.3 - Instrumentos e Técnicas.



gbr

A



Deverão ser utilizados técnicas e instrumentos psicológicos validados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), exigidos pelo DPF e definidos pelo responsável técnico da GESA. Os nomes dos Instrumentos Psicológicos serão informados diretamente para o psicólogo responsável técnico da empresa Contratada, preservando o sigilo da informação. A Avaliação Psicológica para concessão de registro e/ ou porte de arma de fogo será composta, obrigatoriamente, pela seguinte Bateria e formulários:

- 01 Teste projetivo;
- 01 Teste expressivo;
- 01 Teste de Atenção difusa e concentrada;
- 01 Teste de memória;
- 01 Inventário de personalidade;
- 01 Ficha de identificação do candidato: modelo padrão será fornecido pelo psicólogo responsável técnico da GESA.
- 01 Laudo Conclusivo (Avaliação e Reteste): modelo padrão será fornecido pelo psicólogo responsável técnico da GESA.

3.4- Aplicação e correção.

Somente os Psicólogos identificados pela Contratada poderão aplicar, corrigir, cotar, analisar os instrumentos e técnicas psicológicos utilizados na avaliação, bem como elaborar sínteses, laudos e pareceres a respeito dos mesmos.

Os instrumentos psicológicos e técnicas deverão ser aplicados e corrigidos de acordo com as normas técnicas previstas nos respectivos manuais, legislação específica e critérios estabelecidos neste documento.

3.5- Resultados.

Ao final de cada mês e nas datas estabelecidas, o material de exame e o resultado das avaliações psicológicas deverão ser entregues na SMSEG/GESA, preservando o sigilo das informações, aos cuidados do psicólogo responsável técnico que, após análise dos resultados, fará os encaminhamentos administrativos e legais cabíveis, bem como a divulgação dos mesmos, na forma BM - APTO / INAPTO, classificados por ordem de matrícula (BM), nos meios oficiais.

Os resultados das avaliações, apresentados pela Contratada, deverão ser expressos por um gráfico, síntese e/ou laudo descritivo, relativos a cada instrumento, em conformidade com o previsto pelos autores nos respectivos manuais e o laudo conclusivo em conformidade com as exigências do DPF e nos modelos padrão PBH/ SMSEG, apresentados na seguinte forma:

- a) todos os formulários, as folhas de aplicação, apuração, cotação, registro, análise, os gráficos e Laudos relativos a cada instrumento utilizado no exame, bem como o laudo conclusivo, deverão ser agrupados por testando e remetidos à GESA, em envelope individual com a identificação do avaliado;
- b) o avaliado deverá assinar cada folha integrante do instrumento utilizado;
- c) o laudo conclusivo com o parecer APTO ou INAPTO, da avaliação e do reteste, deverá ser entregue em modelo a ser fornecido pelo Contratante e em cópia digitalizada, devendo ser assinado pelo psicólogo avaliador e pelo responsável técnico;

d) o material e laudo conclusivo do Reteste deverão ser entregues em envelope individual, separado da primeira avaliação, escrito RETESTE e com a identificação do avaliado, sendo também digitalizado.

A entrega dos resultados do Reteste será feita nas datas de reuniões estabelecidas para a entrega de resultados do 1º exame, a partir do 4º encontro;

e) a cópia digitalizada dos laudos deverá ser separada em quatro arquivos: APTOS e INAPTOS, APTOS e INAPTOS RETESTE;

f) além do laudo, o psicólogo examinador deverá elaborar parecer psicológico considerando e confrontando os resultados obtidos em todos os instrumentos e técnicas aplicados, de forma a justificar o resultado;

g) também serão entregues quatro listagens, com o resultado APTOS e INAPTOS, APTOS e INAPTOS RETESTE, sendo duas em ordem alfabética de nomes dos avaliados e as outras em ordem numérica do respectivo Boletim de Matrícula (BM), que será fornecido.

4 - CRITÉRIOS

4.1. A Avaliação deverá ter como referência a faixa de normalidade prevista no Manual dos Instrumentos Psicológicos utilizados, os contrafatores previstos no Decreto Municipal nº 14.106, de 01/09/2010, anexo alterado pelo Decreto Municipal 15.160 (Perfil e Contraperfil Psicológico da Guarda Municipal de Belo Horizonte), de 01/03/2013, bem como os indicadores psicológicos previstos no item 3 do Anexo V da Instrução Normativa Nº 78, de 10/02/2014 (Extrato dos Indicadores Psicológicos do Portador de Arma de Fogo). Somente os fatores psicológicos passíveis de aferição, por meio dos instrumentos psicológicos selecionados, serão considerados para a definição de aptidão ou inaptidão dos candidatos.

4.2. A realização da avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo deverá ser realizada por psicólogos que atendam às exigências administrativas da PBH/SMSEG, que estejam inscritos no CRP e credenciados no MJ/ DPF na época da avaliação. A equipe da GESA/SMSEG, responsável pela coordenação do processo poderá, a qualquer momento, realizar a visita ao local de avaliação para verificar se as condições físicas, técnicas e materiais satisfazem as exigências previstas.

4.3. Os psicólogos da contratada deverão ter conhecimento e fazer cumprir as exigências previstas na legislação vigente a respeito do assunto, especialmente a Instrução Normativa do Departamento de Polícia Federal Nº 78, de 10/02/2014, a Lei 10.826/03, o Decreto 5.123/04, a Instrução Normativa DPF 023/05, o Decreto Municipal nº 14.106, de 01/09/2010, anexo alterado pelo Decreto Municipal nº 15160/13 e a legislação correlata, que trata da posse, registro, porte e comercialização de armas de fogo do Sistema Nacional de Armas (SINARM), que define crimes e dá outras providências, como também os requisitos para aquisição e uso de arma de fogo, bem como a Resolução nº 018/2008 do Conselho Federal de Psicologia, que dispõe acerca do trabalho do Psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ ou porte de arma de fogo.

4.4. Os instrumentos de avaliação psicológica poderão ser aplicados de forma individual ou coletiva, de acordo com o previsto nos manuais, podendo cada psicólogo aplicar, no máximo, 10 (dez) testes individuais por dia e atender, no máximo, 2 (dois) turnos de 15 (quinze) pessoas por dia, se a aplicação for coletiva.



4.5. Os psicólogos credenciados somente poderão realizar a avaliação psicológica para a concessão de registro e/ ou posse de arma de fogo em locais previamente autorizados pela Polícia Federal.

4.6. O ambiente para realização da avaliação deverá estar em conformidade com as exigências da legislação correlata. Deverá contar com banheiro, sala de espera, sala de aplicação individual e coletiva, com as seguintes especificações:

- a) cada sala destinada aos exames deve ter, no mínimo, 4m² (quatro metros quadrados), se o atendimento for individual, e 2m² (dois metros quadrados) por testando, se o atendimento for coletivo;
- b) as salas de exame devem ter baixo nível de ruídos, para evitar interferência ou interrupção na execução das tarefas dos avaliados;
- c) o mobiliário da sala de testes deve ser composto por uma mesa com no mínimo 2500 cm² (dois mil e quinhentos centímetros quadrados), feita de material liso, e uma cadeira com encosto, que não seja acoplada à mesa, para cada testando;
- d) o ambiente deve ser iluminado, por luz natural ou artificial, preferencialmente ser incidência de sombras e/ou ofuscação;
- e) o ambiente deve contar com sistema de ventilação natural ou artificial e temperatura confortável em relação ao clima local;
- f) o local deve ser higienizado em conformidade com as orientações do órgão de vigilância sanitária local.

4.7. O candidato considerado inapto poderá ser submetido a uma nova avaliação ou Reteste após o 60º dia da data da primeira avaliação. O candidato terá o prazo de 20 dias corridos para solicitar um novo exame (reteste), contados a partir da data em que for divulgado pela SMSEG/GESA, nos meios oficiais, o resultado de sua avaliação.

4.8. O testando terá direito a entrevista de devolução, que poderá ser requisitada na empresa contratada após a avaliação de todos os guardas encaminhados e divulgação de todos os resultados, sendo agendada de acordo com a disponibilidade da Contratada. Caso o material de exame do requisitante já tenha sido entregue na GESA, o mesmo poderá ser retirado pelo responsável técnico da Contratada e devolvido posteriormente, conforme agendamento prévio.

5 - PRAZO PARA CONCLUSÃO DO SERVIÇO

O prazo para conclusão do serviço será de 730 (setecentos e trinta) dias corridos, contados a partir do início das atividades, após o recebimento da Nota de Empenho, divididos em etapas consecutivas, da seguinte forma:

5.1. Dos prazos:

5.1.1. 1ª etapa- prazo previsto: 02 (dois) dias corridos.

- a) visita ao(s) local(is) da avaliação psicológica, avaliação do material, instalações e mobiliário. Reunião dos profissionais contratados com o psicólogo responsável técnico da GESA/SMSEG para esclarecimento dos termos e orientações.

5.1.2. 2ª etapa- prazo previsto: 727 (setecentos e vinte e sete) dias corridos.



2296

- a) Realização dos exames/ aplicação dos Instrumentos Psicológicos aos candidatos ao porte de arma. Apuração, cotação, organização, registro e análise dos dados coletados pelos profissionais contratados;
- b) Reteste: a partir do 61º dia após o primeiro exame, conforme encaminhamento da GESA/SMSEG e/ou demanda do candidato. Realização dos exames/ aplicação dos Instrumentos Psicológicos definidos para o Reteste aos candidatos INAPTOS. Apuração, cotação, organização, registro e análise dos dados coletados pelos profissionais contratados (sob demanda).

Obs.: A entrega dos resultados do Reteste será feita nas datas de reuniões estabelecidas para a entrega de resultados do 1º exame, a partir do 4º encontro com o responsável técnico da GESA.
- c) Reunião dos profissionais contratados com o psicólogo responsável técnico da GESA/SMSEG para apresentação e entrega dos resultados obtidos nos exames realizados (21 encontros - 1 dia por mês);
- d) Entrevista de devolução: será concedida pelo psicólogo avaliador, conforme agendamento na empresa Contratada, somente após a conclusão das avaliações e divulgação de todos os resultados pela GESA (sob demanda).

5.1.3. 3ª etapa – prazo previsto: 01 dia corrido.

- a) Reunião com a empresa contratada para a finalização e avaliação do processo : 01 dia.

6 - LOCAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. O serviço deverá ser prestado no Município de Belo Horizonte, em instalações disponibilizadas pela Contratada;

6.2. O local será vistoriado pelo Contratante para verificação do cumprimento das exigências previstas na legislação correlata, conforme descrito no item 4 , deste anexo I.

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa contratada se responsabilizará por todo o material e todas as despesas necessárias para a realização da Avaliação Psicológica, do Reteste e da Entrevista de Devolução.

[Handwritten signature]



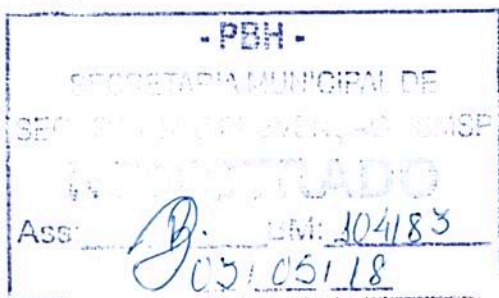
[Handwritten signature]

591
M



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO



Quarto Termo Aditivo de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos.

Processo: 01-060.769-15-54

Instrumento Jurídico: 01.2015.2100.0003.04.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ nº. 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda., estabelecida à Av dos Andradas, 2.287 – Sala 107, Bairro Santa Efigênia, CEP: 30285-000, Belo Horizonte/MG, CNPJ: 02.921.115/0001-44, representada por Felipe Campos Coimbra de Miranda, RG: MG-7574091, CPF: 055.238.906-42, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviços, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 2015/050, processo administrativo 01-060.769-15-54, em conformidade com o Decreto Municipal 12.437/06 e com as Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a inclusão do quantitativo do serviço de avaliação psicológica para guardas municipais, no percentual de 24,9882% (vinte quatro inteiros e nove mil, oitocentos e oitenta e dois décimos de milésimos por cento) do quantitativo inicial contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA INCLUSÃO

Fica acrescido num total de 531(quinhetos e trinta e um) serviços de avaliações psicológicas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACRESCIMO DE VALOR

Fica acrescido neste termo o valor de R\$45.437,67 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos), passando o valor inicial contratado de R\$181.836,25 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), para 227.273,92 (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL

O presente aditivo será garantido por meio de Caução em dinheiro e o valor passara de R\$9.091,81 (nove mil e noventa e um reais e oitenta e um centavo), para

A
Gr



R\$11.363,80 (onze mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta centavos),
equivalente a 5%(cinco por cento) do valor deste termo.

CLÁUSULA QUINTA: DO ANEXO I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Fica inserido no presente termo aditivo o anexo I – Cronograma de Execução, dos
serviços de avaliações psicológicas.

CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato ora
aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3
(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 20 de abril de 2018.



Genilson Ribeiro Zeferino
Secretário Municipal de Segurança e Prevenção



Representante da Empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos

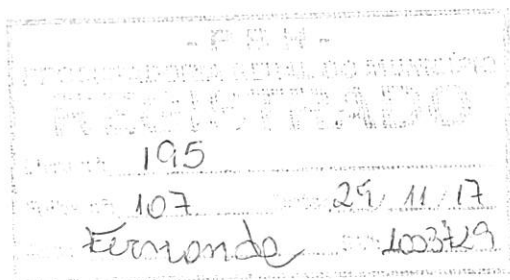
Paulo Afonso de Miranda
CRP 04-0984
CPF 083.790.096-49

592
mf

Anexo I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Vlr. Unit.	Turma	Período	Quantidade	Valor Mensal
R\$ 85,57	01	Abril/maio	140	R\$11.979,80
R\$ 85,57	02	Maio/jun	140	R\$11.979,80
R\$ 85,57	03	Junho/jul	140	R\$11.979,80
R\$ 85,57	04	Julho/ago	111	R\$ 9.498,27
TOTAL			531	R\$45.437,67



Terceiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos.

Processo: 01-060.769-15-54

Instrumento Jurídico: 01.2015.2100.0003.03.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ nº. 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda., estabelecida à Av dos Andradas, 2.287 – Sala 107, Bairro Santa Efigênia, CEP: 30285-000, Belo Horizonte/MG, CNPJ: 02.921.115/0001-44, representada por Felipe Campos Coimbra de Miranda, RG: MG-7574091, CPF: 055.238.906-42, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram *o terceiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviços, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 2015/050, processo administrativo 01-060.769-15-54, em conformidade com o Decreto Municipal 12.437/06 e com as Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de prazo de vigência e o acréscimo do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, pelo período de 25/11/2017 a 24/11/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACRÉSCIMO DO VALOR CONTRATUAL

Fica acrescido o valor de R\$45.352,10(quarenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), correspondente ao quantitativo de 530 (quinhentos e trinta) avaliações psicológicas para guardas municipais visando a concessão de registro e/porte de arma de fogo, passando de 1595 (mil, quinhentos e noventa e cinco), para 2125 (dois mil, cento e vinte e cinco), ou seja, o quantitativo inicial contratado.

A
Gr



CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO

- 4.1. O valor global do contrato passa de R\$136.484,15 (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos), para R\$181.836,25 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), sendo este o valor inicialmente contratado.
- 4.2. Com o presente termo aditivo o percentual de acréscimo retorna para 0% (zero por cento)."

CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL

A garantia contratual será a prevista na cláusula décima segunda do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DO ANEXO I – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Fica acrescido no presente Termo o anexo I, com cronograma de execução dos serviços de avaliações psicológicas referente a 530 (quinhentos e trinta) avaliações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Genilson Ribeiro Zeferino
Secretário Municipal de Segurança e Prevenção

x

Representante da Empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos



549
ml

Anexo I
Cronograma de Execução

Vlr Unit	Turma	Período	Quantidade	Valor mensal
R\$85,57	1	Dez 2017/Jan 2018	100	R\$ 8.557,00
R\$85,57	2	Jan 2018/Fev 2018	100	R\$ 8.557,00
R\$85,57	3	Fev 2018/Mar 2018	100	R\$ 8.557,00
R\$85,57	4	Mar 2018/Abr 2018	100	R\$ 8.557,00
R\$85,57	5	Abr 2018/Mai 2018	130	R\$11.124,10
TOTAL			530	R\$45.352,10

12
G





Onde se lê: Uso de arma de fogo.

Leia-se: Manuseio de arma de fogo.

CLÁUSULA QUARTA: DA ALTERAÇÃO DO TEXTO DO SUBITEM 3.5 DO ANEXO I DO CONTRATO

Em conformidade com a Instrução de Serviço SMSEG Nº 02/2015, fica alterado o texto do subitem 3.5 do Anexo I do contrato original, nos seguintes termos:

Onde se lê: (...) na forma BM - APTO / INAPTO, classificado por ordem de matrícula (BM), nos meios oficiais.

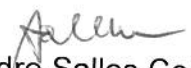
Leia-se: (...) na seguinte forma: Nº de ordem (ordem crescente) APTO / INAPTO.

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2016.

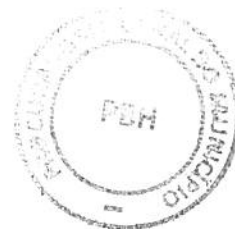

Alexandre Salles Cordeiro


Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial


Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

Camilo Cândido de Araújo Junior - BM 105.553-2
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMF - Tesouro




Rúsel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

Ana Flávia S. Patrus de Souza
BM 113.200-6 - OAB/MG 98.000
Procurador Geral Adjunto Administrativo
Consultivo do Município de Belo Horizonte


Representante da Empresa

Testemunhas:

1) 2)



42682

- P B H -
Procuradoria Geral do Município
REGISTRADO
Livro nº 187
Fol. 31 28/11/2016
Vênica BM 84340-6

Segundo Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda.

Processo: 01-060.769-15-54

IJ: 01.2015.2100.0003.02.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Alexandre Salles Cordeiro, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado Contratante e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda., estabelecida à Av dos Andradas, 2.287 – Sala 107, Bairro Santa Efigênia, CEP: 30285-000, Belo Horizonte/MG, CNPJ: 02.921.115/0001-44, representada por Felipe Campos Coimbra de Miranda, RG: MG-7574091, CPF: 055.238.906-42, neste ato denominada Contratada, celebram o presente termo aditivo, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/050, processo administrativo 01.060.769.15.54, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a retificação da Cláusula Primeira; do item 1 e dos subitens 3.5, 4.3 e 4.5 do Anexo I, todos constantes no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA; DO ITEM I E DO SUBITEM 4.5 DO CONTRATO

Fica retificado na Cláusula Primeira do contrato original; no item I e no subitem 4.5 do Anexo I, por ter sido digitado com incorreção, o seguinte:

Onde se lê: Posse de arma de fogo

Leia-se: Porte de arma de fogo

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RETIFICAÇÃO DO SUBITEM 4.3 DO ANEXO I DO CONTRATO

Fica retificado no subitem 4.3 do Anexo I do contrato original, por ter sido digitado com incorreção, o seguinte:



340
R

PSH
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
RECEBIDO
Livro nº: 179
Data: 06/05/16
121
916603

Primeiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda.

Processo: 01-060.769-15-54

IJ: 01.2015.2100.0003.01.00

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, Hélio dos Santos Júnior, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti e o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado Contratante e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda., estabelecida à Av dos Andradas, 2.287 – Sala 107, Bairro Santa Efigênia, CEP: 30285-000, Belo Horizonte/MG, CNPJ: 02.921.115/0001-44, representada por Felipe Campos Coimbra de Miranda, RG: MG-7574091, CPF: 055.238.906-42, neste ato denominada Contratada, celebram o presente termo aditivo, decorrente do pregão eletrônico nº 2015/050, processo administrativo 01.060.769.15.54, e em conformidade com os Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13 e com as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a redução em 24,9412% (vinte e quatro inteiros e nove mil, quatrocentos e doze décimos de milésimos por cento) no valor global do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

2.1 O valor global do contrato passa de R\$ R\$181.836,25 (Cento e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), para R\$136.484,15 (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

O presente aditivo passará a vigorar a partir de 1º de março de 2016.

CLÁUSULA QUARTA: DA CONVALIDAÇÃO

Ficam convalidados todos os atos praticados a partir de 1º de março de 2016



CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

O valor da garantia para este aditivo é de R\$6.824,21 (seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA SEXTA: DA ALTERAÇÃO DO ANEXO I:

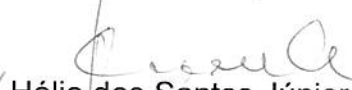
No Anexo I – item 1 – Objeto, o quantitativo passa a ser de 1595 (hum mil, quinhentos e noventa e cinco) guardas municipais.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente termo aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 18 de abril de 2016.


Hélio dos Santos Júnior

Roberto Rezende - BM: 75523-4
Corregedor da Guarda Municipal
de Belo Horizonte

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial


Pedro Meneguetti

Camilo Cândido de Araujo Junior - BM 105.553-2
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro
SMATES/SMF

Secretário Municipal de Finanças


Rúsel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

Ana Flávia S. Patrus de Souza - BM 113.200-6
Procurador Geral Adjunto Administrativo Consultivo
OAB/MG 98.999


Representante da Empresa

Testemunhas:

1) 2)

341
R

Memória de Cálculo - Perspectiva

Vlr Unit	Meses	Período	Contrato		Redução	
			Vlr Mensal	Quant.	Quant.	Vlr Mensal
85,57	1	dez/15	R\$ 8.557,00	100	100	R\$ 8.557,00
85,57	2	jan/16	R\$ 8.557,00	100	100	R\$ 8.557,00
85,57	3	fev/16	R\$ 8.557,00	100	100	R\$ 8.557,00
85,57	4	mar/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	5	abr/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	6	mai/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	7	jun/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	8	jul/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	9	ago/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	10	set/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	11	out/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	12	nov/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	13	dez/16	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	14	jan/17	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	15	fev/17	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	16	mar/17	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	17	abr/17	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	18	mai/17	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	19	jun/17	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	20	jul/17	R\$ 8.557,00	100	75	R\$ 6.417,75
85,57	21	ago/17	R\$ 8.557,00	100	20	R\$ 1.711,40
85,57	22	set/17	R\$ 2.139,25	25		
			R\$ 181.836,25	2125	1595	R\$ 136.484,15

Redução em % 75,0588%
24,9412%

M





3420

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

REC. 179

121

Livro nº:

Data: 06/05/16

TERMO DE CONVALIDAÇÃO

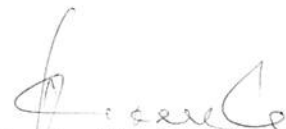
Ref.: 1º Termo Aditivo

Empresa: Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda.-ME

Processo: 01-060.769-15-54

Em conformidade com a Súmula 026 da Controladoria Geral do Município de Belo Horizonte, concomitante com o artigo 55 da Lei Federal 8.666/93, ficam convalidados todos os atos praticados desde o dia 1º de março de 2016, referente à redução em 24,9412% (vinte e quatro inteiros, nove mil, quatrocentos e doze décimos de milésimos por cento) do valor global do contrato firmado entre o Município de Belo Horizonte e a empresa Perspectiva Assessoria de Recursos Humanos Ltda.-ME, cujo objeto é a avaliação psicológica para concessão de porte de arma para os guardas municipais de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2016.


Hélio dos Santos Júnior

Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial

Roberto Rezende - BM: 75523-4
Corregedor da Guarda Municipal
de Belo Horizonte

